



# **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – LICENCIATURA**

Erechim, março de 2026.



## IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

### **Endereço da Reitoria:**

Avenida Fernando Machado, 108 E  
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

**Reitor:** João Alfredo Braida

**Vice-Reitora:** Sandra Simone Hopner Pierozan

**Pró-Reitor de Graduação:** Marilane Maria Wolff Paim

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Joviles Vítório Trevisol

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** William Simões

**Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura:** Edivandro Luiz Tecchio

**Pró-Reitor de Planejamento:** Ilton Benoni da Silva

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis:** Clóvis Alencar Butzge

**Pró-Reitor de Gestão de Pessoas:** Sergio Begnini

### **Dirigentes de Chapecó (SC)**

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Braulio Adriano de Mello

### **Dirigentes de Cerro Largo (RS)**

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

### **Dirigentes de Erechim (RS)**

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



---

### **Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)**

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

### **Dirigentes de Passo Fundo (RS)**

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

### **Dirigentes de Realeza (PR)**

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edson Antonio Santolin

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



## SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
4.2 Justificativa da reformulação do curso.....	23
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ÉTICO-POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS).....	27
5.1 Referenciais ético-políticos.....	27
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	29
5.3 Referenciais Metodológicos.....	31
5.4 Referenciais Legais e Institucionais.....	35
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	43
6.1 Objetivo Geral.....	43
6.2 Objetivos específicos.....	43
7 PERFIL DO EGRESSO.....	44
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	45
8.1 Os domínios formativos e sua articulação.....	46
8.2 A flexibilidade na organização curricular.....	50
8.3 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular.....	51
8.4 Articulações com as outras licenciaturas.....	53
8.5 As aulas práticas.....	54
8.6. Atividades Autônomas.....	62
8.7 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD.....	62
8.8 Atendimento às legislações específicas.....	65
8.9. Estágio Curricular Supervisionado.....	68



8.10 Estrutura Curricular.....	69
8. 11 Rol de componentes optativos:.....	74
8.12 Resumo da carga horária dos estágios, AAs e TCC.....	76
8.14.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa.....	125
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	152
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	155
10.1. O Núcleo Docente Estruturante.....	156
10.2 O Colegiado.....	156
10.3 Da Coordenação de Curso.....	156
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	158
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	160
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	161
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	167
14.1 Bibliotecas.....	167
14.2 Laboratórios.....	168
14.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.....	172
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176
16 ANEXOS.....	180
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA.....	181
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - LICENCIATURA.....	191
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - LICENCIATURA.....	196
ANEXO IV: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO.....	204
ANEXO V: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	211



## 1 DADOS GERAIS DO CURSO

**1.1 Tipo de curso:** Graduação

**1.2 Modalidade:** Presencial

**1.3 Denominação do Curso:** Graduação em História – Licenciatura

**1.4. Grau:** Licenciado (a) em História

**1.5 Título profissional:** Professor

**1.6 Local de oferta:** *Campus* Erechim

**1.7 Número de vagas:** 50 (cinquenta)

**1.8 Carga-horária total:** 3380

**1.9 Turno de oferta:** Noturno

**1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso:** 4 anos

**1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso:** 8 anos

**1.12 Carga horária máxima por semestre letivo:** 600h

**1.13 Carga horária mínima por semestre letivo:** 180h

**1.14 Coordenador do curso:** Renan Santos Mattos

**1.15 Ato autorizativo:** Resolução nº 25/2013 – CONSUNI

**1.16 Forma de ingresso:**

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

### **a) Processo Seletivo Regular**

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública



o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

#### **b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio***

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



### c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PSS** (Processo Seletivo Simplificado) esta forma de ingresso é destinada ao preenchimento das vagas remanescentes, que após realizadas todas as outras formas de ingresso não foram preenchidas.



## 2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

### UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw  
Guilherme José Schons

*“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”<sup>1</sup>*

*José Saramago, 2005*

#### Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.<sup>2</sup>

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja

1 SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2 TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



polarização se acentuou.

## Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.<sup>3</sup> Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.<sup>4</sup>

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

---

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construir caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteiriça no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.<sup>5</sup>

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFES) e Marcos Laffin (UFSC).<sup>6</sup>

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.<sup>7</sup> O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.<sup>8</sup>

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.<sup>9</sup>

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos

---

7 NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.<sup>10</sup>

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.<sup>11</sup>

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino

---

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/perfil](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil). Acesso em: 15 ago. 2022.



superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).<sup>12</sup>

### **A materialização de um projeto de Universidade**

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238

---

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.



docentes e 266 técnico-administrativos).<sup>13</sup>

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.<sup>14</sup>

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.<sup>15</sup> Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia,

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore: 2009-2015**. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.<sup>16</sup>

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.<sup>17</sup> É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.<sup>18</sup>

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão

---

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.** Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao\\_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao). Acesso em: 22 out. 2022.



da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão



financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).<sup>19</sup> Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes,

---

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



suprimidos.<sup>20</sup> Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

**(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGAE)**

---

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



### 3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

#### 3.1 Coordenação de curso

Prof. Renan Santos Mattos

Prof<sup>a</sup>. Isabel Rosa Gritti

Prof. Murillo Dias Winter

#### 3.2 Equipe de elaboração

Allan Kardec da Silva Pereira

Caroline Rippe de Mello Klein

Daniela Yabeta Paiva de Moraes

Fábio Francisco Feltrin de Souza

Gerson Luis Egas Severo

Gerson Wasen Fraga

Halferd Carlos Ribeiro Júnior

Paulo José Sá Bittencourt

Renan Santos Mattos

#### 3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Marcelo Luis Ronsoni/*Campus* de Erechim (Assessoria Acadêmica)

#### 3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do Curso de História - Licenciatura é composto pelos membros abaixo relacionados (Quadro 1), conforme designado na Portaria N° 424/PROGRAD/UFFS/2023.



<b>Nome do Professor</b>	<b>Titulação principal</b>	<b>Domínio</b>
Allan Kardec da Silva Pereira	Doutor	Específico
Aníbal Lopes Guedes	Doutor	Comum
Daniela Paiva Yabeta de Moraes	Doutora	Específico
Gerson Luis Egas Severo	Doutor	Específico
Gerson Wasen Fraga	Doutor	Específico
Halferd Carlos Ribeiro Junior	Doutor	Específico
Isabel Rosa Gritti	Doutora	Específico
Paulo José Sá Bittencourt	Doutor	Específico
Renan Santos Mattos	Doutor	Específico
Silvânia Regina Pellenz Irgang	Mestre	Conexo

**Quadro 1** - Composição do Núcleo Docente Estruturante do curso



## 4 JUSTIFICATIVA

### 4.1 Justificativa da criação do curso

Fruto da ação da sociedade civil organizada, a Universidade Federal da Fronteira Sul está situada em uma área historicamente desassistida pelo Ensino Público Superior. Seja como decorrência natural desta lacuna, seja como resultado da natureza excludente do ensino privado, em especial no que tange aos cursos de licenciatura, é possível perceber nesta região uma defasagem entre a necessidade de professores com formação específica em sua área de atuação e a realidade escolar, em especial àquela ofertada pelos poderes públicos. Outra carência histórica, resultante da ausência de uma instituição de ensino público superior na região, diz respeito aos resultados que emanam das ações de pesquisa e extensão decorrentes da própria natureza de uma Universidade Federal. No que diz respeito especificamente à pesquisa, a atuação de um curso de licenciatura em História na região deverá não somente potencializar a atuação dos órgãos já existentes na região (CEOM, Arquivo Histórico de Erechim), mas, a médio ou longo prazo, fomentar o surgimento de novas instituições na região voltadas para a preservação da memória, em especial nos pequenos municípios que integram a região e que ainda não possuem em sua organização administrativa estruturas de tal natureza. Já a extensão, por sua vez, terá como objetivo promover a aproximação entre universidade e comunidade. Assim, no caso específico de um curso de licenciatura em História, tem-se como objetivo promover ações que resultem no registro, difusão e valorização da memória regional, entendida enquanto elemento constituinte da identidade local. Assim, o curso de graduação em Licenciatura se insere no projeto mais amplo da universidade, e busca preparar profissionais com visão humanista e cidadã, para atuação nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, com o intuito de proporcionar formação ampla do ser humano, capaz de instrumentalizar para o mundo do trabalho. A matriz curricular está organizada com base nos domínios comum, conexo e específico de forma a permitir que o acadêmico estabeleça a relação entre cidadania, educação e os conhecimentos específicos do campo da História.

A “Prática Pedagógica do Componente Curricular” (PPCC) evidencia a ênfase à formação de um professor capaz de relacionar conhecimentos teóricos e com a necessidade de contato permanente com a realidade pedagógica e escolar do ensino básico. A produção monográfica do Trabalho de Conclusão de Curso e a produção relacionada com a experiência de estágio supervisionado buscam a formação de um professor capaz de trabalhar com a perspectiva da produção do conhecimento. A criação do curso de História também se justifica



pelo fato de que oferta desse curso pelas Universidades comunitárias, na região de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul, enfrenta dificuldade para se manterem em funcionamento, tendo em vista principalmente o alto investimento que os estudantes precisam fazer para poderem estudar. Nesse sentido a oferta do Curso de História nos campi de Erechim (RS) e de Chapecó (SC) visa a atender, principalmente, a grande demanda concernente à formação de professores para toda a região, possibilitando uma experiência formativa que articule ensino, pesquisa e extensão.

#### **4.2 Justificativa da reformulação do curso**

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UFFS, campus Erechim/RS, instituiu-se, em 2010, no processo de organização da Universidade Federal da Fronteira Sul. Desse modo, buscou dialogar com as mudanças epistemológicas em curso da pesquisa histórica em torno da formação docente qualificada, emancipatória e crítica. Nesse processo, o Curso de Licenciatura em História, colegiado e o NDE debruçaram-se em reflexões e o aperfeiçoamento do PPC de modo a atender uma formação inicial em diálogo com a sociedade em que se insere. Esse ímpeto inicial levou a uma primeira reformulação do PPC, no ano de 2012, com subsequente aprovação das instâncias institucionais da UFFS, passando a vigorar em 2013 uma nova matriz curricular. Esse primeiro movimento estabeleceu uma cultura interna de discussão permanente da estrutura do curso de História que de modo geral, dialogavam com as perspectivas delineadas, em nível de campus, em torno das disciplinas do domínio comum, conexo, ou seja, as dimensões pedagógicas, avaliativas, os estágios curriculares como elementos fundantes do processo educativo. Entre as mudanças substanciais, podemos citar a definição de 4 anos e meio como tempo mínimo de integralização curricular.

No ano 2014, o MEC enviou uma comissão avaliadora que aprovou o curso destacando a pertinência da distribuição das disciplinas do domínio específico comum e conexo atentado para as disciplinas obrigatórias por lei que discutiam a cultura afro-brasileira e indígena, LIBRAS e também voltada para educação ambiental, compatível com o período de formação do curso. Um dos elementos apontados positivamente era a organização e articulação das disciplinas de estágio como estavam estruturadas.

A formação inicial e continuada mostram-se como elementos centrais na UFFS, já que qualificação profissional, a luta contra a desigualdade e a justiça social estruturam o Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como o desenvolvimento regional integrado (PDI, 2019-2023).



Assim, a instituição comprometida com o acesso dos cidadãos ao Ensino Superior busca constantemente atender os marcos legais e as demandas sociais e avalia os resultados da formação ofertada, por meio de avaliações e autoavaliações.

Tendo em vista o fluxo de criação do PPC, o Regulamento da Graduação da UFFS (RESOLUÇÃO N° 40/CGAE/CONSUNI/2022, p. 10), define o “O Projeto Pedagógico do Curso é o documento que expressa o contexto, a justificativa, os referenciais orientadores, os objetivos, o perfil do egresso, a organização curricular e as definições que fundamentam a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de um curso de graduação”.

Assim, o processo de elaboração de um novo PPC envolve o fluxo tanto de discussão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) quanto o encaminhamento às instâncias envolvidas no processo, sob a assessoria da DOP, com fins de aprovação no CONSUNI. Diante dessa demanda, os membros do NDE dedicaram-se a conhecer as seguintes normas e legislações: o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, no qual estão dispostos, entre outros pontos, a forma de avaliação do PPC do curso, as Orientações Gerais do MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (2015, 2019) e o Regulamento Geral da Graduação (RESOLUÇÃO N° 40/CGAE/CONSUNI/2022), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a Política de Curricularização de Extensão Universitária nos currículos da graduação (RESOLUÇÃO N° 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018).

Nessa perspectiva, os membros do NDE do curso de História da UFFS posicionaram-se contrários à Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), e mantiveram as diretrizes da Resolução n° 2/2015 como aporte orientador para a construção da estrutura curricular do curso.

A proposta de reformulação do PPC também se ampara na Política Institucional de Formação de Docentes da UFFS que vislumbrava a construção de uma identidade institucional para os cursos de licenciatura da UFFS, conforme a Resolução N° 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024. Desse modo, prescreveu-se como aspectos centrais: a ampliação da carga horária do domínio conexo, com a inclusão dos componentes curriculares “educação inclusiva”, “estágio supervisionado em gestão escolar” e o retorno de “psicologia da aprendizagem”; adequação da carga horária total do curso; articulação do perfil formativo para atuação profissional do egresso na educação básica pública (que na avaliação do MEC já estava contemplada na matriz anterior); novos critérios de componentes curriculares flexíveis



que oportunizam aos discentes definirem parte da sua trajetória formativa.

Desse modo, a justificativa para a reformulação do PPC do curso de História, do *campus* Erechim, portanto, orienta-se pela análise das autoavaliações internas e externas da instituição e do que estabelece a Resolução N° 7 de 2018, que versa sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Os resultados das autoavaliações realizadas pelo curso permitem diagnosticar que os estudantes do curso apresentam demandas de acesso ao mundo do trabalho, bem como a inserção na pós-graduação para a consolidação da formação. Além disso, a evasão do curso e a redução de matrículas efetivas entre 2020-2025 mostram-se como problemas a serem debatidos. Nessa questão, o PPC do curso de História, em 2010, era composto de 10 (dez) semestres. Assim, com o objetivo de atender legislações do domínio conexo, em 2013, o curso passou a ser organizado em 9 (nove) semestres. Por fim, considerando as mudanças políticas e econômicas, o colegiado do curso deliberou sobre mudança no tempo do curso para 8 (oito) semestres, contemplando o mínimo exigido pelas diretrizes, de 3.200 (três mil e duzentas) horas.

Não obstante, citamos ainda a necessidade de revisão do PPC para incorporar a Resolução N° 7 de 2018, conforme os artigos 3° e 4°:

Art. 3° A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4° As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação, em diálogo com o Plano Nacional de Educação (Meta 12 da Lei 13.005/2014) e as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE número 7/2018) reafirma a proposta da UFFS de inserção com a comunidade a partir do conceito de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Nesse viés, o Curso de História demarca a ação extensionista como fundamento no processo formativo dos historiadores e das historiadoras na construção de sua autonomia intelectual e posicionamento no contexto de disputas e usos do passado.

A extensão na UFFS está dividida em 6 categorias: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviços, produção e publicação) e as enquadra em oito grandes áreas temáticas,



como: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Assim, o curso de História - Licenciatura, *campus* Erechim, tendo como base as discussões provenientes em seu NDE e Colegiado de Curso objetiva atender da forma mais ampla possível as áreas temáticas, e em diálogo, com a formação de professores e a divulgação do conhecimento histórico.

Por fim, para atender a formação inicial e continuada de professores, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, o curso de História da UFFS, *campus* Erechim posiciona-se em torno da formação acadêmica dos estudantes em 8 (oito) semestres, respeitando a estrutura curricular conforme a UFFS.



## 5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ÉTICO-POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

### 5.1 Referenciais ético-políticos

Referenciado no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Curso de Graduação em História-Licenciatura da UFFS, *campus* Erechim, desenvolve suas atividades buscando diálogos formativos com a comunidade regional e suas demandas no que tange aos processos históricos e educacionais, propiciando a coesão interna entre os domínios formativos de sua matriz curricular com elementos externos ao curso, a exemplo das escolas públicas de educação básica e outras instituições de ensino e/ou pesquisa (arquivos, museus, institutos históricos, outras universidades, etc.) e entidades representantes da sociedade civil organizada (movimentos sociais, Ongs, sindicatos, cooperativas, associações diversas.) com o objetivo de consolidação de redes colaborativas de produção e difusão do conhecimento histórico enquanto campo de pesquisa, de extensão, de atividades culturais. Para tanto, o curso concebe as atividades de docência nele desenvolvidas como atividades conscientemente deliberadas e embasadas em princípios epistemológicos e pedagógicos que reverberam na interação dialógica entre docentes e discentes e destes com os objetos do conhecimento, componentes estruturantes destes conhecimentos, mecanismos de produção do saber histórico, habilidades e reflexões pertinentes à formação do licenciado em História e da sua consequente prática profissional na Educação Básica e/ou outros espaços educativos formais e/ou não-formais.

Desse modo, compreende-se a formação do licenciado em História como uma prática histórica, social, cultural e temporalmente situada, na qual incidem os vários aspectos necessários à formação integral do professor-historiador. Define-se aqui com clareza o intuito de formar o professor-pesquisador, ao fomentar no graduando a capacidade produzir conhecimentos e ensiná-los, reconciliando numa perspectiva dialógica e integradora a tradicional discrepância dualista entre o professor e pesquisador, reprodução do conhecimento e produção do conhecimento. Neste sentido, as atividades de ensino e pesquisa estão articuladas no conjunto dos componentes curriculares, equilibrando o pêndulo da relação ensino-aprendizagem. Como resultante deste processo formativo, procura-se um licenciado em História detentor de capacidades de leitura histórica do mundo e da educação, que atue no sentido de compreender e atuar nas e sobre as dinâmicas de gestão, organização e funcionamento de escolas de educação básica, nos espaços não-formais de educação, bem



como em outras funções que os seus conhecimentos possibilitem, de forma a garantir a democratização da sociedade e do conhecimento, pautados em princípios éticos e políticos convergentes aos direitos humanos e com os marcos legais que regulamentam a sua profissão.

Para a concretização destes referenciais, o curso de Licenciatura em História pauta as suas atividades com base nos seguintes princípios:

- Compromisso com a construção e democratização dos mecanismos de produção do conhecimento histórico respaldadas em perspectivas plurais, democráticas e abertas, pensando na dimensão ética e política do fazer histórico com vistas à formação integral dos sujeitos e ao seu protagonismo social e político essenciais à construção das sociedades mais democráticas e justas.
- Busca por uma formação humana integral, a partir de uma perspectiva ética com a vida, respeitando a alteridade, a diversidade étnica e de gênero, a pluralidade de ambientes formativos e de interação profissional.
- Comprometimento com a defesa de uma formação científica sólida a partir da análise crítica e procedimental própria do saber histórico, estimulando uma apropriação do processo de produção do conhecimento histórico que contemple temáticas próprias do campo e àqueles relevantes à inserção nas instituições da Educação Básica e nos ambientes não formais de educação.
- Envolvimento permanente com os fundamentos teóricos e metodológicos da História, da Educação e das Ciências Humanas. A Educação Inclusiva como princípio ético, político e pedagógico no acolhimento dos discentes e na sua formação para atuação profissional; Empenho científico, técnico, ético e político com a formação inicial e continuada de docentes para a Educação Básica pública; entendemos essa formação como uma articulação, um diálogo da universidade com outros sujeitos.
- Engajamento com a construção de uma Educação Básica pública-democrática e inclusiva;
- Gestão participativa e democrática do currículo, das práticas pedagógicas e dos aspectos administrativos do curso;

A partir da articulação dos princípios arrolados objetiva-se a formação de sujeitos cientificamente embasados, socialmente comprometidos e profissionalmente capazes de operar a partir de referenciais científicos, éticos e políticos em diferentes locais nos quais seus conhecimentos profissionais sejam requeridos.



## 5.2 Referenciais Epistemológicos

Compreende-se por História, um saber com um conjunto de normativas científicas e metodológicas e estruturadas no século XIX voltado a estudar a humanidade na sua dimensão temporal. Para os historiadores do século XIX, preocupados em estabelecer os critérios científicos e metodológicos que fizessem da História uma ciência, o principal objeto do historiador era a ação humana no passado. De lá para cá muita coisa mudou, mas outras se mantiveram. O surgimento de diversas concepções teóricas sobre o saber histórico ampliou os objetos da história. Inicialmente voltada para a narração dos acontecimentos políticos das grandes civilizações, dos homens de estado e das guerras, gradativamente foi-se incorporando ao longo destes três séculos outras perspectivas começando pela substituição da narrativa por uma história-problema, crítica. O olhar deslocou-se para problematizar as relações sociais, as mentalidades, a economia, a demografia, o cotidiano, as ideias políticas, a arte, a linguagem, os discursos, a memória, a constituição dos sujeitos, as ações dos sujeitos, as classes oprimidas, os marginalizados, as doenças, enfim, uma verdadeira pulverização dos objetos de estudo e também dos modos de produção do conhecimento histórico. Entretanto, o modo de produzir o conhecimento histórico manteve um núcleo metodológico estruturado no XIX a partir da centralidade do conceito de fonte histórica.

A própria noção de documento histórico se ampliou significativamente, no entanto, permanece como condição *sine qua non* da edificação do saber histórico que basicamente conjuga nesse procedimento investigativo e analítico o balanço pendular entre empiria e interpretação. Outra dimensão importante da História se apresenta na sua duplicidade conceitual: história como substitutivo de passado carregando em si toda uma carga simbólica que se remete a um conjunto de fatos (sociedades, civilizações, eventos políticos, etc) já ocorridos, e também, história como sinônimo de ciência histórica, a disciplina que por meio de sua metodologia e estruturação científica constrói o conhecimento histórico. Essa duplicidade é relevante, pois de certa forma ao longo do século destes três séculos a formação do docente de história estava vinculada à apropriação da história em seu significado primeiro, enquanto a formação do historiador como sujeito que produzia o conhecimento acadêmico da história se apropriava da história no seu segundo significado

Nosso objetivo, em termos epistemológicos, é romper com qualquer vestígio dessas tradições dualistas que oporia professor e pesquisador. Visamos oferecer ao aluno uma visão menos totalizante e mais temática da Histórica, de acordo com as pesquisas e vinculações metodológico-formativa dos professores. Um dos desafios centrais do curso de história é ensinar a pensar historicamente. Para isso, o conhecimento dos processos históricos é



imprescindível, mas muito mais importante é compreender a produção do conhecimento histórico. Isto é, não se trata de aprender um maior número de informações de dados, eventos ou processos históricos, mas sim formar-se para compreender como estes conhecimentos são produzidos, possibilitando tornar-se um produtor de conhecimento histórico e, desta forma, relacionar-se de forma problematizadora com este conhecimento. Isto permitirá perceber o conhecimento histórico enquanto invenção e não como a busca por apreender informações, mas igualmente questionar as condições de produção e os critérios de validade destas informações.

O conceito de documento histórico, ferramenta fundamental da constituição deste campo de saber, passa a ser central nessa opção de privilegiar a própria produção do conhecimento histórico na formação docente. A partir de uma percepção ampla de documento histórico e a diversas linguagens, abre-se um leque de oportunidade para a concretização do objetivo pedagógico do curso de vislumbrar a construção do professor-pesquisador, levando às formas de produção do conhecimento histórico para as salas de aula e superando a ideia de um ensino de história conteudista, que reedita na formação escolar a percepção da história como uma exterioridade pronta, acabada. Tal percepção da história condiciona a relação de ensino-aprendizagem, pois transforma o professor num vulgarizador da história pronta e o aluno num receptor passivo deste conhecimento pronto que deve ser memorizado. Optar pela produção do conhecimento histórico a partir de suas premissas epistemológicas fundamentais – leitura e interpretação de documentos históricos – é uma tomada consciente de posição teórica, epistemológica e política para a formação docente, assumindo a necessidade de transformar a sala de aula num local de produção de conhecimento, rejeitando a posição hierarquizante e verticalista presente na ideia da transposição didática que sacraliza a universidade como local de produção do conhecimento e a escola como local de reprodução didatizada desse conhecimento. Nosso objetivo é dar ao futuro docente uma formação prática que o permita utilizar as formas estabelecidas de produção do conhecimento histórico, ou seja, da própria pesquisa histórica em sala de aula, entendendo e fazendo dos alunos sujeitos ativos na construção do conhecimento da disciplina de história.

Há muito tempo a defesa da ideia do uso do documento histórico em sala de aula como metodologia de ensino da história tem se consolidado no âmbito acadêmico, porém encontra como um de seus maiores obstáculos a própria formação acadêmica que insiste em dicotomias frágeis e hierarquizantes como pesquisa x ensino, bacharelado x licenciatura. A superação desse antagonismo estéril só é possível pela garantia da formação de um professor-pesquisador, apto a utilizar a pesquisa como ferramenta pedagógica, como uma prática de



ensino. Essa constatação tem sido feita não apenas no Brasil – onde diversos teóricos da área de ensino de história defendem uma alteração nas práticas dos docentes de história que, salvo as exceções, tem feito dessa disciplina escolar uma enfadonha jornada de acumulação de fatos, causalidades e narrativas autoexplicativas – mas também em outros países como Canadá, Inglaterra, Alemanha e Portugal para citar alguns. Nos países anglófonos a emergência da *History Education* refletiu justamente essa preocupação, bem como na Alemanha a emergência da Didática da História. Em todos esses movimentos, a preocupação com a metodologia de ensino da história resultou numa aposta nos processos de ensino-aprendizagem do uso das ferramentas de produção do conhecimento histórico – leitura e análise de fontes documentais – como procedimento mais eficaz na construção da criticidade e autonomia dos educandos. Portanto, nossa aposta é que o aperfeiçoamento no uso adequado de fontes históricas por parte do futuro professor é um passo altamente significativo, complementado com o deslocamento dessa prática para a sala de aula, transformando efetivamente a escola num local de produção do conhecimento.

Assim, busca-se analisar o passado não como algo estático e pronto para ser desvelado; busca-se compreender como determinadas verdades tiveram uma condição de emergência num dado momento, num dado lugar. Portanto, a História, antes considerada “*mestra da vida*” e o historiador o condutor rumo ao “esclarecimento” e indicador dos caminhos da felicidade é radicalmente questionada e superada. Além disso, o ideal romântico também estava presente e fazer História era exaltar a nação, ou as narrativas regionais museificadas, dão lugar a uma história problematizada do próprio presente em que é produzida.. A preocupação formativa está centrada na capacidade dos sujeitos de se moldarem, de se constituírem, para isso, o caráter problematizador e inquietante do professor-pesquisador faz parte das balizas do sentido formativo do curso. Isto é, compreender como se ensina e se aprende a pensar historicamente, desnaturalizando todos os processos de cristalização e interrogando, antes, como as coisas se tornam o que são, é um dos objetivos formativos do curso.

### 5.3 Referenciais Metodológicos

Os referenciais metodológicos do curso se estabelecem a partir da área de Ensino de História. Pensar a questão da didática da história, as metodologias de ensino, as concepções de educação que incidiram sobre a história escolar, a dimensão não formal do ensino de história, os elementos específicos para uma relação adequada de ensino e aprendizagem que se adequem às singularidades do conhecimento histórico, sempre foram objetos de estudo da



área de ensino de história. Este campo de saber nasceu da intersecção entre a História e a Educação e estabeleceu as balizas epistemológicas de discussão dos aspectos didático-pedagógicos relativas ao ensino-aprendizagem da História.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, três níveis de acontecimentos desenham o contexto de constituição inicial da área de ensino de história no Brasil. O primeiro relativo a uma nova historiografia presente no âmbito da universidade que altera os modos de fazer e pensar a história; o segundo se refere ao contexto político de aspiração de rompimento com a ditadura e seu modelo de educação e seu ensino de história prescritivo, e o terceiro se relaciona com as discussões do campo da educação em sua interface com as teorias da aprendizagem e a força do pensamento de Paulo Freire.

Assim, no âmbito da ciência histórica, os anos 1970 assistiram ao influxo de uma nova historiografia nas universidades brasileiras, receptiva à história cultural, marcada pela Nova História francesa que vislumbrava a introdução de novos objetos, novas abordagens e novos problemas no campo disciplinar da história. O impacto das obras de Jacques Le Goff, Georges Duby, Philippe Ariès, Michel de Certeau, Michelle Perrot, Michel Vovelle, Jean Delumeau, François Furet e Michel Foucault, tornavam relevantes temáticas negligenciadas pelos historiadores brasileiros como o casamento, a família, a sexualidade, a mulher, a infância, a morte, a doença, a cultura popular, os imaginários, à vida privada, etc.

Outro impacto significativo veio da historiografia marxista proveniente do grupo de intelectuais ingleses ligados a *New Left Review*, destacando-se entre eles Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Perry Anderson e, sobretudo, Edward P. Thompson. Este último responsável por uma crítica contundente ao marxismo estruturalista que negava a capacidade de ação dos sujeitos históricos. Essa perspectiva permitiu, no Brasil, uma possibilidade de crítica às vertentes marxistas de interpretação histórica mais economicistas, além de salientar a relevância da noção de sujeito histórico e a possibilidade de construir ‘uma história vista de baixo’, na linha dos estudos subalternos.

Para além da questão epistemológica da história, havia um desejo latente na sociedade brasileira de ruptura com o regime militar e com tudo o que este havia proposto em termos de educação cujas reformas buscavam, como principal objetivo, reformular e adaptar o sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos implantados pelo golpe de 1964. As medidas provenientes da Reforma Educacional de 1971 haviam reduzidos os conteúdos de História e Geografia sintetizando-as nos Estudos Sociais, com possibilidade de formação acelerada do professor por intermédio da Licenciatura Curta, assim como havia introduzido na grade curricular de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil



(OSPB), disciplinas com caráter de doutrinação ideológica. No que se refere ao ensino de história, portanto, a ditadura civil-militar havia imposto uma história positivista, que reivindicava o estatuto da veracidade, objetividade e imparcialidade, mas cujas características intrínsecas eram a de uma narrativa laudatória do Estado-nação, do culto aos seus mitos fundacionais, aos símbolos pátrios e a seus heróis fardados. As vertentes historiográficas que estavam chegando aos círculos acadêmicos iam à contramão dessa histórica política oficial, sem contradições. As temáticas postas em pauta pela terceira geração dos *Annales* dessacralizou a história oficial ao tornar relevante o cotidiano, as pessoas comuns, a sexualidade, o imaginário e tudo aquilo que de certa forma não cabia naquele esquema da história nacional pomposa. Dar aos de baixo o protagonismo histórico, nos moldes da historiografia inglesa, era ainda mais herético.

Por fim, um terceiro desdobramento que se relaciona com os primeiros, foi o questionamento da concepção de escola como eficiente meio de domesticação das massas e mecanismo de manipulação ideológica predominante. Esta concepção era um pressuposto ideológico do próprio regime que ao exercer um esforço de controle curricular e das práticas escolares, apostava na capacidade de doutrinação da escola. Os militares haviam encomendado um ensino de história cujo objetivo era a formação de súditos da pátria, e nesta perspectiva, a escola era vista como eficiente instrumento. Por outro lado, as críticas realizadas a essa educação coercitiva e de doutrinação ideológica, era recheada de denunciamento acadêmico de um projeto manipulador e maquiavélico do poder constituído, o que salientava a eficácia da escola como aparelho ideológico do Estado. Esse posicionamento, apesar de crítico, não vislumbrava espaços de autonomia e resistência dos sujeitos na escola, negando humanidade a professores, alunos e agentes educacionais, compreendendo-os de modo reducionista. Ambas as posições evidenciam uma concepção conservadora do ensino: o aluno era encarado como ser passivo.

O pensamento de Paulo Freire rebatia essa lógica e suas contribuições recrudesceram nas décadas de 1970 e 1980. Ao compreender o aluno como ser ativo, Paulo Freire o humanizava e o colocava como um protagonista relevante do processo de ensino-aprendizagem. As teorias educacionais da aprendizagem passaram então a serem mais intensamente debatidas, principalmente a partir de dois relevantes referenciais: Jean Piaget e Lev Vygostky.

Esse debate da psicologia da aprendizagem contribuiu para que o pêndulo teórico se deslocasse das questões do ensino para a aprendizagem. Essa concepção do aluno como sujeito ativo entrou em perfeita sintonia com a historiografia que voltava o olhar para os “de



baixo”, ou mesmo aquelas que introduzem temas de relevância na história que não estavam no âmbito da grande política. Apesar das divergências entre as tendências historiográficas em questão (culturalista francesa e social inglesa), ambas traziam como ponto comum: uma história dessacralizada, despojada do oficialismo estatal, que era prerrogativa da narrativa invocada pela ditadura civil-militar.

Deste modo, é possível perceber que um dos elementos fundamentais na construção do campo teórico de ensino de história que postula orientações práticas nas relações de ensino-aprendizagem da história por seu objeto de estudo principal, foi o constante diálogo aberto com o campo da educação. Uma nova metodologia de ensino de história se estruturou a partir dessa relação profícua com tais teorias.

Portanto, a formação de docentes é concebida nesse PPC como um processo de construção da autonomia docente por intermédio de uma consciência crítica, que busque a transformação das condições históricas, materiais, culturais, tecnológicas e científicas. Tal objetivo exige do docente comprometimento com a educação: rigor profissional; pesquisa; extensão; respeito aos saberes do educando; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; o reconhecimento e assunção da identidade cultural; apreensão da realidade; convicção de que a mudança é possível; disponibilidade para o diálogo; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo onde teoria e prática componham um todo orgânico (FREIRE, 2011).

O desenvolvimento de tal postura exige do docente uma base sólida dos conhecimentos relacionados à realidade local, regional, global, o que conduz a uma concepção comprometida com as questões relacionadas à formação dos docentes frente às novas realidades e destaca atitudes a serem assumidas pelos docentes, como:

- Assumir o ensino como mediação: aprendizagem ativa do discente com auxílio pedagógico do docente;
- Incentivo ao desenvolvimento de práticas interdisciplinares;
- Conhecer estratégias específicas do ensino de história que permita a construção do conhecimento pelo discente;
- Persistir no empenho de auxiliar os discentes a buscarem uma perspectiva crítica dos conteúdos, a se habituarem a apreender as realidades enfocadas nos conteúdos escolares de forma crítico-reflexiva;
- Assumir o trabalho de sala de aula como um processo de comunicação e desenvolver capacidade comunicativa;



- Reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e informação na sala de aula;
- Reconhecer o impacto de uma história não curricular proveniente da dinâmica social que incide sobre a sala de aula, bem como sua presença nos espaços de educação não-formal.
- Atender a diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula;
- Investir na atualização científica, técnica e cultural, como ingredientes do processo de formação continuada;
- Integrar no exercício da docência a dimensão afetiva;
- Desenvolver comportamento ético e saber orientar os discentes em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas, a si próprios (LIBÂNEO, 2013).

Pellegrini (2000) destaca ainda que o docente deve ser dinâmico e estar atualizado; conhecer a realidade social da sua comunidade e do seu país no aspecto cultural, econômico, político; integrar-se na elaboração dos projetos educacionais da sua escola; utilizar-se de estratégias didático-pedagógicas que desenvolvam o processo de aprendizagem dos discentes, respeitando a suas individualidades, evitando o surgimento de processos excludentes; orientar-se levando em consideração as características da comunidade onde encontra-se inserida a escola; assumir a sua profissão de educador e envolver-se com sua entidade de classe e, constituir novos projetos pedagógicos tendo como parâmetro os resultados das diferentes abordagens de avaliações utilizadas.

Em âmbito Institucional, cabe destacar a organização curricular dos cursos da UFFS em três domínios: os Domínios Comum, Conexo e Específico. Tais articulações, em âmbito do Curso de Graduação em História – Licenciatura, almejam a interdisciplinaridade, uma formação mais ampla, com vistas a cidadania e, também, subsidiar o discente em conteúdo de contextualização acadêmica, potencializando os processos de ensino e aprendizagem em concomitância às práticas de pesquisa e extensão ancoradas nos pressupostos do PPI.

#### **5.4 Referenciais Legais e Institucionais**

A matriz curricular do curso de graduação em História – Licenciatura da UFFS, assim como as demais orientações curriculares do seu projeto político-pedagógico foram definidos com base nas Resoluções CNE/CP 2, DE 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de docentes, como também baseada nas deliberações



institucionais acerca dos cursos de graduação em geral e das licenciaturas, em específico, tendo como guia os princípios pedagógicos emanadas do seu Projeto Pedagógico Institucional e a filosofia de trabalho e metas institucionais dispostos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Ancorado, ainda, no regramento prescrito pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em História, (RESOLUÇÃO CNE/CES nº492/2001) este projeto pedagógico assume a perspectiva de formar sujeitos críticos capazes para o

[...] exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do Patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc. (RESOLUÇÃO CNE/CES nº492/2001, p. 07)

Para a consecução destes princípios, também serão basilares os elementos reguladores, da educação nacional, apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, no que tange aos aspectos gerais da educação do País, assim como nos elementos diretamente relacionados aos cursos de graduação e à formação inicial de docentes, como também em consonância com o normatizado pelo regulamento de graduação da UFFS, instituído pela Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/2022.

Sendo um curso de História que se propõe inclusivo, ao longo dos ementários dos componentes curriculares do domínio específico e de algumas do domínio conexo, bem como nos regramentos de atividades como estágios curriculares supervisionados e atividades curriculares complementares, contemplam-se os indicativos pedagógicos-curriculares acerca dos direitos humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1/2012); educação para as relações étnico-raciais, respaldada na Lei nº11.465 de 10 de março de 2008 e na resolução nº1, de 17 de junho de 2004, que dispõe acerca da inclusão de temáticas da história e cultura afro-brasileiras e indígena nos currículos; à Educação Especial, contemplando discussões teórico-práticas relativas à inclusão em suas múltiplas facetas, atentando para os critérios necessários para a acessibilidade de todos e todas nos espaços e tempos atinentes à formação, conforme estabelecido pela Lei nº10.098/2000 e a Portaria nº3.284/2003, assim como à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme regulamentado pela Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 e a Lei Além disso, propõem-se as disciplinas de Educação Inclusiva e Libras (conforme regulamentado pela Lei 10.436/2002, que institui a



obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais em cursos de licenciatura). Enfatiza-se que os temas aqui listados fazem parte de todo o processo formativo discente, estando explicitamente apontados nos ementários dos componentes curriculares.

Na direção de caracterizar-se como um curso em diálogo com as questões sociais e determinações institucionais, o curso está aberto para a política de acesso, permanência e acompanhamento de discentes indígenas, conforme regulamentado pela Resolução nº33/CONSUNI/UFFS/2013 e, igualmente, à política institucional de acesso dos imigrantes ao ensino superior instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019 que institui o Pró-imigrante.

Com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se na Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Neste sentido, o Projeto Pedagógico deste Curso contempla a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica com base nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação.

O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS está disposto na Resolução Nº RESOLUÇÃO Nº 39/2022 - CONSUNI - CGAE que institui o Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), E tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos docentes da UFFS e de articulação para a formação docente. O Art 3º da estabelece que O Núcleo de Apoio Pedagógico tem os seguintes objetivos:

- I - acolher os novos professores, apresentando a eles a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores da UFFS;
- II - promover uma formação inicial ao professor ingressante na carreira do magistério superior embasada na proposta de origem da universidade;
- III - assessorar a Coordenação Acadêmica, as coordenações e os colegiados de cursos nas questões pedagógicas;
- IV - fomentar o debate político-pedagógico no campus;
- V - fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares;
- VI - promover a formação continuada dos professores, visando o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de um programa de formação continuada, articulado com a política de formação institucional;
- VII- proporcionar apoio pedagógico a partir de necessidades apontadas pelos diversos setores, envolvendo os diferentes núcleos que atuam no campus.

Quanto à Resolução Nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula , é mencionado no Art. 1º que a hora-aula



decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior. Entendendo-se por hora-aula a unidade de tempo de 50 minutos dedicada ao exercício efetivo de aulas teóricas, práticas, de laboratório e de campo, conforme disposto na Portaria MEC nº 475/1987, Art. 1º, inciso III, “d”;

Pode-se ressaltar ainda a RESOLUÇÃO Nº 9/CONSUNI CGAE/UFFS/2017 que estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul, aspectos explicitados no item 8 do PPC. Além disso, destaca de maneira geral estas e outros referenciais legais-institucionais que orientaram a revisão deste PPC:

#### *5.4.1 Âmbito nacional:*

**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002** – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

**Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003** – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

**Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004** – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

**Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

**Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008** – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

**Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008** – dispõe sobre estágio de estudantes.

**Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010** – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua



atualização do projeto pedagógico do curso.

**Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012** – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

**Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012** – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

**Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012** – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

**Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior** e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

**Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014** – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

**Resolução CNE/CP 2/2015** – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

**Parecer CNE/CP 2/2015** – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica.

**Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016** – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

**Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017** – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

**Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017** – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

**Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014,



que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

**Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019** - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

#### 5.4.2 *Âmbito institucional:*

**PPI** – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

**Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012** - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

**Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013** – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015** – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

**Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015** – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

**Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016** – Aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Resolução nº 04 – CONSUNI/PPGEC/2017** - Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018** - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

**Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019** - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.



**Resolução nº 23 - CONSUNI/PPGEC/2019** - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul

**Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021** - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022** – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

**Resolução nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022** – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

**Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022** - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Resolução nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023** - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

**Resolução nº 43/ CONSUNI CGAE/UFFS/2023** - Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

**Resolução nº 58/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2023** – Aprova Regulamento da Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024** – Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

**Resolução nº 53 /CONSUNI/CGAE/UFFS/2024** - Regulamenta a elaboração/reformulação, os fluxos e os prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO nº 54 / CONSUNI /CGAE /UFFS/2024**– Núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul

#### *5.4.3 Específicas do curso de História - Licenciatura*

**Parecer CNE/CES 492/2001** – Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.



**Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001** - Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

**Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002** - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.



## 6 OBJETIVOS DO CURSO

### 6.1 Objetivo Geral

Formar professores-pesquisadores para atuarem com qualidade nas diversas esferas do ensino e da pesquisa, habilitados para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, e Educação de Jovens e Adultos. Além disso, para atuação na gestão e coordenação escolar.

### 6.2 Objetivos específicos

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que são base para a investigação das relações sócio-históricas e culturais.
- Transitar pelas áreas afins da história visando uma prática mais qualificada no ensino e na pesquisa.
- Interferir com criticidade e autonomia nos mais diversos acontecimentos sociais e políticos.
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências, a construção dos sujeitos históricos
- Elaborar, coordenar, executar, desenvolver e avaliar projetos de pesquisa, ensino e difusão, visando uma interferência significativa na sociedade.
- Reconhecer o papel social e político do professor.
- Dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Aprender as metodologias de ensino que permitem diferentes experiências de aprendizagens para a Educação Básica
- Refletir sobre a atuação pública dos historiadores e historiadoras e a divulgação e democratização do conhecimento histórico.
- Promover o debate historiográfico da história da cidade de Erechim e região da Fronteira Sul no ensino, pesquisa e extensão.
- Fomentar a divulgação científica sobre a história e o patrimônio da Região da Fronteira Sul.



## 7 PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em História deverá ser capaz de atuar como docente na Educação Básica, Ensino Fundamental e Médio, bem como na pesquisa acadêmica, considerando que o exercício do magistério tem uma dimensão que ultrapassa a mera tarefa pedagógica de transmitir o conhecimento. Também deverá ter condições de desenvolver atividade de pesquisa, sobretudo de temas relacionados à história local e regional, assim como de criar instrumentos e materiais capazes de dar publicidade a tal produção. Além disso, de desenvolver atividades de assessoramento e de consultoria a movimentos sociais e políticos, de propor a criação e curadoria de museus e de casas de cultura, atuação e organização de arquivos históricos, de participar de pesquisas arqueológicas, de assessorar projetos de turismo histórico-cultural, entre outros. Deverá, ainda, ser capaz de perceber a indispensável articulação entre ensino, pesquisa e extensão vivenciada no processo de formação universitária pertinente ao curso de História, articulando teoria e prática e evidenciando capacidade de reflexão e de ação. Como licenciado em História deverá perceber as atividades de pesquisa como dinamizadoras da aprendizagem através da produção de materiais de difusão do conhecimento e pela reflexão do passado e suas implicações na atualidade.

Destarte, além da atuação na educação básica, o licenciado também deve ter como ênfase a atuação na área da pesquisa, principalmente do que tange aos arquivos e acervos históricos relacionados a problematização da construção do saber histórico e historiográfico regional. Para que, com esses fins, possa ser um difusor da preservação e conservação desses bens na região e onde for atuar futuramente. O Brasil, historicamente, possui um certo descaso com a preservação de seu patrimônio tanto material quanto imaterial, é algo que engendra a formação de uma consciência que pode demorar alguns anos para se consolidar. Por isso é necessário que o licenciado esteja preparado para ser um construtor desses saberes na sua preservação., saberes e habilidades profissionais específicas do curso, bem como o perfil de atuação cidadã crítico-reflexiva a serem desenvolvidas pelo discente ao concluir o curso, e os cenários de atuação profissional.



## 8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de História – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, é resultado de um conjunto de proposições desenvolvidas em âmbito do curso em diálogo com as normativas institucionais da UFFS e das legislações nacionais. Portanto, os componentes curriculares aqui apresentados, assim como um conjunto de outros desdobramentos dessa proposta curricular (concepção de currículo, relação com a educação básica, articulação entre pesquisa e extensão, composições curriculares, etc), foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e em observância aos objetivos e ao perfil do egresso definidos neste documento.

De modo geral, o Curso História– Licenciatura toma forma por meio dos seus componentes curriculares e pelas aulas de caráter teórico e prático. Estas desenvolvidas via estratégias de ensino-aprendizagem que contemplam, entre outras modalidades, aulas expositivas, estudos dirigidos, análise de textos, leitura e interpretação de documentos históricos, ensino com pesquisa, preparação de materiais didáticos, elaboração de atividades docentes com documentos históricos, realização de seminários, construção de mapas históricos etc. Os encontros tomam forma por meio das estruturas físicas disponibilizadas pela UFFS (Laboratório de Docência, Laboratório de História Oral e Laboratório de História Pública), das plataformas virtuais institucionais (Sigaa e Google Workspace) e/ou de um conjunto de atividades práticas para além das dependências da Universidade (trabalhos de campo).

A organização curricular proposta neste Projeto Pedagógico de Curso valoriza um conjunto de articulação que, para além de um desencadeamento de componentes curriculares, refletem concepções, intenções e estratégias na formação dos futuros historiadores licenciados. Desse modo, a fim de detalhar as concepções e as articulações que se pretendem nessa proposta de PPC, torna-se fundamental caracterizar os elementos basilares da organização curricular.

Na prática, o currículo estará organizado em 08 níveis, devendo o formando:

1. Cumprir um número total de no mínimo 3300 horas dentre as oferecidas na matriz curricular do Curso, distribuída entre componentes curriculares do domínio comum, conexo e específico, optativas do específico, estágio supervisionado e seminário do trabalho de conclusão de curso.

2. Ter realizado 200 horas-aula de atividade autônoma, conforme regulamento.



3. Ter vivenciado as 405 horas de horas práticas oferecidas no interior dos componentes curriculares.

4. Ter realizado o número de 10% da carga horária, ou seja, 330 horas para extensão/cultura. Cujo são atividades realizadas sob a orientação do professor, tendo a comunidade regional como público-alvo; que atendam às exigências do PPC do curso e o protagonismo do estudante; promovam a inclusão social e a relação com problemáticas sociais relevantes através da participação democrática e o diálogo universidade/sociedade (Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, art. 9º)

### **8.1 Os domínios formativos e sua articulação**

Os cursos de graduação da UFFS, possuem como diretriz da organização curricular a constituição de três grupos de conhecimentos, agrupados em diferentes componentes curriculares, denominados de: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Segundo o artigo 22 do Regulamento de Graduação (Resolução nº 40/ CONSUNI – CGAE/2022),

Art. 22. O Currículo do Curso de Graduação é constituído de corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento, conforme Regimento Geral da UFFS. O Currículo do Curso de Graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento, conforme Regimento Geral da UFFS. § 1º Todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas de Domínio Comum, organizado em dois eixos de formação: contextualização acadêmica e formação crítico social. § 2º O Domínio Comum de cada Curso deve, obrigatoriamente, respeitar a destinação de, no mínimo, 40% de sua carga horária para cada um dos Eixos de Formação. § 3º Compete a cada Conselho de Campus regulamentar a configuração de seu Domínio Conexo por meio de resolução própria (2022, p. 21)

Portanto, os componentes curriculares do Curso de Graduação Licenciatura em História – foram organizados considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e de acordo com os objetivos do perfil do egresso definido neste documento. Os saberes, temas e conteúdos do domínio conexo e comum possuem potencial de articulação com o desenvolvimento das práticas pedagógicas, dos Projetos Integradores e dos temas transversais relativos à formação do licenciado em História. A materialização dos três domínios no curso são descritos a seguir.

#### *8.1.1 O Domínio Comum:*



De acordo com o Art. 14 da Resolução N° 52 CONSUNI/CGAE/UFFS 2024, o Domínio Comum é um processo de formação voltado para a inserção acadêmica dos discentes no contexto da universidade e da produção do conhecimento. A criação deste Domínio surge a partir do debate acerca da necessidade de equilibrar os conhecimentos dos discentes ingressantes no ensino superior, os quais provêm de uma Educação Básica com problemas/deficiências estruturais. Além disso, a função estratégica do Domínio Comum é um compromisso social implicado nesta organização curricular, o que demonstra uma posição político-institucional preocupada com a formação cidadã crítica, o que conseqüentemente ou concomitantemente gera um melhor desempenho acadêmico.

O Domínio Comum desenvolve: I) habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens e II) uma compreensão crítico-social do mundo contemporâneo.

Os componentes curriculares do Domínio Comum estão divididos em dois eixos: 1) Contextualização Acadêmica e 2) Formação Crítico-Social. Abrangem conteúdos gerais que visam oferecer aos discentes um conjunto de disciplinas, cujo objetivo é desenvolver habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional e despertar nos discentes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões.

Neste sentido a UFFS organizou um conjunto de componentes curriculares como: 1) Produção Textual Acadêmica; 2) Iniciação à Prática Científica; 3) Estatística Básica; 4) Matemática A; 5) Matemática B; 6) Matemática C; 7) Introdução ao Pensamento Social; 8) História da Fronteira Sul; 9) Introdução à Filosofia; 10) Direito e Cidadania; 11) Meio Ambiente, Economia e Sociedade. Segundo o art. 22 da Resolução N° 40/ CONSUNI/CGAE/2022, todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar no mínimo 420 horas deste Domínio.

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Carga Horária
	EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
GCG1745	Iniciação à prática científica	60 horas
GLA0693	Produção textual acadêmica	60 horas
GEX1057	Informática básica	60 horas
	EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	



DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Carga Horária
GCH 1746	Introdução ao pensamento social	60 horas
GCS0691	Direitos e Cidadania	60 horas
GCS0690	Meio ambiente, economia e sociedade	60 horas
GCH1747	História da Fronteira Sul	60 horas
<b>Total</b>		<b>420 h</b>

**Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de História – Licenciatura**

### 8.1.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas:

O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. Foi concebido como um conjunto de Componentes Curriculares organizados didaticamente com base na interdisciplinaridade. Trata-se do conjunto de componentes curriculares que se situam no espaço de interface dos cursos de formação de docentes do *campus* Erechim, sem, no entanto, serem caracterizadas como exclusivas de um ou de outro curso. Atualmente os cursos de licenciatura no *campus* Erechim são os seguintes: Ciências Sociais; Interdisciplinar em Educação do Campo; Ciências da Natureza, Filosofia; História; Pedagogia e Geografia.

De acordo com o Art. 16 da Resolução 52 CONSUNI/ CGAE/UFFS 2024, o Domínio Conexo deve interligar os cursos de formação de docentes a partir de diversos saberes que envolvem conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional.

O Art. 17 da referida resolução enfatiza a organização do Domínio Conexo entre as licenciaturas em seis eixos formativos, que compreendem: 1) Fundamentos da educação; 2) Políticas, financiamento e a gestão da educação; 3) Diversidade e inclusão; 4) Didáticas e metodologias de ensino; 5) Estudos e pesquisas em educação e 6) Práticas de ensino e os estágios, comuns;

A partir da Resolução Nº 09/2017 – CONSUNI/CGAE, cada *campus* da UFFS (Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza) pode estabelecer a estrutura mínima



do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura ofertados. De acordo com o anexo III da mencionada resolução, o *campus* Erechim definiu sete Componentes Curriculares (CCR), com base nos sete eixos formativos, totalizando 450h de carga horária total.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e que são obrigatórios para todos os discentes do curso:

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	I – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	
GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	60
GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60
	II – POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	
GCH806	Política educacional	60
	V – DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO	
GCH805	Didática geral	60
	VI – PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS	
	Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar	90
	III – DIVERSIDADE E INCLUSÃO	
GCH809	Educação inclusiva	60
GLA211	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60
	<b>Total</b>	<b>450</b>

**Quadro 3:** Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de História – Licenciatura.

### 8.1.3 O Domínio Específico:

O Domínio Específico engloba uma organização curricular a partir de eixos formativos basilares para a formação do docente em história, respaldadas nas discussões produzidas pelo debate historiográfico, teoria e metodologia da história, teoria e metodologia do ensino de história. Tendo como objetivo apresentar os principais conceitos, análises e debates acerca dessas temáticas.

O curso de Licenciatura em História organiza seu domínio específico a partir de um conjunto de componentes curriculares que estruturam os eixos básicos do currículo de história. Assim, privilegamos metodologicamente o caráter da construção do conhecimento histórico em detrimento de um apanhado geral de informações históricas o que tem sido criticado veemente por especialistas e professores desde os anos 1970. Para tanto, cada um pretende-se um conjunto de CCR's que atendam a temáticas específicas do campo



historiográfico em termos cronológicos, geográficos e culturais. Teremos, então, disciplinas Antiguidades Oriental e Ocidental (150 horas), Culturas Medievais (75 horas), Revoluções e colonialismo (75 horas), Contemporaneidade e virada historiográfica (150 horas), América e suas pluralidades (150 horas), História do Brasil (225 horas), Africanidades (90 horas), Povos originários e memória (90 horas), Ensino de História (75 horas), Teoria e Metodologia da História (255 horas), Optativas (225 horas). E as disciplinas de TCC que correspondem a 135 horas. Cada CCR é composto pela carga de 52 horas de atividades teóricas, 8 horas de horas na modalidade EAD e 15 horas de atividade prática, excetuando as disciplinas de História da África e História Indígena que possuem 30 horas de atividades práticas cada uma. Para além disso, durante o percurso nos CCR's existem atividades laboratoriais para fins de propor e difundir a extensão, como um componente que dialoga com a realidade regional, nacional e internacional.

Cada eixo temático tem o objetivo problematizar o arco temporal consagrado na memória pública histórica, como a História da Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, do Brasil, da Europa, da América, da África, como estabelecido das diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica. A fim de garantir esses pressupostos, sem abrir mão dos debates historiográficos, metodológicos, teóricos, e da crítica da história, sistematizamos diversos componentes curriculares que atendam e garantam esses marcos temporais e espaciais ancorando-nos numa análise vertical, priorizando o processo de construção do conhecimento histórico a partir da análise de *corpus* documental como premissa básica para a formação do professor/pesquisador de história, o que denota que estamos em consonância com o princípio fundamental da produção do conhecimento científico da história, e para a produção do conhecimento histórico escolar em sala de aula da Educação Básica. Desse modo, para a integralização da matriz curricular pelo acadêmico, é obrigatório o cumprimento da carga horária relativa de cada eixo sistematizador. Tais questões estão em conformidade com a matriz curricular da Educação no Brasil, inclusive com um rol de disciplinas obrigatórias que devem estar presentes em todos os cursos de licenciatura, como reflexões acerca da cultura afro-brasileira e indígenas.

## **8.2 A flexibilidade na organização curricular**

De acordo com as diretrizes curriculares da UFFS, institucionalizada em seu PPI e das discussões do Fórum das Licenciaturas, os estudantes podem construir itinerários formativos com que os estudantes tenham afinidade epistemológica e intelectual. Os componentes curriculares optativos constituem a parte da estrutura curricular destinada a complementar a



formação do estudante. Por essa razão, são escolhidos por ele de acordo com seus interesses de aprofundamento, a partir de um conjunto de opções ofertado pelo curso. Tanto as disciplinas optativas, quanto o rol de disciplinas que compõem os eixos do domínio específico, contribuem para a flexibilidade curricular e estão atentas aos debates da cultura contemporânea.

### **8.3 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular**

A proposta pedagógica do curso de História – Licenciatura da UFFS, *campus* Erechim, busca atender integralmente às demandas desta área de conhecimento no currículo da Educação Básica. A formação do docente de História deve integrar conhecimentos que lhe permitam compreender fenômenos históricos e processos sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como conhecimentos educacionais e práticas pedagógicas que possam ser constantemente aprimoradas no decorrer de sua trajetória profissional. Além disso, o perfil de formação envolve questões relacionadas à organização e funcionamento da instituição escolar, seus processos de gestão e de coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento, de acordo com a Resolução nº 52 CONSUNI/CGAE/UFFS 2024.

A Educação Básica está contemplada no curso desde sua opção epistemológica, ética e política de formar o professor-pesquisador. A ideia deste PPC é permitir que para além dos componentes específicos da área de educação, o licenciando tenha uma formação que permanentemente discuta os aspectos educacionais do conhecimento histórico. Essa interface e confrontação direta – história/educação – podem ser observadas com clareza com a opção de inserir a prática dentro dos componentes curriculares específicos, para que cada aspecto essencial da formação do licenciando possa se relacionar diretamente com questões relativas ao aspecto educacional do conhecimento histórico. Trata-se de uma opção teórica que estabelece uma dinâmica dialógica entre teoria e prática. Outro aspecto dessa relação são as disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório, bem como as atividades de extensão, eventos do curso e de pesquisa na educação básica e difusão delas nesse âmbito. Além disso, as disciplinas de ensino de história privilegiam a discussão acerca da dimensão escolar e educacional do conhecimento histórico em sua historicidade, práticas e metodologias.

A disciplina História no âmbito escolar mais recentemente acaba de ser regulamentada pela publicação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Este documento prevê e organiza desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até as últimas séries do Ensino Médio o conteúdo de história a ser contemplado no âmbito da educação básica. O que se



percebe na interpretação do documento é a manutenção estrutural do sistema de divisão temporal *quadripartite* francês que organiza os conteúdos históricos básicos da disciplina de História desde o século XIX. Apesar das especificidades de enfoque, mantém-se dessa forma a tradição cronológica e linear de percepção da história, mantendo a divisão básica em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, embora questionando as relações de poder em jogo no estabelecimento dessas divisões. Obviamente a inter-relação entre essa história de perfil global dialoga com uma dimensão mais nacional dessa história com a História do Brasil e a História da América. Cada um desses grandes blocos de conteúdos está atravessado por recortes cronológicos que dialogam com a dimensão cronológica *quadripartite*.

No âmbito teórico e epistemológico, as disciplinas de teoria da história buscam aprofundar o conhecimento sobre a construção do conhecimento histórico em sua própria historicidade. Todas as disciplinas estabelecem um diálogo necessário e fundamental com a historiografia, área onde se dá a análise acerca do entrelaçamento da teoria com o conteúdo, da perspectiva teórica com a empírica, da interpretação – descrição – narração.

Entretanto, apesar de procurar atender uma série de conteúdos considerados fundamentais para a disciplina de História, os CCRs procuram uma dimensão mais vertical, analítica, crítica e interpretativa do que acumulativa de fatos, acontecimentos e eventos. Nosso objetivo é escapar de certo enciclopedismo raso presente na ideia de que o curso de História deve contemplar “*toda a história*”. Priorizamos os modos de produção da história, os modos de invenção da história, os modos de circulação e narração da mesma, problematizando método, epistemologia e as dinâmicas de poder constituinte do “saber legítimo da ciência”. Nossa preocupação é para que e para quem serve esse conhecimento? De que modo pode ser ele democratizado? De que maneira podemos escapar à legitimidade auto-exclusivista dos peritos e pensar numa história que está viva socialmente, constituindo e sendo construída pelas dinâmicas culturais, sociais e políticas? Que tipo de professor vamos formar: o vulgarizador do saber pronto e acabado ou o intelectual capaz de propor mecanismos de aprendizagem que permita aos seus educandos se apropriar dos modos de produção do discurso histórico a fim de desnaturalizá-lo?

Essa preocupação central com o caráter da história ensinada na Educação Básica orientou a proposta de fortalecer a dimensão metodológica do curso de Licenciatura em História, reforçando o aspecto da construção do conhecimento histórico no processo formativo, a fim de que também este eixo seja o fundamental no âmbito da história escolar.



#### 8.4 Articulações com as outras licenciaturas

História – Licenciatura, *campus* Erechim, articula-se com as outras licenciaturas da instituição por meio de atividades organizadas nas frentes do ensino, pesquisa e extensão.

##### a) Ensino

- Do ponto de vista da organização e funcionamento dos processos formativos, os elementos em comum com as licenciaturas dizem respeito ao oferecimento de CCRs tanto do Domínio Comum quanto do Domínio Conexo.
- O oferecimento de CCRs optativos, que visam aprofundar leituras, debates e práticas pedagógicas.
- A inserção das práticas pedagógicas nos componentes curriculares das disciplinas ofertadas, em sala de aula e através da realização de trabalhos de campo e atividades laboratoriais, presentes nos Laboratório de Documentação e História Oral, Laboratório de Docência e Laboratório de História Pública. E a inserção da Prática na iniciação à docência. (PIBID).

##### b) Pesquisa

No âmbito da pesquisa, através de possíveis propostas de linhas de investigação com o envolvimento de outras licenciaturas e integração entre Domínio Específico, Comum e Conexo.

Devido à diversidade epistemológica da História, verificam-se as aproximações com os demais cursos do *campus* das diversas áreas formativas que permitem estabelecer diálogos com o domínio específico. Na epistemologia contemporânea, a História tornou-se um saber profundamente interdisciplinar. A importância da sociologia para a primeira geração dos *Annales*, da Antropologia para a terceira, da economia, da geografia e da demografia para a segunda. A relevância da literatura e da linguística também impactou a disciplina histórica. A psicologia e a psicanálise, a educação, etc. A construção do conhecimento histórico é atravessado pelas contribuições oriundas de outros campos disciplinares. Conforme os objetos de estudo da ciência histórica a aproximação com outro campo disciplinar se faz necessária. Áreas específicas como a história cultural demandam uma rede conceitual interdisciplinar por excelência. As áreas de ensino estreitam suas reflexões com o campo da educação. A opção por focar relações sociais necessariamente exige a complementação da antropologia e da sociologia, e assim sucessivamente.



Segundo a Resolução nº 52 CONSUNI/CGAE/UFFS/2022 no artigo 36 “A organização das atividades de pesquisa, extensão e cultura poderá ser realizada através de componentes desenvolvidos na forma de projetos e ações vinculados aos eixos que estruturam a prática como componente curricular, envolvendo o currículo escolar e seu desenvolvimento, a gestão da educação e a produção e difusão do conhecimento”. Desse modo, as estratégias de articulação com as demais licenciaturas do *Campus* estão previstas na oferta de componentes curriculares e também nos grupos de pesquisa: Ensino de História, Memória e Identidade; História Oral e Memória Regional; Historiografia, Linguagens e Memória.

#### c) Extensão

- Através da proposição e desenvolvimento de projetos de formação continuada para docentes da Educação Básica.
- Realização de seminários, colóquios e semanas acadêmicas com o intuito de integrar discentes do *campus* e, também, inserir profissionais do ensino e outros interessados de toda a comunidade regional.
- Envolvimento com a organização, comitês científicos, equipes avaliadoras nos Seminários de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da promoção de atividades a compartilhar com a comunidade acadêmica no âmbito do SEPE, sobretudo os resultados provenientes de projetos de extensão e cultura.
- Destino de 10% da carga horária do curso (330 horas) para projetos de extensão que ressaltem o protagonismo estudantil no que diz respeito ao planejamento, organização e execução das ações, junto ao professor orientador.

Além destas iniciativas integradoras, salienta-se a participação junto ao Fórum das Licenciaturas e o enquadramento às diretrizes curriculares nacionais e as diretrizes do PPI da UFFS.

### **8.5 As aulas práticas**

As práticas são compreendidas como elemento central de complementações à formação teórica, são “aquelas em que os discentes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no



protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal” (Resolução nº40/CONSUNI/CGAE/2022, item b, Inciso I do Artigo 44)

A carga horária de aulas práticas desenvolvidas no Curso de História – Licenciatura, descritos no item “8.11 Matriz curricular”, são aquelas relacionadas às seguintes atividades:

- Em todos os componentes curriculares do domínio específico: 15 horas será destinado às atividades práticas concernentes à formação do professor-pesquisador, cabendo ao docente responsável pelo curso definir quais atividades serão cobradas, de que modo serão realizadas e em que momento. As atividades de âmbito escolar sugeridas são: execução de sequências didáticas, realização de atividades avaliativas, exercícios efetivos de aula, elaboração de material didático, execução de intervenção didática, elaboração de roteiro de estudos, realização de oficinas didáticas, etc. Como estará especificado adiante, para ter as 420 horas de prática distribuídos em todos os CCRs específicos do curso, cada CCR do curso será de 15 horas, excetuando as disciplinas de História Indígena e História da África que terão 30 horas cada uma em virtude da sua relevância política, institucional e epistemológica.
- Práticas laboratoriais: São práticas desenvolvidas em laboratório ou outro ambiente preparado para tal, fundamentais à formação do historiador. Os componentes curriculares que têm na sua ementa a indicação de realização de práticas laboratoriais possuem variável carga horária destinada ao desenvolvimento das atividades, de acordo com a especificidade de cada componente curricular. Estas atividades serão semestralmente planejadas pelos docentes responsáveis pelo CCR e descritas no plano de ensino que será apreciado pelo colegiado de curso.
- Estágios Supervisionados: Atividade de docência desenvolvida pelos discentes nos Estágio do curso, sob supervisão do docente responsável do CCR, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal. Estas atividades serão semestralmente planejadas pelos docentes responsáveis pelo CCR e descritas no plano de ensino que será apreciado pelo Colegiado de curso. Os itens 8.5.2 e o Regulamento de Estágio (Anexo I) detalham tais atividades.
- Viagem de estudos: Visando estimular a pesquisa e acrescentar conhecimento, alguns Componentes Curriculares (CCR’s) preveem viagens de estudos a locais que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem tais como centros históricos, museus, arquivos e centros de documentação. As viagens, que contam com a participação de dois professores, são precedidas de planejamento dos locais a serem visitados



objetivando o melhor aproveitamento da atividade, bem como oportunizam que o acadêmico não só conheça estes espaços como também possa refletir sobre eles enquanto locais de produção do conhecimento. Para a concretização das referidas viagens é indispensável o recebimento de auxílio por parte dos acadêmicos uma vez que, tal como exposto no perfil dos alunos ingressantes, bem como a localização do *campus* assim, o tornam necessário.

#### 8.5.1 A Prática como componente curricular

A prática pedagógica como componente curricular (PCC) é um elemento obrigatório na integralização das atividades acadêmicas próprias da formação docente, conforme aponta a Resolução CNE/CP n. 2, de 01 de julho de 2015 (Resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada) e o Art. 28 da Resolução Nº 52 CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 que prevê no mínimo 400 horas como PCC.

As práticas englobam três dimensões formativas e temáticas em diálogo com os Laboratórios de História Pública, História Oral e Documentação Histórica e Laboratório da Docência:

O presente Projeto Pedagógico de Curso prevê 405 horas como PCC e distribuídas conforme apresentado na matriz curricular. De modo geral, as PPCs serão desenvolvidas por meio da articulação entre os conteúdos dos componentes curriculares específicos, comum e conexo, em cada nível do Curso de modo a articular os eixos formativos e em diálogo com os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no curso. As atividades que serão desenvolvidas como PCC, a articulação destas com as dimensões da atuação profissional e a interação das mesmas com a Educação Básica serão propostas pelos docentes responsáveis pelo CCRs, sendo apreciadas e aprovadas semestralmente pelo Colegiado de Curso.

Dimensões Formativas	Propostas
História Pública e teoria da história.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Produção de material audiovisual com fins de divulgação de conhecimento histórico.</li><li>- Construção de Projetos em História Pública e de conhecimento em aplicativos e redes sociais para fins didáticos.</li><li>- Análise de Canais de divulgação de conhecimento histórico e produções audiovisuais em diferentes contextos</li></ul>



Dimensões Formativas	Propostas
	<p>históricos e suas possibilidades de ensino.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Criação de material didático sobre os diferentes contextos históricos.</li><li>- Planejamento e execução de Oficinas de divulgação de conhecimento históricos.</li><li>- Observação e reflexão sobre a prática educativa a partir das tecnologias de informação.</li><li>- Análise dos documentos orientadores no Ensino Fundamental e Médio nos diferentes contextos históricos.</li></ul>
Ensino de História e formação de professores.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Levantamento e análise de materiais e livros didáticos;</li><li>- Entrevistas com profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica</li><li>- mapeamento das políticas públicas que regem os contextos educativos;</li><li>- Observação de aulas nos contextos escolares.</li><li>- construção de recursos didáticos, jogos, brincadeiras, brinquedos, entre outras estratégias para o trabalho educativo com as diferentes linguagens e formas de inclusão no contexto educacional</li><li>- Planejamento de sequências didáticas</li><li>- Estudos de caso delineados a partir dos desafios do ensino de história: negacionismo, história digital, a relação família e escola, ensino e aprendizagem.</li></ul>
Arquivo, documentação histórica e prática de pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Visitas aos arquivos e museus.</li><li>- Análise de documentos históricos e construção da narrativa histórica.</li><li>- Análise dos documentos orientadores no Ensino Fundamental e Médio nos diferentes contextos históricos.</li><li>- construção de recursos didáticos, jogos, brincadeiras, brinquedos, entre outras estratégias para o trabalho educativo com as diferentes linguagens e formas de inclusão no contexto educacional</li></ul>

**Quadro 4:** Propostas de Práticas como Componentes Curriculares do Curso de História – Licenciatura.



### 8.5.2 Atividades Acadêmicas de Pesquisa, Cultura e Extensão

O Componente Curricular de História, enquanto disciplina escolar, é obrigatória nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio internalizado na área do conhecimento em Ciências Sociais e Humanas Aplicadas. Todos os estabelecimentos de ensino que ofertam Educação Básica, em diferentes modalidades, contam com disciplinas de História em suas grades curriculares. Em muitos casos, os docentes que lecionam esse componente curricular não são formados na área, logo, há carência de docentes formados em História.

Por isso, o curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus Erechim, não se resume ao ensino de graduação, mas também a atividades de pesquisa e extensão, oferecidas para contribuir com a formação continuada dos docentes de história, além de subsidiar a construção, problematização e consolidação das demandas regionais.

Deve-se considerar inicialmente a amplitude da atuação profissional das licenciadas (os) em História, tendo como ponto de partida o contexto da atuação dos profissionais do magistério da educação básica nos moldes do Art. 3º § 4º da Resolução CNE/CP 02/2015.

4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Importante ressaltar que as atividades de pesquisa são regulamentadas pela Resolução nº 09/2017 – CONSUNI/PPGEC, e seu Anexo I, onde se encontra o Regulamento da Pesquisa da UFFS, a definição de pesquisa adotada neste PPC acompanha a norma citada, vejamos:

Art. 1º Para efeitos deste Regulamento, considera-se pesquisa toda e qualquer atividade de natureza investigativa, com objeto e métodos definidos, aprovada pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por agências de fomento ou por outras instituições, nacionais ou estrangeiras, reconhecidas pela comunidade científica, que resulta em produção técnico-científica, técnica ou tecnológica. Parágrafo único. Entende-se por produção técnico-científica, técnica ou tecnológica os resultados dos projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação publicizados nos meios reconhecidos nas respectivas áreas de conhecimento. (RESOLUÇÃO Nº 09/2017 – CONSUNI/PPGEC)

A pesquisa se concretiza nas atividades dos docentes e discentes, em seus respectivos projetos de pesquisa e planos de trabalho. Os projetos de pesquisa, quando devidamente institucionalizados estarão sujeitos a avaliação e ao acompanhamento da Câmara de Pesquisa,



Pós-Graduação, Extensão e Cultura do Conselho Universitário, conforme o Art. 4º RESOLUÇÃO Nº 09/2017 – CONSUNI/CPPEGEC.

Por sua vez as atividades de extensão são regulamentadas pela Política de Extensão da UFFS, pela Resolução nº 4 CONSUNI /CPPEGEC/2017, onde temos passagens importantes para a construção de nossa concepção. Nesse sentido, a política de extensão da UFFS é concebida:

I - A partir das diretrizes e dos princípios institucionais e acadêmicos da Política Nacional de Extensão, constituindo-se num elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa. A Extensão coloca-se na perspectiva de colaborar, por meio de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. II - Visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional.

A partir destas concepções o curso de Licenciatura em História da UFFS Erechim deve oportunizar aos discentes o embasamento teórico-metodológico a partir dos componentes curriculares e garantir aos discentes a existência perene de projetos de Pesquisa e Extensão. Tal processo deve ser pautado pelos princípios explicitados no PDI da Instituição e buscar o fomento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As vivências relacionadas à produção técnico-científica devem iniciar ainda no desenvolvimento dos componentes curriculares, estando presente nas estratégias docentes no desenvolver dos componentes curriculares. Passando pelas oportunidades de pesquisa em iniciação científica como bolsistas ou voluntários, culminando na obrigatoriedade da elaboração do trabalho de conclusão de curso, que pressupõe o desenvolvimento de um projeto de pesquisa na área da História.

Importante resguardarmos aqui, de forma complementar, uma visão ampliada sobre os processos constituidores dos chamados projetos de pesquisa e de extensão. Entendemos que estas possibilidades de trabalho do docente, em muitos casos transcendem as formalidades institucionais e burocráticas, acontecendo de forma efetiva e intensa por meio da práxis e da vivência cotidiana dos discentes e docentes.

A articulação da pesquisa e da extensão na graduação em licenciatura em história se dá por meio de diferentes ações: na atuação do Laboratório de História Oral e do Centro de Documentação que disponibiliza sua dependência para realizar a busca e construção de um acervo documental ligado à história regional, além das parcerias institucionais com prefeituras



da região do Alto Uruguai (atual exemplo de Aratiba e Ponte Preta) que procuram construir seus centros de memória, museus, organizar acervos, para preservar a memória e a história da comunidade regional; por meio de seminários de extensão e de formação abertos à comunidade que ocorrem todo semestre nas formas das aulas inaugurais e das semanas acadêmicas que se constituem enquanto eventos que viabilizam a formação contínua e o diálogo aberto com a comunidade; na realização de colóquios de exposição dos relatórios de estágio resultantes dos CCRs ligados ao Estágio Supervisionado, bem como colóquios de exposição dos TCCs resultantes dos CCRs de Trabalho de Conclusão de Curso; da ida dos estudantes aos mais diversos ambientes da sociedade civil organizada que mobilizam em suas comunidades a memória e a história por intermédio dos Estágios Supervisionados previstos neste PPC; seja por meio da atuação de grupos de estudo ou grupos de pesquisa (Ex: Logos/Tao e Grupo EHMI) que realizam seus seminários, atividades de extensão, cursos de formação de professores, publicações, etc.

Para além dessas atividades, este PPC está prevendo CCR denominadas Articulações entre Pesquisa, Ensino e Extensão com o objetivo de aprofundar a história da América, história contemporânea e construção de projetos de extensão e cultura a partir dos estudos da história local e municipal. Tais CCRs terão uma carga horária de 330 horas. Ainda devem ser mencionadas as AAs e as práticas pedagógicas entendidas como atividades que possibilitam interação dos discentes com a pesquisa, a extensão e a cultura.

Ainda orienta-se a vivência em Atividades Curriculares de Extensão e Cultura, à escolha de cada estudante, desde que previstas no Anexo IV deste PPC. Essas Atividades Curriculares de Extensão e Cultura precisam computar até 40h em Ações de Extensão, organizadas pelo Extensão I: Projetos e Intervenções Sociais. No caso do discente desenvolver essas atividades coordenadas por docentes de outros cursos, ou desenvolvidas por/em outras instituições, é preciso solicitar a validação dessas atividades. O Anexo IV deste PPC orienta os procedimentos dessa validação.

A curricularização da extensão é um elemento nevrálgico que propõe uma maior integração dos cursos para com a comunidade, para além disso, põe em vista o protagonismo dos estudantes frente a tais propostas. Para tanto, cerca de 10% da carga horária total do curso é destinada a esse fim. Para tanto, tendo em vista as particularidades do curso, o mundo do trabalho e da comunidade ao entorno, entendemos que os momentos em que essas ações poderão ocorrer em disciplinas tanto específicas quanto nas disciplinas de domínio comum, em que cada uma, conforme sua particularidade, reflete a relação entre o conhecimento



histórico, a materialidade e de que forma isso pode perpassar extramuros para a comunidade acadêmica.

Levando em conta que, o ofício do historiador e da historiadora transcende a questão da docência, sendo possível sua atuação em arquivos, centros de memória e museus. Portanto, uma formação que dialogue com esses espaços se faz necessária para o aprimoramento do estudante e devolve a comunidade parte de seus investimentos indiretos na universidade.

Nesse contexto, a proposta dialoga com três laboratórios do Curso que mobilizam a relação entre ensino, pesquisa e extensão: Laboratório de Documentação Histórica e História Oral; Laboratório de Docência e Laboratório de História Pública. Nesse sentido, delineamos as seguintes disciplinas específicas em articulação com as disciplinas de domínio Comum que apresentam Unidades Temáticas voltadas à extensão:

**Seminário de Extensão I (3º Semestre)** articula o conjunto de aprendizagens (o conceito de Extensão, a inserção Comunidade Externa e escrita acadêmica) e a CCR Teoria da História (a extensão no campo dos historiadores e historiadoras) propõe-se a delinear a escrita e projeto de extensão.

Já a **Extensão II: Teoria e História da América (5º Semestre)** dedica-se a construir práticas de Extensão no campo do conhecimento histórico a partir do debate realizado nas CCRs (Teoria e Metodologia do Ensino de História, Teoria Metodologia da História). Nesse aspecto, esta disciplina se volta para a inserção e atuação extensionista na linha de história local e da América tanto na questão da divulgação de conhecimento histórico quanto na formação de professores e professoras.

A última disciplina **Extensão III – Saberes e práticas do Historiador (8º Semestre)** tem por intuito consolidar o percurso formativo em torno da extensão e da cultura no campo da formação do historiador e da historiadora. Nesse sentido, dedica-se tanto na reflexão das experiências de extensão realizadas ao longo do Curso quanto da organização de Seminários, Mesas Temáticas e Cursos de Extensão no campo da articulação entre os saberes da sociedade e o conhecimento histórico.

Extensão Curso de História			
CCRS	Horas	Proposta	Nível
Teoria e metodologia da história I: da antiguidade ao século XVIII	15	O papel dos historiadores na sociedade	1º
Extensão I: Projetos e Intervenções Sociais	30	Conceitos de Extensão Proposição de um Curso ou Evento.	3º
Teoria e metodologia da história III: os estudos pós-coloniais.	15	A história Pública como possibilidade de Extensão	4º
Extensão II: Teoria e História da América	120	Propostas Pedagógicas e atuação nas escolas sobre a história da	5º



Extensão Curso de História			
		América e do Brasil.	
Extensão III: Saberes e práticas dos historiadores e historiadoras	120	Construção de Projetos e propostas em espaços sociais da região do Alto Uruguai.	8º
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura	40	Participação na proposição de eventos e cursos de extensão.	3º e 4º
<b>Total</b>			<b>340</b>

## 8.6. Atividades Autônomas

As Atividades Autônomas do Curso de Graduação em História – Licenciatura, exigência para integralização curricular, objetivam o aprofundamento da formação e são desenvolvidas ao longo do curso tanto em espaços na universidade quanto em outros espaços formativos. Perfaz uma carga horária equivalente a 180 horas, conforme Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015.

Essas atividades autônomas estão organizadas em: a) atividades de pesquisa; b) atividades de ensino; c) atividades de extensão e aprimoramento profissional; d) atividades de cultura e movimentos sociais.

## 8.7 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD

A Resolução nº 42/CONSUNI CGAE/UFFS/2023 possibilita a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS:

Art. 2º Os cursos de graduação presenciais poderão introduzir oferta de carga horária na modalidade de EaD na sua organização pedagógica e curricular, **até o limite de 40% da carga horária total do curso.**

§ 1º Os *componentes curriculares* poderão ser ofertados **integral ou parcialmente** na modalidade de EaD. [...]

Art. 6º A oferta de componente curricular na modalidade de Educação a Distância deve constar no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, aprovado pelo Colegiado de Curso, em consonância com o NDE (Núcleo Docente Estruturante), e submetido à aprovação final da Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do Conselho Universitário.

§ 1º O projeto pedagógico do curso que adotar componentes curriculares na modalidade de EaD deve conter:

- I - uma fundamentação teórico-metodológica que incorpore o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e de aprendizagem do curso;
- II - a relação dos componentes curriculares ofertados, integral ou parcialmente, na modalidade de EaD, com discriminação da carga horária na modalidade presencial e a distância, somatório final e respectivos períodos letivos de oferta;
- III - sistema de avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares ofertados



na modalidade EaD.

O curso de História – Licenciatura - campus Erechim reafirma a importância do ensino presencial de modo a promover a interação, o debate e o encontro da sala de aula. Porém, em diálogo com a legislação supracitada, bem como as mudanças de propostas educativas dos últimos anos, delimita o percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) em CCRs do Domínio específico no formato que combina o ensino presencial e elementos ensino a distância (Gil, 2023), o que se concretiza a partir de plataformas e Ambientes Virtuais de aprendizagem como: *sigaa*, *Practice* e a plataforma meet.

Desse modo, Schlemmer e Moreira (2022) articulam as potencialidades de aprendizagem que acontecem em diferentes espaços na concepção de Educação Híbrida. Os autores assim conceituam a modalidade que combina a vida on-line com a presencialidade ao problematizar a organização social contemporânea com referência nas mudanças tecnológicas:

“...o híbrido passa a comportar para além das TD, as tecnologias analógicas - híbrido quanto as tecnologias; os espaços geográficos e digitais - híbrido quanto aos espaços; os tempos síncronos e assíncrono - híbrido quanto aos tempos; as presenças físicas, telepresença e presenças digitais humanas e presenças digitais não humanas - híbrido quanto às presenças; as culturas pré-digitais e digitais - híbrido quanto a cultura, mantendo o híbrido quanto as linguagens. Enquanto fomos trabalhando o conceito de hibridismo, outro conceito emergiu, o de multimodalidade, entendida como o coengendramento entre a modalidade presencial física e online, considerando as potencialidades do *e-learning*, *mobile learning*, *ubiquitous learning*, *pervasive learning*, *immersive learning*, *gamification learning* e *game based learning*” (Schlemmer; Moreira, 2022, p. 5-6)

Frente a diversidade de possibilidades educativas, o curso de História – Licenciatura entende a alternância entre o presencial e on-line como uma potencialidade formativa. Gil (2023, p.143) sistematiza a Educação Híbrida em três modalidades: de rotação, flexível, a la carte e enriquecido. O Curso de história, frente a suas especificidades, considera o modelo rotativo mais adequado que corresponde a alternância entre a modalidade on-line e o ensino presencial, o que envolve considerar diferentes métodos ativos a partir das experiências de professores e os componentes curriculares do curso.

Jose Valenti (2018, p. 13) designa a noção de metodologias ativas enquanto o processo educativo em que “o aluno assume uma postura mais participativa, na qual ele



resolve problemas, desenvolve projetos e, com isso, cria oportunidades para a construção de conhecimento”. No mesmo sentido, Cavalcanti e Folati (2018, p. 36), em diálogo com o **cognitismo, do (socio)construtivismo e do conectivismo**, argumentam que a proposta articula a ação e a reflexão no processo de formação dos estudantes, sendo que “os alunos ou profissionais resolvem problemas, atuam como instrutores de seus pares, transformam-se em designers da própria aprendizagem e chegam até a conceber e implementar soluções na comunidade em que estão inseridos”.

Assim, delinea-se algumas metodologias e propostas a serem consideradas nos Planos de Curso de modo a atender o Ensino Híbrido, conforme Cavalcanti e Folati

- Aprendizagem Baseada em Projetos – trata-se de uma proposta educativa em que visa à “entrega de um produto que pode ser um relatório das atividades realizadas, um protótipo da solução concebida ou um plano de ação”. O projeto se desenvolve: a) Delimitação do Tema; b) formulação do problema, objetivos e metodologia da pesquisa; c) coleta e pesquisa ; d) a apresentação do projeto; f) autoavaliação do projeto;
- Aprendizagem Baseada em Problemas – a estratégia parte de situações-problema para que os estudantes se dedicam a solucionar tais problemas de modo a construir novos conhecimentos. A proposta Entre as suas etapas estão: a) Proposição do problema; b) Mapeamento dos Conhecimentos existentes – Chuva de Ideias; c) Construção de hipóteses e lacunas existentes; d) identificação de questões centrais; e) Estudo e pesquisa; f) Construção de conhecimentos em relatórios e seminários; g) avaliação e reflexão sobre as aprendizagens;
- Aprendizagem Baseada em Jogos – trata-se de sequências e atividades que propõe desafios, tomadas de decisão e solução de problemas. Pressupõe: a) Construção de regras e o ambiente do jogo; b) estímulo a cooperação e tomada de decisão c) *feedbacks e recompensas na intenção de engajamento* instantâneos; d) desenvolvimento de habilidades a partir de desafios e problemas;
- Gamificação – envolve o uso de Tecnologias Digitais de comunicação para promover a construção de conhecimento com base de games. Pressupõe: a)



Construção de regras e o ambiente do jogo; b) estímulo a cooperação e tomada de decisão c) *feedbacks e recompensas na intenção de engajamento* instantâneos; d) desenvolvimento de habilidades a partir de resolução de problemas;

Diante desses aspectos, ressalta-se que estas são apenas algumas sugestões e possibilidades, pois cada docente tem a autonomia e a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes, com o Colegiado de Curso, com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do Campus Erechim. Além disso, salienta-se que as avaliações dimensionam seus aspectos diagnósticos, processuais, contínuos, cumulativos e formativos.

### 8.8 Atendimento às legislações específicas

**Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002** – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – institui a Política Nacional de Educação Ambiental e que dispõe disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Meio ambiente, economia e sociedade	Elementos de economia ecológica e política.	ALIER, Jean Martinez. <b>Da economia ecológica ao</b>



Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
60 horas (Obrigatória)	Experiências produtivas alternativas.	<b>ecologismo popular.</b> Blumenau: Edifurb, 2008. ALTIERI, Miguel. <b>Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.</b> Porto Alegre: UFRGS, 1998. BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). <b>A geografia política do desenvolvimento sustentável.</b> Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). <b>Incertezas de sustentabilidade na globalização.</b> Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. LEFF, Enrique. <b>Epistemologia ambiental.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. <b>O mito do desenvolvimento sustentável.</b> 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
História Indígena: Povos Originários e Memória	O indígena no processo de formação da nacionalidade brasileira (século XIX). A luta pelo direito à terra e pelo reconhecimento da cidadania. Questões indígenas contemporâneas e a questão ambiental. Práticas pedagógicas em História Indígena.	CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.(org.). <b>História dos Índios no Brasil.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1992 FAUSTO, Carlos. <b>Os Índios antes do Brasil.</b> Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. KRENAK, Ailton. <b>Futuro ancestral.</b> Companhia das Letras, 2022. MONTEIRO, John Manuel. <b>Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.</b> Cia das Letras: São Paulo. 1994
75 Horas (obrigatória)		

Quadro 6: Atendimento ao Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

**Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004** – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.



Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL		ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. <b>Preconceito contra a origem geográfica e de lugar</b> – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. <i>In:</i> POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. <b>Teorias da etnicidade</b> . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. HALL, Stuart. <b>A identidade cultural pós-modernidade</b> . 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. HOBSBAWM, Eric. <b>A invenção das tradições</b> . Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). <b>Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade</b> . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. <b>Identidade, etnia e estrutura social</b> . São Paulo: Pioneira, 1976.
60 horas (Obrigatória)	Noções de Identidade e de Fronteira. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	
HISTÓRIA INDÍGENA: POVOS ORIGINÁRIOS E MEMÓRIA	O indígena no processo de formação da nacionalidade brasileira (século XIX). A luta pelo direito à terra e pelo reconhecimento da cidadania. Questões indígenas contemporâneas e a questão ambiental. Práticas pedagógicas em História Indígena.	CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.(org.). <b>História dos Índios no Brasil</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1992 FAUSTO, Carlos. <b>Os Índios antes do Brasil</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. GARCIA, Elisa Frühau. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. KRENAK, Ailton. <b>Futuro ancestral</b> . Companhia das Letras, 2022. MONTEIRO, John Manuel. <b>Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo</b> . Cia das Letras: São Paulo. 1994
60 horas (Obrigatória)		
TEORIA E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	A lei 11. 645 e as relações étnico-raciais e a educação em direitos humanos.	ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina; PACIEVITCH, Caroline (Org.). <b>Memória, Sensibilidades e Saberes</b> . Campinas: Alínea, 2015 KARNAL, Lenando. (Org.). <b>História na sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 2003. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). <b>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</b> . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
75 horas (Obrigatória)		
História da África e Africanidades	Estruturas sociopolíticas e culturais da África. Organizações políticas e dinâmicas econômicas do período pré-colonial. O comércio com o oriente e expansão do islamismo. Processos de constituição dos sistemas coloniais e reflexos do comércio escravocrata. A África na Revolução Industrial	HERNANDES, Leila Leite. <b>África na sala de aula</b> . São Paulo: Summus Editorial/Selo Negro, 2005. MACEDO, José Rivair. <b>História da África</b> . São Paulo: Contexto, 2013. READER, John. <b>África – Biografia de um Continente</b> . Lisboa: Europa-América, 2004. VVAA. <b>História Geral da África</b> . Brasília: Unesco, 2010, 8 volumes.
75 horas (Obrigatória)	A descolonização. A África na nova ordem mundial. Práticas de ensino em História da África e a lei 11.645.	



Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
História do Brasil I	Sociedade colonial: indígenas, africanos e portugueses. Aspectos da escravidão. O império português e as relações com o Brasil. Revoltas do período colonial.	ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <b>O Trato dos Vivos</b> : formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000. MONTEIRO, John Manuel. <b>Negros da Terra</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 199
75 horas Obrigatória)		
História do Brasil II	A economia cafeeira. A questão da terra: posse e propriedade. Escravidão: conflito, negociação e resistência. Processos migratórios. Crise do império e Proclamação da República.	ALONSO, Angela. <b>Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)</b> . São Paulo: Cia. das Letras, 2015. CARVALHO, José Murilo de. <b>A construção da ordem. Teatro de sombras</b> (1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. MATTOS, Hebe Maria. <b>Escravidão e cidadania no Brasil monárquico</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 CHALHOUB, Sidney. <b>A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista</b> . São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
75 horas (Obrigatória)		

**Quadro 7:** Atendimento à Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.

**RESOLUÇÃO nº 01, de 30 de maio de 2012** – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

## 8.9. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Obrigatório Supervisionado estrutura-se de 420 horas de inserção em contextos educativos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Espaços não-formais de Educação e de Gestão da escolar. A carga horária dos estágios tem como organização atividades presenciais, de observação e regência nos campos de estágio, conforme os planos de curso dos componentes curriculares e do regulamento de estágio do curso.

O estágio, conforme a política de formação inicial e continuada da UFFS, é compreendido:

“como um tempo-espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.” (UFFS, 2024, p. 13)



Por conta disso, o estágio pode ser entendido como espaço formativo que mobiliza saberes e conhecimentos construídos ao longo da formação, pois envolve uma aproximação com a realidade (Pimenta; Lima, 2011). Pimenta e Lima (2011, p. 45) problematizam a noção de estágio de que seria a atuação prática de um curso, e assinalam que o estágio atividade curricular “é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, este sim objeto da práxis.” (2011, p. 45). Da mesma forma, as autoras defendem a perspectiva do estágio como inserção na pesquisa, já que envolve “a possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam”. Nessa direção, teoria e prática são entendidas indissociavelmente.

O estágio curricular supervisionado do curso será desenvolvido na docência da Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Espaço não-formais, bem como nas atividades de Gestão da escola, tendo os seguintes momentos: 1. Aproximação com os contextos educativos; 2. Construção do projeto de estágio e Plano de Atividades; 3. Desenvolvimento do projeto de estágio sob orientação e acompanhamento institucional. 4. Elaboração de documentação pedagógica.

O estágio concebido como práxis busca romper a perspectiva reducionista e tecnicista de que os estudantes aplicam conhecimentos no espaço escolar. Portanto, o estágio implica na construção de habilidades de observação, interpretação e reflexão capazes de potencializar a construção de uma educação crítica e emancipatório e em diálogo com as demandas sociais.

## **8.10 Estrutura Curricular**

A Estrutura Curricular refere-se à organização das atividades dos diferentes domínios formativos articulados entre si através dos eixos formativos da prática como componente curricular, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuindo-os ao longo do período de formação, envolvendo a definição de carga horária teórica e prática, a identificação dos estágios, da prática como componente curricular, da flexibilidade, incluindo os componentes optativos e eletivos, a indicação dos pré-requisitos e a carga horária referente às atividades complementares.



Curso de graduação em História – Licenciatura Campus Erechim					Atividades <sup>A</sup>							Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais				Aulas na mo- dalidade EAD	Estágio	TCC		
Nível	Nº	Domí- nio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensi- onista	PCCr **	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
1º nível	01	CM	GCH1745	Iniciação à Prática Científica	60							60	
	02	CM	GCH1746	Introdução ao Pensamento Social	60							60	
	03	CX	GCH2141	Teoria e metodologia da história I: da antiguidade ao século XVIII	52		15	15	8			90	
	04	ES	GCH804	Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação	60							60	
	05	ES	GCH2143	História Antiga: Antiguidades Orientais e Ocidentais I	52			15	8			75	
<b>Subtotal</b>					<b>284</b>		<b>15</b>	<b>30</b>	<b>16</b>			<b>345</b>	
2º nível	06	CM	GEX1057	Informática Básica	60							60	
	07	ES	GCH2233	História da África: Africanidades	52			30	8			90	
	08	CM	GLA0693	Produção Textual Acadêmica	60							60	
	09	ES	GCH2158	Teoria e metodologia da história II: os séculos XIX e XX	52			15	8			75	
	10	ES	GCH2234	História Antiga: Antiguidades Oriental e Ocidental II	52			15	8			75	
<b>Subtotal</b>					<b>276</b>			<b>60</b>	<b>24</b>			<b>360</b>	
3º nível	11	ES	GCH2144	História do Brasil I	52			15	8			75	
	12	CX	GCH805	Didática Geral	45			15				60	



Curso de graduação em História – Licenciatura Campus Erechim					Atividades <sup>A</sup>							Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais				Aulas na mo- dalidade EAD	Estágio	TCC		
Nível	Nº	Domí- nio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensi- onista	PCCr **	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	13	ES	GCH2146	Culturas Medievais	52			15	8			75	
	14	ES	GCH2147	Extensão I: Projetos e Intervenções Sociais			30					30	
	15	ES		Optativa I	60			15				75	
	16	CM	GCS0690	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60							60	
<b>Subtotal</b>					<b>269</b>		<b>30</b>	<b>60</b>	<b>16</b>			<b>375</b>	
4º nível	17	ES	GCH2235	Teoria e Metodologia do Ensino de História	52			30	8			90	
	18	CM	GCS0691	Direitos e Cidadania	60							60	
	19	ES	GCH2236	História Moderna: Colonialismos e Revoluções	52			15	8			75	
	20	ES	GCH2237	Teoria e Metodologia da História III: os estudos pós-coloniais	52		15	15	8			90	
	21	CX	GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60							60	
<b>Subtotal</b>					<b>276</b>		<b>15</b>	<b>60</b>	<b>24</b>			<b>375</b>	
5º nível	22	CX	GCH806	Políticas Educacionais	60							60	
	23	ES	GCH2149	Extensão II: Teoria e História da América			120					120	
	24	ES	GCH2150	História do Brasil II	52			15	8			75	



Curso de graduação em História – Licenciatura Campus Erechim					Atividades <sup>A</sup>						Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais				Aulas na mo- dalidade EAD	Estágio			TCC
Nível	Nº	Domí- nio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensi- onista	PCCr **	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	25	CX	GCH808	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	60					30		90	
	26	ES		Optativa II	60			15				75	
<b>Subtotal</b>					<b>232</b>		<b>120</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>30</b>		<b>420</b>	
6º nível	27	ES	GCH2159	Trabalho de Conclusão de curso I: Projeto	60			15				75	
	28		GCH2044	Estágio Curricular Supervisionado em História I	30	15				75		120	
	29	ES	GCH2238	História da América: América e suas pluralidades I	52			15	8			75	
	30	ES	GCH2239	História do Brasil III	52			15	8			75	
	31	ES	GCH2240	História Indígena: Povos originários e memória	52			30	8			90	
<b>Subtotal</b>					<b>246</b>	<b>15</b>		<b>75</b>	<b>24</b>	<b>75</b>		<b>435</b>	
7º nível	32	ES	GCH2045	Estágio Curricular Supervisionado em História II	30	15				75		120	
	33	CX	GLA211	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60							60	
	34	ES	GCH2152	História Contemporânea e virada historiográfica I	52			15	8			75	
	35	ES		Optativa III	60			15				75	
	36	ES	GCH2153	História da América: América e suas pluralidades II	52			15	8			75	



Curso de graduação em História – Licenciatura Campus Erechim					Atividades <sup>A</sup>							Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais				Aulas na mo- dalidade EAD	Estágio	TCC			
Nível	Nº	Domí- nio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensi- onista	PCCr **	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada			
<b>Subtotal</b>					<b>246</b>	<b>15</b>		<b>45</b>	<b>16</b>	<b>75</b>		<b>405</b>		
8º nível	37	ES	GCH2046	Estágio Curricular Supervisionado em História III	30			15		45		90		
	38	ES	GCH2242	Extensão III: saberes e práticas dos historiadores e historiadoras			120					120		
	39	CX	GCH809	Educação Inclusiva	45			15				60		
	40	ES	GCH2243	Trabalho de Conclusão de Curso II	15						45		60	
	41	CM	GCH1747	História da Fronteira Sul	60								60	
	42	ES	GCH2244	História Contemporânea e virada historiográfica II	52			15	8				75	
<b>Subtotal</b>					<b>232</b>		<b>120</b>	<b>45</b>	<b>8</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>465</b>		
Subtotal Geral					<b>2105</b>		300	<b>405</b>	<b>160</b>	<b>225</b>	<b>45</b>	<b>3180</b>		
Atividades Autônomas <sup>21</sup>												160		
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs) – (quando aplicável)							40					40		
<b>Total Geral</b>					<b>2039</b>	<b>30</b>	<b>340</b>	<b>405</b>	<b>136</b>	<b>225</b>	<b>45</b>	<b>3380</b>		

CM – Domínio Comum      CX – Domínio Conexos      ES – Domínio Específico

a) Atividades descritas conforme previsto no Art. 44 do atual Regulamento da Graduação da UFFS

21 As atividades Autônomas estão descritas no Anexo IV deste documento, e juntamente com as Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs) somam 200 horas para a integralização curricular.



**Quadro 9:** Componentes curriculares do Curso de História – Licenciatura.

### 8. 11 Rol de componentes optativos:

Os componentes curriculares optativos constituem de aprofundamento da formação do estudante. Por essa razão, são escolhidos por ele de acordo com seus interesses de aprofundamento, a partir de um conjunto de opções ofertadas pelo curso.

As disciplinas optativas são ofertadas como: Optativa I, Optativa II e Optativa III com um rol de CCRs, no terceiro, quinto e sétimo nível do curso, respectivamente. Apesar de pertencerem ao domínio específico do curso, os estudantes de outros cursos da instituição também podem realizá-los, desde que haja vaga aberta e que sejam previstos nos seus respectivos projetos de curso.

Curso de graduação em História – Licenciatura Campus Erechim			Atividades			Total de Horas	Pré-requisitos
			Aulas presenciais		Na modalidade EaD		
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Teórica		
43	GCH2245	Arqueologia: Teoria e Prática	60	15		75	
44	GCH2246	Filosofia e História	60	15		75	
45	GCH2247	A Formação Histórica da Colônia de Erechim	60	15		75	
46	GCH2248	História Social da América Latina	60	15		75	
47	GCH2249	História da Ciência	60	15		75	
48	GCH2250	História da Educação Brasileira	60	15		75	
49	GCH2251	História das Religiões e Religiosidades	60	15		75	
50	GCH2252	História da Imprensa no Brasil	60	15		75	
51	GCH2253	História do Futebol	60	15		75	
52	GCH2254	Imagem e História	60	15		75	
53	GCH2255	Literatura e História	60	15		75	



Curso de graduação em História – Licenciatura Campus Erechim			Atividades			Total de Horas	Pré- requisitos
			Aulas presenciais		Na modalidade EaD		
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Teórica		
54	GCH2256	História, Fontes Orais e Memória	60	15		75	
55	GCH2257	História dos Movimentos Sociais no Campo	60	15		75	
56	GCH2258	História do Pensamento Econômico	60	15		75	
57	GCH2259	História do Pensamento Latino-Americano	60	15		75	
58	GCH2260	História das Relações Interétnicas	60	15		75	
59	GCH2155	História e Antropologia da Alimentação	60	15		75	
60	GCH2261	História das Mulheres e das Relações de Gênero	60	15		75	
61	GCH2262	História, Escravidão e Pós-Abolição	60	15		75	
62	GCH2263	História da Arte	60	15		75	
63	GCH2264	História, Patrimônio e Museu	60	15		75	
64	GCH2265	Educação Popular e EJA	60	15		75	
65	GCH2266	Seminário Temático em História I	60	15		75	
66	GCH2267	Seminário Temático em História II	60	15		75	
67	GCH2156	Seminário Temático em História III	60	15		75	
68	GCH2157	Seminário Temático em História IV	60	15		75	
69	GCH2268	Seminário Temático em História V	60	15		75	
70	GCH2269	Seminário Temático em História VI	60	15		75	
71	GCH2270	Seminário Temático em História VII	60	15		75	
72	GCH2271	Seminário Temático em História VIII	60	15		75	
73	GCH2272	Seminário Temático em História IX	60	15		75	
74	GCH2273	Seminário Temático em História X	60	15		75	



**Quadro 10:** Rol de CCRs Optativos

### 8.12 Resumo da carga horária dos estágios, AAs e TCC.

<b>Resumo da Carga horária de Estágio, AAs, TCC e Atividades EAD*</b>	<b>Carga horária (horas)</b>
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	135
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	420
Componentes curriculares optativos	225
Atividades Autônomas	160
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE) *	40
Atividades na modalidade educação à distância *	136

**Quadro 11** - Resumo da Carga horária



### 8.13 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)

1ª Nível	2ª Fase	3ª Fase	4ª fase	5ª Fase	6ª Fase	7ª fase	8ª Fase
Iniciação à prática científica	Informática básica	História do Brasil I	Teoria e metodologia do Ensino de História	Políticas Educacionais	Trabalho de Conclusão de curso I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado em História III
Introdução ao pensamento social	História da África: Africanidades	Didática Geral	Direitos e Cidadania	Extensão II: Teoria e História da América.	Estágio Curricular Supervisionado em História I.	Língua brasileira de Sinais - Libras	Extensão III: saberes e práticas dos historiadores e das historiadoras
Teoria e metodologia da História I: da Antiguidade ao século XVII	Produção textual acadêmica	Culturas Medievais	História Moderna: Colonialismos e Revoluções	História do Brasil II	História da América: América e suas Pluralidades I	História da América: América e suas Pluralidades II.	Educação Inclusiva Trabalho de Conclusão II
Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da educação	Teoria e Metodologia da História II: os séculos XIX e XX	Extensão I: Projetos e Intervenções Sociais Optativa I	Teoria e metodologia da História III: os estudos pós-coloniais	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	História do Brasil III	Optativa III	História da Fronteira Sul.
História Antiga: Antiguidades Oriental e Ocidental I	História Antiga: Antiguidades Oriental e Ocidental I	Meio ambiente, economia e sociedade	Teoria das Aprendizagens e do desenvolvimento humano.	Optativa II	História Indígena: Povos Originários e memória.	História Contemporânea e virada Historiográfica I	História Contemporânea e virada Historiográfica II
D Esp	D CM	DCX	Optativos	Estágios			
<b>Legenda</b>							



## 8.14 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

### 8.14.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura

#### Componentes curriculares do 1º Nível:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1745	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
<b>EMENTA</b>		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
<b>OBJETIVO</b>		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ADORNO. T. Educação após Auschwitz. In: ADORNO. T. <b>Educação e emancipação</b> . São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. <b>Filosofia da Ciência</b> : introdução ao jogo e as suas regras. 4ª ed. SP: Loyola, 2002.		
CHAUÍ, M. <b>Escritos sobre a Universidade</b> . SP: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. <b>A Revolução Científica</b> : origens da ciência moderna. RJ: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. <b>Epistemologia</b> . O mito da neutralidade científica. Rio, Imago, 1975 (Série Logoteca)		
MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. <b>Fundamentos de Metodologia Científica</b> . 6. ed., São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
APPOLINÁRIO. <b>Metodologia da ciência</b> : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. <b>Investigação científica</b> . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. <b>O Método Científico</b> : teoria e prática. SP: HARBRA, 1986.		
GIACOIA JR, O. Hans Jonas: O princípio da responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. <b>Correntes fundamentais da ética contemporânea</b> . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. <b>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</b> . 5. ed. SP: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. <b>Iniciação à Pesquisa Científica</b> . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. (1994). <b>Ciência com Consciência</b> . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. <b>Filosofia da ciência contemporânea</b> . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. <b>Planejar e Redigir Trabalhos Científicos</b> . 4. ed. SP: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. <b>Metodologia científica</b> : a construção do conhecimento. 6ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. <b>A escalada da ciência</b> . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH1746	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
<b>EMENTA</b>		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
<b>OBJETIVO</b>		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
GIDDENS, Anthony. <b>Sociologia</b> . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. <b>História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber</b> . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. <b>Aprender antropologia</b> . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania, BARBOSA, Maria & OLIVEIRA, Márcia. <b>Um toque de clássicos</b> . 2ª ed. Belo Horizonte, UFMG: 2010. TEIXEIRA, Aloisio (org). <b>Utópicos, heréticos e malditos</b> . Record: São Paulo/Rio de Janeiro, 2002.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
ADORNO, Theodor. <b>Introdução à sociologia</b> . São Paulo, Unesp, 2008. LANDER, Edgardo (org). <b>A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais</b> . Buenos aires: CLACSO, 2005. CORCUFF, Philippe. <b>As novas sociologias: construções da realidade social</b> . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. <b>A interpretação das culturas</b> . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs). <b>Teoria social hoje</b> . São Paulo: Unesp, 1999. LEVINE, Donald N. <b>Visões da tradição sociológica</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Orgs.). <b>Dicionário do pensamento social do século XX</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1996. MARTINS, Carlos Benedito. <b>O que é sociologia</b> . São Paulo: Brasiliense, 1994		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2141	TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA I: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XVIII	90
<b>EMENTA</b>		
<p>História das ideias, noções e conceitos sobre o que seja História. Fundamentação epistemológica da natureza do conhecimento histórico. Uma abordagem introdutória às teorias, metodologias, campos de investigação e linhas de pesquisa em História. Concepções de História na Antiguidade: origens; Heródoto e a “História”, Tucídides e a “História da Guerra do Peloponeso”; historiografia romana. Concepções de História no mundo medieval: Santo Agostinho; historiografia cristã. A História na Modernidade: do Renascimento à elaboração do paradigma iluminista. Extensão Universitária e a teoria da história.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Proporcionar reflexões sobre as relações existentes as concepções teóricas e metodológicas na pesquisa histórica.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BARROS, José D’Assunção. Teoria da História. 5 volumes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011-2016. COSTA, Aryana Lima. A extensão na formação de profissionais de história. <b>Revista Brasileira de História</b>. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 35-53, 2010. CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. DOSSE, François. A História em migalhas – Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 2003. FONTANA, Josep. História: Análise do passado e projeto social. São Paulo: Edusc, 1998. FUNARI, Pedro Paulo. Teorias da História. São Paulo: Brasiliense, 2006. GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O início da história e as lágrimas de Tucídides”. In: Margem: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e dos Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e História da PUC-SP. São Paulo: Educ, no. 1, 1992, pp. 9-28.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>BLOCH, Marc. <b>Apologia da história ou o ofício do historiador</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. CHARTIER, Roger. <b>Origens culturais da Revolução Francesa</b>. São Paulo: Unesp, 2009. DOSSE, François. <b>A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido</b>. São Paulo: Unesp, 2001. FOUCAULT, Michel. <b>História da loucura</b>. São Paulo: Perspectiva, 2010. GINZBURG, Carlo. <b>O queijo e os vermes – O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. GINZBURG, Carlo. <b>Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. LE GOFF, Jacques. <b>A civilização do ocidente medieval</b>. Bauru: EDUSC, 2006. REIS, José Carlos. <b>História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2006. SEVCENKO, Nicolau. <b>O Renascimento</b>. São Paulo: Atual, 1999.</p>		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH804	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60
<b>EMENTA</b>		
1.Relações entre sociedade, cultura e educação. 2. Modernidade e Educação: Igualdade, Democracia e Emancipação. 3. Os sujeitos históricos da educação formal. 4. As dimensões sociais, históricas e filosóficas na pesquisa educacional contemporânea. 5. A Instituição escolar na atualidade e políticas de formação docente.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover reflexões e debates acerca da educação considerando elementos de caráter histórico, filosófico e sociológico que fundamentam essa área de conhecimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ADORNO, T. W. <b>Educação e emancipação</b> . 6ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. <b>Pedagogia do oprimido</b> . 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. GRAMSCI, A. <b>Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo</b> . v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LUCKESI, C. C. <b>Filosofia da Educação</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MÉSZÁROS, I. <b>A educação para além do capital</b> . São Paulo: Boitempo, 2005.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ARROYO, M. G. <b>Ofício de mestre: imagens e autoimagens</b> . 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BRANDÃO, C. R. <b>O que é educação popular</b> . São Paulo: Brasiliense, 2006. CORTELLA, M. S. <b>Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes</b> . São Paulo: Cortez, 2014. DURKHEIM, É. <b>Coleção educadores (MEC)</b> . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. FERNANDES, F. A educação como problema social. In: FERNANDES, F. <b>Leituras &amp; legados</b> . São Paulo: Global, 2010. HALL, S. <b>A identidade cultural na pós-modernidade</b> . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. KANT, I. <b>Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?</b> In: Textos seletos. Carneiro Leão, E. (Org). Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. NARODOWSKI, M. A infância como construção pedagógica. In: COSTA, M. V. (Org.). <b>Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo</b> . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. ROUSSEAU, J. J. <b>Emílio ou da educação</b> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SAVIANI, D. <b>História das ideias pedagógicas no Brasil</b> . Campinas: Autores Associados, 2008.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2143	HISTÓRIA ANTIGA: ANTIGUIDADES ORIENTAIS E OCIDENTAIS I	75
<b>EMENTA</b>		
Estudos tópicos temáticos ou abrangentes da história e da historiografia sobre as antiguidades orientais – sociedades asiáticas e egípcias –, com ênfase nos modos de produção do conhecimento histórico e na prática de ensino.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender conceitualmente a história das sociedades da Antiguidade Oriental, tendo como referencial investigativo abordagens arqueológica e historiográfica e perspectivas teórico-metodológicas e de prática de ensino.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
KRIWACZEK, Paul. <b>Babilônia: a Mesopotâmia e o nascimento da civilização</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2018. MASON, Colin. <b>Uma breve história da Ásia</b> . Petrópolis: Vozes, 2018. TYLDESLEY, Joyce. <b>Pirâmides: a verdadeira história por trás dos mais antigos monumentos do Egito</b> . São Paulo: Globo, 2005		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ARROYO, M. G. <b>Ofício de mestre: imagens e autoimagens</b> . 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BRANDÃO, C. R. <b>O que é educação popular</b> . São Paulo: Brasiliense, 2006. CORTELLA, M. S. <b>Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes</b> . São Paulo: Cortez, 2014. DURKHEIM, É. <b>Coleção educadores (MEC)</b> . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. FERNANDES, F. A educação como problema social. In: FERNANDES, F. <b>Leituras &amp; legados</b> . São Paulo: Global, 2010. HALL, S. <b>A identidade cultural na pós-modernidade</b> . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. KANT, I. <b>Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?</b> In: Textos seletos. Carneiro Leão, E. (Org.). Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. NARODOWSKI, M. A infância como construção pedagógica. In: COSTA, M. V. (Org.). <b>Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo</b> . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. ROUSSEAU, J. J. <b>Emílio ou da educação</b> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SAVIANI, D. <b>História das ideias pedagógicas no Brasil</b> . Campinas: Autores Associados, 2008. . CARDOSO, Ciro Flamarion S. <b>Sociedades do antigo oriente próximo</b> . 4.a ed. São Paulo: Ática, 2007. DESPLANCQUES, Sophie. <b>Egito antigo</b> . Porto Alegre: L&PM, 2009. HENSHALL, Kenneth. <b>História do Japão</b> . 2.a ed. Lisboa: 2017, 304p. LEICK, Gwendolyn. <b>Mesopotâmia: a invenção da cidade</b> . Rio de Janeiro, Imago, 2004. LÉVÊQUE, Pierre (Org.). <b>As primeiras civilizações</b> . Vol. 1. Lisboa: 70, 1990. LIVERANI, Mario. <b>Antigo oriente: história, sociedade e economia</b> . São Paulo: Edusp, 2016. LLEWELLYN-JONES, Lloyd. <b>Os persas: a era dos grandes reis</b> . Campinas: Crítica, 2023. MACARDLE, Meredith. <b>História da Ásia antiga</b> . São Paulo: M.Books, 2023.		



REDE, Marcelo. **A mesopotâmia:** sumérios, babilônios e assírios; sociedade, cultura e poder no antigo oriente próximo. São Paulo: Saraiva, 1997.

Número de unidades de avaliação

2



### Componentes curriculares do 2º Nível:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1057	INFORMÁTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos		
OBJETIVO		
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTONIO, João. <b>Informática para Concursos: teoria e questões</b> . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. <b>Introdução à Informática</b> . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. <b>Introdução à informática</b> . São Paulo: Pearson, 2010. SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H.(Org.). <b>Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice</b> . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. <b>Introdução à ciência da computação</b> . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. <b>O livro oficial do Ubuntu</b> . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. <b>Informática básica</b> . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. <b>Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate</b> . São Paulo: Érica, 2010. MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. <b>Nosso futuro e o computador</b> . Porto Alegre: Bookman, 1999. MONTEIRO, M. A. <b>Introdução à organização de computadores</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORGADO, Flavio. <b>Formatando teses e monografias com BrOffice</b> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. SCHECHTER, Renato. <b>BrOffice Calc e W</b>		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2233	HISTÓRIA DA ÁFRICA: AFRICANIDADES	90
<b>EMENTA</b>		
Estruturas sociopolíticas e culturais da África. Organizações políticas e dinâmicas econômicas do período pré-colonial. O comércio com o oriente e a expansão do islamismo. Processos de constituição dos sistemas coloniais e reflexos do comércio escravocrata. A África na Revolução Industrial. A descolonização. A África na nova ordem mundial. Práticas de ensino em História da África e a lei 11.645.		
<b>OBJETIVO</b>		
Oferecer um panorama da historicidade do continente africano, destacando o caráter específico de sua historicidade. Compreender os processos históricos que conduzem às dinâmicas contemporâneas da sociedade africana. Capacitar os discentes para sua futura atuação em sala de aula, tendo em vista o disposto na lei 11.645/2008.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
CANEDO, Letícia Bicalho. <b>A Descolonização da Ásia e da África</b> . São Paulo: Atual, 1994. CÉSAIRE, Aimé. <b>Discurso sobre o colonialismo</b> . Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010. HERNANDES, Leila Leite. <b>África na sala de aula</b> . São Paulo: Summus Editorial/Selo Negro, 2005. MACEDO, José Rivair. <b>História da África</b> . São Paulo: Contexto, 2013. READER, John. <b>África – Biografia de um Continente</b> . Lisboa: Europa-América, 2004. VVAA. <b>História Geral da África</b> . Brasília: Unesco, 2010, 8 volumes.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
CONNAH, Graham. <b>África desconhecida: uma introdução à sua arqueologia</b> . São Paulo: Edusp, 2013. COSTA E SILVA, Alberto da. <b>A enxada e a lança: a África antes dos portugueses</b> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. COSTA E SILVA, Alberto da. <b>A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700</b> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. M'BOKOLO, Elikia. <b>África Negra: história e civilizações. Tomo I (até o século XVIII)</b> . Salvador: EDUFBA / São Paulo: Casa das Áfricas, 2008. M'BOKOLO, Elikia. <b>África Negra: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)</b> . Salvador: EDUFBA / São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. <b>Memória D'África: a temática africana em sala de aula</b> . São Paulo: Cortez: 2010. SOUZA, Fábio Feltrin de; MORTARI, Cláudia (Orgs.). <b>Estudos Africanos, vol 1 (questões e perspectivas)</b> . Tubarão: Copiart; Erechim: UFFS, 2016. SOUZA, Fábio Feltrin de; MORTARI, Cláudia (Orgs.). <b>Estudos Africanos, vol 2 (ensino, questões e perspectivas)</b> . Tubarão: Copiart; Erechim: UFFS, 2016. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. <b>A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)</b> . Porto Alegre: Leitura XXI: 2010. VIZENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia (orgs.). <b>Breve História da África</b> . Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0693	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
<b>EMENTA</b>		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
<b>OBJETIVO</b>		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ANTUNES, I. <i>Análise de Textos: fundamentos e práticas</i> . São Paulo : Parábola, 2010 CITELLI, Adilson. <b>O texto argumentativo</b> . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. <b>Resenha</b> . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. <b>Redação científica</b> . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. H. <i>Produção textual na universidade</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. <b>Português Instrumental</b> : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação ? Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação ? Referências ? Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520: Informação e documentação ? Citações ? Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. <b>Técnicas de comunicação escrita</b> . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. <b>Redação e textualidade</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.) <b>O texto: leitura e escrita</b> . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. <b>Oficina de texto</b> . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. <b>Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. <b>O texto e a construção dos sentidos</b> . São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, Ingedore V. <b>Desvendando os segredos do texto</b> . São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e escrever: estratégias de produção textual</i> . São Paulo: Contexto, 2009.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2158	TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA II: OS SÉCULOS XIX E XX	75
<b>EMENTA</b>		
O capitalismo e a incursão liberal na história. Os materialismos dialético e histórico. O pensamento de esquerda e a crítica ao capitalismo. Os marxismos. A segunda metade do século XIX e a constituição da História como ciência acadêmica. História pré-Analles: a Nova História Econômica. História, Sociologia e Antropologia – o Estruturalismo. Dos Analles à atualidade		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender as perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa histórica.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BARROS, José D'Assunção. <b>Teoria da História</b> . 5 volumes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011-2016. CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. <b>Domínios da História</b> – Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. DOSSE, François. <b>A História em migalhas</b> – Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 2003. FONTANA, Josep. <b>História: Análise do passado e projeto social</b> . São Paulo: Edusc, 1998. FUNARI, Pedro Paulo. <b>Teorias da História</b> . São Paulo: Brasiliense, 2006		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BLOCH, Marc. <b>Apologia da história ou o ofício do historiador</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. BOTTOMORE, Tom. <b>Dicionário do pensamento marxista</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1988. BURKE, Peter. <b>A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia</b> . São Paulo: UNESP, 1997. CERTEAU, Michel de. <b>A escrita da história</b> . Rio de Janeiro: Forense, 2013. DOSSE, François. <b>A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido</b> . São Paulo: Unesp, 2001. FOUCAULT, Michel. <b>Microfísica do poder</b> . Rio de Janeiro: Graal, 1979. PARADA, Maurício. <b>Os Historiadores: Clássicos da História</b> , Vol. 1e 2. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014. PARADA, Maurício. <b>Os Historiadores: Clássicos da História</b> , Vol. 3 – De Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014. KOSELLECK, Reinhart. <b>Futuro passado</b> . Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. VEYNE, Paul. <b>Como se escreve a história</b> . Lisboa: ed. 70, 2008.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2234	HISTÓRIA ANTIGA: ANTIGUIDADES ORIENTAL E OCIDENTAL II	75
<b>EMENTA</b>		
Estudos tópicos-temáticos ou abrangentes da história e da historiografia sobre as antiguidades ocidentais – mundos grego, romano e africano, com ênfase nos modos de produção do conhecimento histórico e na prática de ensino.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender conceitualmente a história das sociedades da Antiguidade Oriental, tendo como referencial investigativo abordagens arqueológica e historiográfica e perspectivas teórico-metodológicas e de prática de ensino		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
FINLEY, M. I. <b>Grécia primitiva: idade do bronze e idade arcaica</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1990. FLORENZANO, Maria Beatriz. <b>O mundo antigo: economia e sociedade (Grécia e Roma)</b> . São Paulo: Brasiliense, 1998. MOKHTAR, Gamal (Ed.). <b>História geral da África</b> . Vol. 2: África antiga. 2.a ed. Brasília: UNESCO, 2010.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BEARD, Mary. <b>SPQR: uma história da Roma antiga</b> . São Paulo: Planeta, 2017. CONNAH, Graham. <b>África desconhecida: uma introdução à sua arqueologia</b> . São Paulo: Edusp, 2013. DOVER, K. J. <b>A homossexualidade na Grécia Antiga</b> . São Paulo: Nova Alexandria, 2007. DUBY, Georges & PERROT, Michelle. <b>História das mulheres: a antiguidade</b> . Porto: Afrontamento, [s. d.]. EVERITT, Anthony. <b>A ascensão de Atenas: a história da maior civilização do mundo</b> . São Paulo: Crítica, 2019. FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M.; SAIDI, Christine. <b>África bantu: de 3500 a.C. até o presente</b> . Petrópolis: Vozes, 2021. GRANDAZZI, Alexandre. <b>As origens de Roma</b> . São Paulo: UNESP, 2010. JONES, Peter V. <b>O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1997. LANÇON, Bertrand. <b>O estado romano: catorze séculos de modelos políticos</b> . Mem Martins: Europa-América, 2003. MARTIN, Thomas R. <b>Roma Antiga: de Rômulo a Justiniano</b> . Porto Alegre: L&PM, 2015.		
Número de unidades de avaliação	2	



### Componentes Curriculares 3º Nível

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2144	HISTÓRIA DO BRASIL I	75
<b>EMENTA</b>		
Processo de colonização da América portuguesa. Sociedade colonial: indígenas, africanos e portugueses. Aspectos da escravidão. O império português e as relações com o Brasil. Revoltas do período colonial. O cotidiano na América portuguesa. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender o processo de formação da América portuguesa e suas relações econômicas e socioculturais construídas ao longo do período (s.XVI – XVIII).		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <b>O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul</b> . São Paulo: Cia das Letras, 2000. MONTEIRO, John Manuel. <b>Negros da Terra</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994. OLIVEIRA, Anderson. <b>Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial</b> . Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2008. SCHWARTZ, Stuart B. <b>Segredos Internos – engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1988. CUEVA, Agustin. <b>O desenvolvimento do capitalismo na América Latina</b> . São Paulo: Global, 1983. SP: Companhia das Letras/CNPQ, 1988. SOUZA, Laura de Mello e.(Org). <b>História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa</b> . São Paulo: Companhias das Letras, 1997.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ALMEIDA, Maria Regina Celestino. <b>Os índios na história do Brasil</b> . Rio de Janeiro: FGV, 2010. BOXER, Charles R. <b>O Império Marítimo Português, 1415 – 1825</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FARIA, Scheila de Castro. <b>A colônia em movimento</b> . Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FIGUEIREDO, Luciano. <b>Rebeliões no Brasil Colônia</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. FLORENTINO, Manolo. <b>Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1995], 2ª. ed. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima & BICALHO, Fernanda (orgs). <b>O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FREYRE, Gilberto. <b>Casa Grande e Senzala</b> . São Paulo: Global, 2006. LARA, Silvia Hunold. <b>Fragmentos setentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa</b> . 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. NOVAIS, Fernando. <b>Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)</b> . 8ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2005. VAINFAS, Ronaldo. <b>Trópico dos pecados</b> . 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH805	DIDÁTICA GERAL	4	60
<b>EMENTA</b>			
1. A docência como atividade profissional intencional e metódica; 2. Os saberes da docência; 3. Articulações entre o processo de formação inicial e continuada e as instituições da educação básica pública; 4. Concepções pedagógicas; 5. Concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação; 6. Planejamento educacional: Projeto Político-pedagógico, questões curriculares e de ensino; 7. A cooperação, o trabalho coletivo e a responsabilidade ética no trabalho pedagógico; 8. Didática e interculturalidade; 9. O debate pedagógico nas pesquisas educacionais contemporâneas.			
<b>OBJETIVO</b>			
Construir um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos sobre a docência em diversos espaços e contextos, considerando aspectos sócios históricos, culturais e perspectivas contemporâneas do campo da didática buscando a compreensão da prática pedagógica e possibilidades efetivas de ação.			
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>			
CANDAUI, Vera M. (org.). <b>Didática Crítica Intercultural</b> : aproximações. Petrópolis: Vozes, 2012. LUCKESI, C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b> : estudo e proposições. São Paulo: Cortez, 2013. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). <b>Saberes Pedagógicos e atividade docente</b> . São Paulo: Cortez, 2005. SACRISTÁN, J. G.; GOMÉZ, A. I. P. <b>Compreender e Transformar o Ensino</b> . Trad. F. F. F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. VEIGA, I.; DAVILA, C. (org.). <b>Profissão docente</b> : novos sentidos, novas perspectivas. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2012.			
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>			
CANDAUI, Vera M. (Org.). <b>Rumo a uma Nova Didática</b> . São Paulo: Vozes, 2010. COMENIUS. <b>Didática Magna</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2006. HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. <b>A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. LIBÁNEO, José. <b>Democratização da escola pública</b> . São Paulo: Edições Loyola, 1992. LOSSO, Adriana R. S. <b>A Mediação na Formação dos Profissionais da Educação</b> : reflexões de uma professora tutora. São Paulo: Mercado de Letras, 2008. SANTOMÉ, Jurjo Torres. <b>Globalização e interdisciplinaridade</b> : o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). <b>Conhecimento prudente para uma vida decente</b> : um discurso sobre as Ciências revisitado. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, Dermeval. <b>Pedagogia histórico-crítica</b> : primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1996. SILVA, Jansen F.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria T. (Org.). <b>Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo</b> . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. TURRA, C. et al. <b>Planejamento de ensino e avaliação</b> . Porto Alegre: Editora Sagra, 1975.			
Número de unidades de avaliação		2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2146	CULTURAS MEDIEVAIS	75
<b>EMENTA</b>		
Estudos tópicos temáticos ou abrangentes das diferentes culturas medievais do Ocidente e do Oriente, com ênfase nos modos de produção do conhecimento histórico e na prática de ensino.		
<b>OBJETIVO</b>		
Estudar o período medieval, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ECO, Umberto (Org.). <b>Idade média</b> . 4 Vols. 2.a e 4.a eds. Alfragide: Dom Quixote, 2015-6. FRANCO JÚNIOR, Hilário. <b>A idade média: nascimento do ocidente</b> . São Paulo: Brasiliense, 2001. LE GOFF, Jacques. <b>A civilização do ocidente medieval</b> . São Paulo: EDUSC, 2005.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BALTA, Paul. <b>Islã</b> . Porto Alegre: L&PM, 2010. BLOCH, Marc. <b>A sociedade feudal</b> . Lisboa: Edições 70, 1980. BLOCH, R. Howard. <b>Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental</b> . Rio de Janeiro: 34, 1995. FAUVELLE, François-Xavier. <b>O rinoceronte de ouro: histórias da idade média africana</b> . São Paulo: Edusp, 2018. FRANCO JÚNIOR, Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy. <b>O império bizantino</b> . São Paulo: Brasiliense, 1994. HENSHALL, Kenneth. <b>História do Japão</b> . 2.a ed. Lisboa: 2017. HOURANI, Albert. <b>Uma história dos povos árabes</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994. MAALOUF, Amin. <b>As cruzadas vistas pelos árabes</b> . São Paulo: Brasiliense, 2001. MINOIS, Georges. <b>História da idade média: mil anos de esplendores e misérias</b> . São Paulo: Unesp, 2023. WICKHAM, Chris. <b>O legado de Roma: iluminando a idade das trevas (400-1000)</b> . Campinas: Unicamp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2147	EXTENSÃO I: PROJETOS E INTERVENÇÕES SOCIAIS	30
<b>EMENTA</b>		
A Formação do historiador, o conhecimento histórico e a sociedade. A Política de Extensão na Universidade Federal da Fronteira Sul. A construção do Projeto de Extensão; Planejamento de Curso ou Evento de Extensão em História.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre as possibilidades de extensão da formação do licenciado em história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
FORPROEX. <b>Política Nacional de Extensão Universitária</b> . Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: GADOTTI, Moacir. <b>Extensão Universitária: para quê?</b> Disponível em <a href="https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf">https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf</a> . Acesso em 19 jan. 2024. SILVA, Emerson. N; ONÇAY, S. T. V. <b>Extensão universitária na UFFS: trajetórias, alcances e desafios</b> [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2020, 166 p NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de história e cultura histórica. <b>Saeculum: revista de História</b> , João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, n.6/7, p.35-47, jan.-dez. 2000/20.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ALVES, Ronaldo Cardoso. A aula de História como lugar do ensino, da pesquisa e da extensão. <b>Espaço Pedagógico</b> . Passo Fundo: UPF, v. 21, p. 274-287, 2014. COSTA, Aryana Lima. A extensão na formação de profissionais de história. <b>Revista Brasileira de História</b> . São Paulo, v. 30, nº 60, p. 35-53, 2010. FERREIRA, Marieta de Moraes. <b>A história como ofício</b> : A constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (Org.). <b>Dicionário de ensino de história</b> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2019, p. 66-71. GIL, Carmem Zeli de Vargas Gil (og). <b>Da Vila Dique ao Porto Novo</b> : extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas. São Leopoldo: Oikos, 201 MENDES, B.; ARRAIS, C. A.; BERBERT JÚNIOR, C. O. O lugar da teoria da história na formação de historiadores e historiadoras no ensino superior. <b>Varia Historia</b> , v. 39, n. 79, p. e23108, jan. 2023. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.) <b>História Pública no Brasil – Sentidos e Itinerários</b> . Belo Horizonte: Letra & Voz, 2016. MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. <b>Revista Brasileira de História</b> , vol. 37, n. 74, 2017.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	Optativa I	75
<b>EMENTA</b>		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>OBJETIVO</b>		
Definido conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0690	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
<b>EMENTA</b>		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
<b>OBJETIVO</b>		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ALTIERI, Miguel. <b>Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável</b>. Porto Alegre: UFRGS, 1998.</p> <p>ANDERSON, Perry. <b>Passagens da Antiguidade ao Feudalismo</b>. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs.). <b>A geografia política do desenvolvimento sustentável</b>. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.</p> <p>FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (orgs.). <b>Incertezas de sustentabilidade na globalização</b>. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.</p> <p>HARVEY, David. <b>Espaços de Esperança</b>. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>HUNT, E.K. <b>História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (organizadores). <b>Economia do meio ambiente. Teoria e Prática</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>MONTIBELLER FILHO, Gilberto. <b>O mito do desenvolvimento sustentável</b>. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.</p> <p>SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. <b>Revista Estudos Avançados</b>, USP, 21 (59), 2007.</p> <p>SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo, FFLCH/USP, s/d.</p> <p>VEIGA, José Eli. <b>Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ALIER, Jean Martinez. <b>Da economia ecológica ao ecologismo popular</b>. Blumenau: Edifurb, 2008.</p> <p>CAVALCANTI, C. (org.). <b>Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável</b>. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.</p> <p>DOBB, Maurice Herbert. <b>A evolução do capitalismo</b>. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p</p> <p>FOSTER, John Bellamy. <b>A Ecologia de Marx, materialismo e natureza</b>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>FURTADO, Celso. <b>A economia latino-americana</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>GREMAUD, Amaury.; VASCONCELLOS, Marco Antonio.; JÚNIOR TONETO, Rudinei. <b>Economia brasileira contemporânea</b>. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.</p> <p>HUBERMAN, L. <b>História da riqueza do homem</b>. 21ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.</p> <p>IANNI, O. <b>Estado e capitalismo</b>. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>LEFF, Enrique. <b>Epistemologia ambiental</b>. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		



LÖWY, Michael. **Eco-socialismo e planificação democrática**. In: Crítica Marxista. n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.

Número de unidades de avaliação

02



### Componentes curriculares do 4º Nível:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2235	TEORIA E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	90
<b>EMENTA</b>		
O Ensino de História como parte do ofício do historiador. História do Ensino de História no Brasil. Abordagens teóricas e metodológicas sobre a prática docente do professor de História. A lei 11. 645 e as relações étnico-raciais e a educação em direitos humanos.		
<b>OBJETIVO</b>		
Propiciar condições para que os alunos reflitam sobre os princípios teóricos e metodológicos do ensino de história, a fim de possibilitar construções de estratégias didáticas para a prática de ensino.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ABUD, Kátia Maria (et. all). <b>Ensinar de História</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>ANDRADE, Juliane Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. <b>Ensino de História e suas práticas de pesquisa</b>. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.</p> <p>BITTENCOURT, Circe. <b>Ensino de História: fundamentos e métodos</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas. (Orgs). <b>Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais</b>. Campo Mourão, PR : Editora Fecilcam, 2022. 198 p</p> <p>FONSECA, Thais Nivia de Lima e. <b>História &amp; ensino de história</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando Araújo. Ensino de História: Saberes em Lugar de Fronteira. <b>Educação e Realidade</b>, Porto Alegre, v. 36, nº 1, p. 191-211, jan./abr., 2011</p> <p>ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina; PACIEVITCH, Caroline (Org.). <b>Memória, Sensibilidades e Saberes</b>. Campinas: Alínea, 2015.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>BITTENCOURT, Circe. <b>Pátria: Civilização e Trabalho</b>. São Paulo: Loyola, 1990.</p> <p>GASPARELLO, Arlette Medeiros. <b>Construtores de Identidade: a Pedagogia da Nação nos Livros Didáticos da Escola Secundária</b>. São Paulo: Iglu, 2004.</p> <p>KARNAL, Lenando. (Org.). <b>História na sala de aula</b>. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). <b>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</b>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>NADAI, Elza. Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas. <b>Revista Brasileira de História</b>, n. 25/26, p. 143-162, 1993.</p> <p>NIKITIUK, S. (Org.). <b>Repensando o Ensino de História</b>. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>PINSKY, Jaime. (Org.). <b>O ensino de história e a construção do fato</b>. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0691	DIREITOS E CIDADANIA	60
<b>EMENTA</b>		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
<b>OBJETIVO</b>		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BOBBIO, Norberto. <b>A Era dos Direitos</b> . Rio de Janeiro: Campus, 1992; CARVALHO, José Murilo. <b>Cidadania no Brasil: o longo caminho</b> . 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002; MARX, Karl. <b>Crítica da Filosofia do Direito de Hegel</b> . São Paulo: Boitempo, 2005; SARLET, Ingo Wolfgang. <b>A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional</b> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011; TORRES, Ricardo Lobo(org.) <b>Teoria dos Direitos Fundamentais</b> . 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
BONAVIDES, Paulo. <b>Ciência Política</b> . São Paulo: Malheiros, 1995 BRASIL. <b>Constituição da República Brasileira</b> . Brasília, 1988. DAHL, Robert A. <b>Sobre a democracia</b> . Brasília: UnB, 2009 DALLARI, Dalmo de Abreu. <b>Elementos de teoria geral do Estado</b> . São Paulo: Saraiva, 1995 DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. <b>Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais</b> . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. <b>Manual de Direito Público e Privado</b> . 18ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. <b>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</b> . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003; IANNI, Octavio. <b>A sociedade global</b> . 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. <b>Democracia e Bonapartismo</b> . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. <b>Direito constitucional</b> . São Paulo: Atlas, 2009; MORAIS, José Luis Bolzan de. <b>Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea</b> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996; NOBRE, Marcos. <b>Curso livre de teoria crítica</b> . Campinas, São Paulo: Papirus, 2008 PINHO, Rodrigo César Rebello. <b>Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais</b> . São Paulo: Saraiva, 2006; SEN, Amartya. <b>Desenvolvimento como liberdade</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2000; TOURAINÉ, ALAIN, 1925. <b>Igualdade e diversidade: o sujeito democrático</b> . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, São Paulo: Edusc, 1998.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2236	HISTÓRIA MODERNA: COLONIALISMOS E REVOLUÇÕES	75
<b>EMENTA</b>		
<p>O conceito de Modernidade e o encontro com as Américas. A fabricação dos Estados Nacionais, os monarcas e o povo. Expansão ultramarina, os sistemas coloniais e o mercantilismo. As reformas e movimentos religiosos, seitas e a atuação da Inquisição. A micro-história e a questão da cultura popular na modernidade. O pensamento Renascentista e as revoluções científicas. Revoltas, guerras e revoluções religiosas e políticas.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Promover uma reflexão historiográfica sobre os conceitos e sentidos da modernidade desde o Renascimento até o início do pensamento Revolucionário Francês. Analisar as guerras religiosas e o seu sentido político cooptado pelas monarquias nacionais. Perceber o papel da Igreja Católica e dos seus aparatos de controle como a Inquisição e o Tribunal da Santa Sé. Compreender as diferentes culturas populares e das elites, além de suas intermediações. Avaliar o impacto das navegações e o encontro com as Américas. Analisar as revoluções científicas e seus usos no cotidiano</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ANDERSON, Perry. <b>Linhagens do estado absolutista</b>. São Paulo: Brasiliense, 1995. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.) <b>História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. BURKE, Peter. <b>A cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1991. COLLINSON, Patrick. <b>A reforma</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. (Col. História essencial). ELIAS, Norbert. <b>O processo civilizador</b>. Volume I. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. DAVIS, Natalie. <b>Culturas do povo</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. HILL, Christopher. <b>O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1987.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>ARIÈS, Philippe. <b>História Social da Criança e da Família</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. DELUMEAU, Jean. <b>História do medo no ocidente: 1300-1800</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1993. DELUMEAU, Jean. <b>A Civilização do Ocidente</b>. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antônio Edmilson. <b>A formação do mundo moderno - a construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2006. FERRO, Marc. <b>História das colonizações</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1999. GINSZBURG, Carlo. <b>O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição</b>. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. GRUZINSKI, Serge. <b>A passagem do século (1480-1520): as origens da globalização</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 HILL, Christopher. <b>A Revolução Inglesa de 1640</b>. Lisboa: Presença, 1977. REVEL, Jacques. <b>A Invenção da Sociedade</b>. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. SEVCENKO, Nicolau. <b>O Renascimento</b>. São Paulo/Campinas: Atual, Ed. da UNICAMP, 1988.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2237	TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA III: OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS	90
<b>EMENTA</b>		
<p>Pós-estruturalismo e os Estudos Culturais: metodologias e saberes. Desdobramentos históricos e a ascensão dos Estudos Pós-Coloniais. Crítica do ocidentalismo e do discurso colonial. Identidades e diferenças. Culturas Diaspóricas e os saberes subalternos. Transculturação e transnacionalização. Limiões, lindes e Fronteiras. A ruptura da história única. Os estudos Queer. O giro decolonial e a historiografia. A extensão na divulgação científica na pesquisa histórica.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender as perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa histórica.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ALMEIDA, Júlia et al. (Orgs.). <b>Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas</b>. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.</p> <p>ALVES, Ronaldo Cardoso. A aula de História como lugar do ensino, da pesquisa e da extensão. <b>Espaço Pedagógico</b>. Passo Fundo: UPF, v. 21, p. 274-287, 2014.</p> <p>COSTA, Aryana Lima. A extensão na formação de profissionais de história. <b>Revista Brasileira de História</b>. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 35-53, 20</p> <p>BUTLER, Judith. <b>Problemas de Gênero</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003</p> <p>BHABHA, Homi. <b>O local da cultura</b>. Belo Horizonte: UFMG, 1998.</p> <p>MIGNOLO, Walter. <b>Histórias locais/projetos globais</b>. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>HALL, Stuart. <b>A identidade cultural na pós-modernidade</b>. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP &amp; A, 1992.</p> <p>LANDER, Edgardo (coord.). <b>La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales</b>. Buenos Aires: CLACSO, 2003, pp. 201-46.</p> <p>LOOMBA, Ania. <b>Colonialism, post-colonialism</b>. London-New York: Routledge, 2005.</p> <p>MATTELART, A.; NEVEU, É. <b>Introdução aos estudos culturais</b>. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>MIGNOLO, Walter. <b>La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial</b>. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.</p> <p>THOMPSON, E. P. <b>A miséria da teoria</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>WILLIAMS, R. <b>Cultura e sociedade (1780-1950)</b>. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. <b>Marxismo e literatura</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH807	TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	60
<b>EMENTA</b>		
<p>1. A psicologia como ciência: origem, evolução e delimitação dos objetos de estudo; 2. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano sob o enfoque da Psicologia; 3. Psicanálise: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 4. Comportamentalismo: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 5. Epistemologia genética: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 6. Psicologia sócio histórica: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 7. Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Reconhecer a variedade de processos psicológicos constituintes da aprendizagem de diferentes conteúdos e utilizar esse conhecimento na organização de práticas pedagógicas orientadas para a promoção do desenvolvimento das pessoas envolvidas.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. <b>Psicologias</b>: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008. CUNHA, M. V. <b>Psicologia da Educação</b>. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. <b>Psicologia da aprendizagem</b>: processos, teorias e contextos. Brasília: Liber livros, 2009. SANTOS, M. S.; XAVIER, A.; NUNES, A. I. B. <b>Psicologia do desenvolvimento</b>: teorias e temas contemporâneos. Brasília: Líber Livro, 2009. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. <b>Psicologia e Pedagogia</b>: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>BECKER, Fernando. <b>Da ação à operação</b>: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 1997. BRONFENBRENNER, U. <b>Ecologia do desenvolvimento humano</b>. Porto Alegre: Artmed, 2000. FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: <b>Obras Psicológicas Completas</b>, Vol. XIII, RJ: Imago, 1914. JOLIBERT, B. <b>Sigmund Freud</b>. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4683.pdf">www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4683.pdf</a> LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. <b>Piaget, Vygotsky, Wallon</b>: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. MUNARI, A (org.). <b>Jean Piaget</b>. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. PIAGET, Jean. <b>Seis estudos de Psicologia</b>. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. SKINNER, B. F. <b>Ciência e comportamento humano</b>. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003. SMITH, L. <b>Frederic Skinner</b>. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4663.pdf">www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4663.pdf</a> VYGOTSKY, Lev. S. <b>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem</b>. São Paulo: Ícone</p>		



---

/EDUSP, 1988.	
Número de unidades de avaliação	2



### Componentes curriculares do 5º Nível:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH806	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	60
<b>EMENTA</b>		
Conceitos de referência em políticas educacionais. Estado, federalismo e políticas educacionais. A educação enquanto política de corte social. Políticas educacionais no Brasil, marcos históricos: período republicano até a contemporaneidade. Políticas de financiamento da educação básica. Políticas de formação de professores. Bases legais e a organização atual da Educação Básica no Brasil.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender e discutir a política educacional brasileira como ação do Estado nos diferentes contextos, Demandas, tendências das políticas de educação básicas voltadas para a garantia do direito à educação, organização, gestão, financiamento e formação de professores.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
AMARAL, Nelson Cardoso. <b>Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil</b> . Brasília: Liber Livro, 2012. AZEVEDO, Janete M. Lins de. <b>A educação como política pública</b> . 10. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2004. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (orgs.). <b>Educação e federalismo no Brasil</b> : combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. <b>Política educacional</b> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. VIEIRA, Sofia Lerche. <b>Educação básica</b> : política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). <b>Crise da escola e políticas educativas</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. FREITAG, Bárbara. <b>Escola, estado e sociedade</b> . São Paulo: Centauro, 2005. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Políticas, estrutura e organização</b> . 10 ed. Rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2012. LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa.; LIMONTA, Sandra Valéria (orgs.). <b>Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores</b> . Goiânia: CEPED; Kelps, 2013. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. <b>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</b> . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011. KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Orgs.). <b>O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI</b> : reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000. OLIVEIRA, Romualdo Portela de, ADRIÃO, Theresa (orgs.) <b>Gestão, financiamento e direito à educação</b> : análise da constituição Federal e da LDB. E ed. Rev, ampl. São Paulo: Xamã, 2007. OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). <b>Política e gestão da educação</b> . 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. VIEIRA, Sofia L. & FARIAS, Isabel M. S. de. <b>Política educacional no Brasil</b> : introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.		
Número de unidades	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2149	EXTENSÃO II: TEORIA E HISTÓRIA DA AMÉRICA	120
<b>EMENTA</b>		
A Formação do historiador, o conhecimento histórico e a sociedade. O historiador e seus públicos. Propostas de extensão com base na divulgação do conhecimento histórico e a história da América. Construção de Projeto e diagnóstico da comunidade escolar. Propostas de Planejamento de Ensino e divulgação em História Pública.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre as possibilidades de extensão da formação do licenciado em história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. <b>Revista Brasileira de História</b> , vol. 37, n. 74, 2017. MENDES, B.; ARRAIS, C. A.; BERBERT JÚNIOR, C. O. O lugar da teoria da história na formação de historiadores e historiadoras no ensino superior. <b>Varia Historia</b> , v. 39, n. 79, p. e23108, jan. 2023. NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de história e cultura histórica. <b>Saeculum: revista de História</b> , João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, n.6/7, p.35-47, jan.-dez. 2000/20. SCHMIDT, Benito Bisso. Conhecimento histórico e diálogo social. <i>Revista Brasileira de História</i> . 2014. V 34. n°67.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ALVES, Ronaldo Cardoso. A aula de História como lugar do ensino, da pesquisa e da extensão. <b>Espaço Pedagógico</b> . Passo Fundo: UPF, v. 21, p. 274-287, 2014. COSTA, Aryana Lima. A extensão na formação de profissionais de história. <b>Revista Brasileira de História</b> . São Paulo, v. 30, n° 60, p. 35-53, 2010. FERREIRA, Marieta de Moraes. <b>A história como ofício: A constituição de um campo disciplinar</b> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (Org.). <b>Dicionário de ensino de história</b> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2019, p. 66-71. GIL, Carmem Zeli de Vargas Gil (og). <b>Da Vila Dique ao Porto Novo: extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas</b> . São Leopoldo: Oikos, 201 MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.) <b>História Pública no Brasil – Sentidos e Itinerários</b> . Belo Horizonte: Letra & Voz, 2016. ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. “História Pública: um desafio democrático aos historiadores”. In: REIS, Tiago Siqueira (Orgs). <i>Coleção História do Tempo Presente: volume 2</i> . Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: Perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. <b>Revista Mundos do Trabalho (online)</b> , v. 10, p. 31-41, 2019.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2150	HISTÓRIA DO BRASIL II	75
<b>EMENTA</b>		
A organização política do Brasil independente. A economia cafeeira. A questão da terra: posse e propriedade. Escravidão: conflito, negociação e resistência. Processos imigratórios. Crise do império e Proclamação da República. Conflitos internos e externos do período imperial. Questões sociais e culturais do cotidiano. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender o processo de formação do Brasil independente e sua organização enquanto tal, enfatizando as relações econômicas e socioculturais construídas ao longo do período imperial, bem como a formação do regime republicano. (s. XIX)		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALONSO, Angela. <b>Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868- 1888)</b> . São Paulo: Cia. das Letras, 2015. CARVALHO, José Murilo de. <b>A construção da ordem. Teatro de sombras</b> (1ª ed., respectivamente, 1980 e 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CHALHOUB, Sidney. <b>A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista</b> . São Paulo: Cia. das Letras, 2012. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. <b>A interiorização da metrópole e outros ensaios</b> . São Paulo: Alameda, 2005 GOMES, Flávio dos Santos. <b>A Hidra e os Pântanos</b> . São Paulo: UNESP, 2005.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
CONRAD, Robert. <b>Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. COSTA, Emília Viotti da. <b>Da monarquia à república, momentos decisivos</b> . São Paulo, Brasiliense, 1987. DORATIOTO, Francisco. <b>Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai</b> . São Paulo: Cia. das Letras, 2005. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. <b>O Brasil Imperial</b> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, 3 vols. MALERBA, Jurandir. <b>A independência brasileira: novas dimensões</b> . Rio de Janeiro: FGV, 2006. MATOS, Hebe Maria. <b>Escravidão e cidadania no Brasil monárquico</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. MATOS, Ilmar Rohloff de. <b>O tempo saquarema: a formação do Estado imperial (1986)</b> . São Paulo: Hucitec, 2004. PARRON, Tâmis. <b>A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011. PIMENTA, João Paulo. <b>A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)</b> . São Paulo: Hucitec, 2015. REIS, João José. <b>Rebelião escrava no Brasil</b> . A história do levante dos Malês em 1835. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH808	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: GESTÃO ESCOLAR	90
<b>EMENTA</b>		
<p>Organização e gestão da escola: professores e gestores na construção coletiva do trabalho pedagógico. Conceitos, natureza e fins da gestão escolar. Autonomia financeira, administrativa e pedagógica da escola brasileira. Organização e funcionamento da instituição escolar: projeto político-pedagógico, regimento escolar, planos de estudo. Áreas de atuação do gestor escolar: técnico-administrativo e pedagógico curricular. Relações de poder nas organizações. Coordenação dos processos pedagógicos. Observação escolar orientada. Formação continuada.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Analisar a organização e funcionamento da instituição escolar, envolvendo seu currículo, seus sujeitos, os processos de gestão e coordenação pedagógica.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>LIBÂNEO, J. C. <b>Organização e gestão da escola: teoria e prática</b>. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.</p> <p>GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (orgs.). <b>Autonomia da escola: princípios e propostas</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.</p> <p>GRINSPUN, M. Paura S. Z. (Org.). <b>Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola</b>. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa (orgs.). <b>Política e trabalho na escola: a administração dos sistemas públicos de educação básica</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>VEIGA, I. P. A. (Org.). <b>Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível</b>. Campinas: Papirus, 1995.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Orgs.). <b>Avaliação institucional: teoria e experiências</b>. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>FERREIRA, Naura S. C. (Org.). <b>Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios</b>. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>FREIRE, Paulo et al. <b>Na escola que fazemos: uma reflexão interdisciplinar em educação popular</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.</p> <p>LIMA, Licínio C. <b>Construindo modelos de gestão escolar</b>. Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional, 1999.</p> <p>LÜCK, Heloísa. <b>Gestão educacional: uma questão paradigmática</b>. São Paulo: Vozes, 2008.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. <b>Gestão Democrática da Escola Pública</b>. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.</p> <p>VEIGA, Ilma A. P.; FONSECA, Marília (orgs.). <b>As dimensões do projeto político-pedagógico</b>. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2004.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	Optativa II	60
<b>EMENTA</b>		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>OBJETIVO</b>		
Definido conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre.		
Número de unidades de avaliação		



### Componentes curriculares do 6º Nível:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2159	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I: PROJETO	75
<b>EMENTA</b>		
Estrutura do trabalho monográfico. Elaboração do projeto de pesquisa. Utilização de normas da ABNT e técnicas científicas. Seminário de trabalhos de conclusão de curso de caráter monográfico. Definição dos orientadores.		
<b>OBJETIVO</b>		
Orientar a construção projeto de trabalho de conclusão do curso.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ARÓSTEGUI, Julio. <b>A pesquisa histórica: teoria e método</b> . Bauru: Edusc, 2006. BARROS, José D'Assunção. <b>O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. CANDIOU, François (Org.). <b>Como se faz a história</b> . Petrópolis: Vozes, 2007. - PINSKY, Carla bassanezi. <b>Fontes históricas</b> . São Paulo: Contexto, 2006. REIS, José Carlos. <b>História e Teoria</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. VIEIRA, Maria Pillar et al. <b>A pesquisa em história</b> . São Paulo: Ática, 1991		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BACZKO, Bronislaw. <b>Imaginação social</b> . In: Enciclopédia Einaudi. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. 5. v. BOSI, Ecléa. <b>Memória e sociedade: lembranças de velhos</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994. CHARTIER, Roger. <b>A história cultural entre práticas e representações</b> . Rio de Janeiro: Difel, 1990. DEL PRIORE, Mary. <b>Histórias do cotidiano</b> . São Paulo: Contexto, 2001. FOUCAULT, Michel. <b>Arqueologia do saber</b> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.  FREITAS, Marcos Cezar (Org.). <b>Historiografia brasileira e perspectiva</b> . São Paulo: Contexto, 1998. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: <b>Estudos Históricos – 3: memória</b> . Rio de Janeiro: PUC, 1989. 2. v. VEYNE, Paul. <b>Como se escreve a história</b> . Brasília: UNB, 1982		
Número de avaliações		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2044	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA I	120
<b>EMENTA</b>		
Fundamentação teórica e metodológica para o Ensino de História no ensino fundamental. Pesquisa de campo didático-histórica no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). O Ensino de História: raça, gênero e direitos humanos. Elaboração e aplicação de projeto de pesquisa e intervenção pedagógica de História. Elaboração de Relatório de Estágio e artigo reflexivo sobre o estágio desenvolvido.		
<b>OBJETIVO</b>		
Preparar os graduandos para a realização de pesquisa de campo e para o exercício das práticas docentes em Ensino de História no ensino fundamental.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BITTENCOURT, Circe (Org.). <b>Ensino de História: fundamentos e métodos</b> . São Paulo: Cortez, 2004. CARDOSO, Oldimar. “Para uma definição de Didática da História”. <b>Revista Brasileira de História</b> , São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008. DE ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Mullet. (orgs.) <b>Ensino de História e suas práticas de pesquisa</b> . São Leopoldo, RS – 2021. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. “A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira”. <b>Educação e Pesquisa</b> , São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004. FONSECA, Selva G. <b>Didática e prática de ensino de História</b> . Campinas: Papirus, 2003. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. <b>Estágio e Docência</b> . São Paulo: Cortez, 2004.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). <b>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</b> . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. ALMEIDA NETO, Antonio Simplicio. Relatos da caixa preta: representações como elemento da Cultura escolar. <b>Educar</b> , Curitiba, n. 37, p. 173-189, maio/ago. 2010. BITTENCOURT, Circe (Org.). <b>O saber histórico em sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 1997. DIEHL, Astor A. (Org.). <b>O livro didático e o currículo de História em transição</b> . Passo Fundo: EDIUPF, 1999. KARNAL, L. (Org.). <b>História na sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 2003. PADRÓS, Enrique Serra et al. <b>Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar</b> . Porto Alegre: EST, 2002. PINSKY, J. (Org.). <b>O ensino de história e a construção do fato</b> . 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997. SCHIMIDT, Ma. Auxiliadora. <b>Ensinar História</b> . São Paulo: Scipione, 2004.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2238	HISTÓRIA DA AMÉRICA: AMÉRICA E SUAS PLURALIDADES I	75
<b>EMENTA</b>		
Abya Yala antes da invasão européia. A violência colonial e a resistência dos povos indígenas. Conquista e colonização na América do Sul espanhola, na América Central e na América do Norte. A força da escravidão nas Américas entre os séculos XVI e XVIII. Marronagens e a centralidade da experiência haitiana.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender o continente para além do discurso do colonizador europeu. Ressaltando tanto experiências antecedentes à Invasão, quanto episódios de resistência à colonização que ajudaram na formação da identidade cultural das Américas.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
GRAEBER, David; WENGROW, David. “Oculto à vista de todos: Origem indígena da moradia pública e da democracia nas Américas”. In: <b>O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 430-466. TODOROV, Tzvetan. <b>A conquista da América</b> . A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999. DUSSEL, Enrique. <b>1492: O Encobrimento do Outro</b> . Rio de Janeiro: Vozes, 1992. BLACKBURN, Robin. <b>A construção do escravismo no novo mundo: Do Barroco ao Moderno 1492-1800</b> . São Paulo: Record, 2003. JAMES, C.L.R. <b>Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos</b> . Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
LEÓN-PORTILLA, Miguel. <b>A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas</b> . Porto Alegre: L & PM, 1985. BRUIT, Héctor Hernán. <b>Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos: ensaios sobre a conquista hispânica da América</b> . Campinas: UNICAMP / Iluminuras, 1995. LAS CASAS, Bartolomé de. <b>O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias</b> . Porto Alegre: L & PM, 1984. O’GORMAN, Edmundo. <b>A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir</b> . São Paulo: UNESP, 1992.. SEED, Patricia. <b>Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)</b> . São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999. WILLIAMS, Eric. <b>Capitalismo e escravidão</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2012. DAVIS, David Brion. <b>O problema da escravidão na cultura ocidental</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. PATTERSON, Orlando. <b>Escravidão e Morte Social: um Estudo Comparativo</b> . Tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo, Edusp, 2008. BUCK-MORSS, Suzan. "Hegel e o Haiti". <b>Novos estudos CEBRAP</b> , n. 90, 2011, p. 131-171, disponível em <a href="https://www.scielo.br/j/nec/a/Rms6hs73V39nPnYsv44Z93n/?lang=pt#">https://www.scielo.br/j/nec/a/Rms6hs73V39nPnYsv44Z93n/?lang=pt#</a> . LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. <b>A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário</b> . Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.		
Número de avaliações		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2239	HISTÓRIA DO BRASIL III	75
<b>EMENTA</b>		
Sociedade brasileira a partir do século XX. Debates acerca da modernização do Brasil. A questão da terra e a ocupação territorial. A era Vargas. O processo de nacionalização. Desenvolvimento e dependência. Democracia e ditadura. O golpe militar de 1964. Redemocratização e o Brasil recente. Movimentos sociais no período republicano, com ênfase nas últimas três décadas. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender o processo de formação do Brasil republicano em suas relações econômicas, políticas e socioculturais, construídas no século XX e XXI.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1985. CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. FAUSTO, Boris. Revolução de 30: história e historiografia. São Paulo, Brasiliense, 1970. GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. FERREIRA Jorge e DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.) - O Brasil Republicano (4 volumes); Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ABREU, Martha et. al. <b>Histórias do pós-Abolição no mundo atlântico</b> . Vol. 1, 2 e 3. Niterói, Eduff, 2014. BATALHA, Cláudio et al. (Orgs.). <b>Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado</b> . Campinas: Unicamp, 2004. CARVALHO, José Murilo de. <b>Os bestializados</b> . O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. BORGES, Vavy Pacheco. <b>Tenentismo e revolução brasileira</b> . São Paulo: Brasiliense, 1992. CHALHOUB, Sidney. <b>Trabalho, lar &amp; botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque</b> . 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001. FAUSTO, Boris. <b>História Geral da Civilização Brasileira</b> . Tomo III - O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (4 vol.). FERREIRA, Jorge. (Org.) <b>O populismo e sua história</b> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. FICO, Carlos. <b>O golpe de 1964: momentos decisivos</b> . Coleção FGV de bolso. Série História. Rio de Janeiro: FGV, 2014. MATTOS, Marcelo Badaró. <b>O sindicalismo brasileiro após 1930</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2003. NAPOLITANO, Marcos. <b>1964: história do regime militar brasileiro</b> . São Paulo: Contexto, 2014. NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). <b>História da Vida Privada no Brasil - V.4</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). <b>História da Vida Privada no Brasil - V.3</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. REIS FILHO, Daniel. <b>Ditadura e democracia no Brasil</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2014.		
Número de unidades de avaliação	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2240	HISTÓRIA INDÍGENA: POVOS ORIGINÁRIOS E MEMÓRIA	90
<b>EMENTA</b>		
<p>História das sociedades indígenas brasileiras. Processo de povoamento e sociedades pré-cabralinas. O indígena brasileiro diante da conquista europeia: formas de dominação e resistência física e cultural. O indígena no processo de formação da nacionalidade brasileira (século XIX). A luta pelo direito à terra e pelo reconhecimento da cidadania. Questões indígenas contemporâneas e a questão ambiental. Práticas pedagógicas em História Indígena.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Conhecer as abordagens e discussões historiográficas sobre o povoamento original brasileiro, contribuindo para o entendimento da situação atual e das reivindicações das diferentes sociedades indígenas. Compreender a forma de inserção do indígena na construção da nacionalidade brasileira em termos teóricos e práticos. Capacitar os discentes para sua futura atuação em sala de aula, tendo em vista o disposto na lei 11.645/2008.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.(org.). <b>História dos Índios no Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1992</p> <p>FAUSTO, Carlos. <b>Os Índios antes do Brasil</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p> <p>GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.</p> <p>KRENAK, Ailton. <b>Futuro ancestral</b>. Companhia das Letras, 2022.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. <b>Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo</b>. Cia das Letras: São Paulo. 1994</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). <b>Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)</b>. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011</p> <p>KODAMA, Kaori. <b>Os índios no Império do Brasil: A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860</b>. Rio de Janeiro: Fiocruz, São Paulo: Edusp, 2009.</p> <p>MACIEL, Laura Antunes. <b>A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”</b>. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998</p> <p>MUNDURUKU, Daniel. <b>O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)</b>. São Paulo: Paulinas, 201</p> <p>NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN. Sandor Fernando. <b>Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate</b>. Porto Alegre: Pallotti, 2012</p> <p>OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. <b>A Presença Indígena na Formação do Brasil</b>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006</p> <p>RIBEIRO, Darcy. <b>A política indigenista brasileira</b>. Rio de Janeiro: SIA/MA, 1962.</p> <p>SILVA, Aracy Lopes da &amp; GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.). <b>A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus</b>. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p> <p>VAINFAS, Ronaldo. <b>A Heresia dos Índios - Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. <b>A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia</b>. São Paulo: Cosac &amp; Naify, 2002</p>		



## FILMOGRAFIA

**1492: a conquista do paraíso.** (Dir: Ridley Scott) França; Espanha; Reino Unido; EUA, 1992.  
**A missão.** (Dir: Roland Joffé). Reino Unido, 1986.  
**Kuarup.** (Dir: Ruy Guerra). Brasil, 1989.  
**Perambulantes – a vida do povo de Acuab.** (Dir: Giancarla Brunetto; Karine Emerich). Brasil, 2008.  
**Serras da desordem.** (Dir: Andrea Tonacci). Brasil, 2006.  
**Xingu.** (Dir: Cao Hamburger). Brasil, 2012.

Número de unidades de avaliação	2
---------------------------------	---



**Componentes curriculares do 7º Nível:**

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2045	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA II	120
<b>EMENTA</b>		
<p>Fundamentação teórica e metodológica para a prática da regência no ensino médio. Conceitos de juventudes e o público do Ensino Médio. Elaboração de projetos de ensino e intervenção pedagógica em História com base no diagnóstico e proposições educativas. Desenvolvimento de metodologias voltadas para o ensino médio que mobilizem a multiplicidade de linguagens e meios de comunicação. O Ensino de História: raça, gênero e direitos humanos. Elaboração de Relatório de Estágio e artigo reflexivo sobre o estágio desenvolvido.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Orientar os graduandos na realização de projetos de ensino e intervenção e para o exercício das práticas docentes em Ensino de História no ensino médio.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). <b>Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia</b>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>ABUD, Kátia Maria et al. <b>Ensino de História</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares [Org.]. <b>Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo</b>. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <a href="http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/">http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/</a>.</p> <p>DE ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Mullet. (orgs.) <b>Ensino de História e suas práticas de pesquisa</b>. São Leopoldo, RS – 2021.</p> <p>OLIVEIRA, Ramon de. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. <b>Educação UNISINOS</b>, Rio Grande do Sul, v. 24, p. 1-20, 2020. Disponível em: <a href="https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05">https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05</a>. Acesso em: 30 nov. 2023.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>BARROSO, Vera Lucia M. et al. (Org.). <b>Ensino de História: desafios contemporâneos</b>. Porto Alegre: Est/Exclamação/Anpuh/RS, 2010.</p> <p>BITTENCOURT, Circe (Org.). <b>O saber histórico em sala de aula</b>. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>FONSECA, Selva G. <b>Ensinar e Aprender História: formação, saberes e práticas educativas</b>. Campinas: Alínea, 2009.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. <b>Estágio e Docência</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PINSKY, Carla (Org.). <b>Novos temas nas aulas de História</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>SILVA, Marcos; FONSECA, Selva G. <b>Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido</b>. Campinas: Papyrus, 2007.</p> <p>SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (Org.). <b>Jörn Rüsen: e o ensino de história</b>. Curitiba: UFPR, 2010</p> <p>SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. <b>Ensinar História</b>. São Paulo: Spicione, 2009.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA211	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	60
<b>EMENTA</b>		
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
<b>OBJETIVO</b>		
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BRASIL. <b>Decreto 5.626/05</b> . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. BRITO, Lucinda Ferreira. <b>Por uma gramática de línguas de sinais</b> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. QUADROS, Ronice Muller de. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b> . Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice Muller de. <b>Educação de surdos</b> . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. SACKS, Oliver W. <b>Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. <b>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS</b> . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001. COUTINHO, Denise. <b>LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças</b> . João Pessoa: Arpoador, 2000. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. <b>Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental</b> . Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009. LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: <b>Cadernos de Educação</b> . Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. <b>Letramento e Minorias</b> . Porto Alegre: Mediação, 2002. QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: <b>Estudos Surdos IV</b> . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009. SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. In: <b>Educação &amp; Sociedade</b> . V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2152	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA E VIRADA HISTORIOGRÁFICA I	75
EMENTA		
<p>Revolução Francesa e suas origens; Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo no século XIX; o Imperialismo e a eclosão dos nacionalismos; os primeiros passos do movimento operário e as ondas revolucionárias de 1830 e 1848; surgimento do anarquismo e do socialismo; consolidação do domínio burguês: política e cultura. A guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a história contemporânea como um período envolvendo forças contraditórias que levam a construção da sociedade burguesa, a formação do proletariado e a afirmação do capitalismo.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CHARTIER, Roger. <b>Origens culturais da Revolução Francesa</b>. São Paulo: Unesp, 2009. DARNTON, Robert. <b>O Grande massacre dos gatos</b>. Rio de Janeiro: Graal, 1986. HOBSBAWM, Eric. <b>A era do capital: 1848-1875</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2007. HOBSBAWM, Eric. <b>A era dos impérios: 1875-1914</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2008. HUNT, Lynn. <b>Política, cultura e classe na Revolução Francesa</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. PERROT, Michelle. <b>Os Excluídos da História</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ANDERSON, Benedict. <b>Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ARRUDA, José Jobson de Andrade. <b>Nova História Moderna e Contemporânea</b>. Bauru: Edusc, 2006. 2 v. BADINTER, Elisabeth. <b>Um amor conquistado: O mito do amor materno</b>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. BEER, Max. <b>História do Socialismo e das lutas sociais</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2006. BERMAN, Marshall. <b>Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. DARNTON, Robert. <b>Os dentes falsos de George Washington</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. <b>Revolução Francesa e Iluminismo</b>. São Paulo: Contexto, 2003. HOBSBAWM, Eric. <b>Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. HUNT, Lynn. <b>A Invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade</b>. São Paulo: Hedra, 1999. MICELI, Paulo. <b>As revoluções burguesas</b>. São Paulo: Atual, 1994.</p>		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	Optativa III	60
<b>EMENTA</b>		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>OBJETIVO</b>		
Definido conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2153	HISTÓRIA DA AMÉRICA: AMÉRICA E SUAS PLURALIDADES II	75
<b>EMENTA</b>		
A América Latina no século XIX: o caudilhismo e o processo de formação do estado nacional. Os Estados Unidos no século XIX. A América latina no século XX e XXI: tensões e luta contra o colonialismo. Os Estados Unidos no século XX e XXI: imperialismos e disputas políticas, econômicas e culturais.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender o processo de ocupação da América e os diferentes grupos culturais envolvidos nesse processo.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BASTETHELL, Leslie (Org.). <b>História da América Latina</b> . São Paulo: Edusp, 2007. PRADO, Luiz Fernando Silva. <b>História Contemporânea da América Latina (1930-1960)</b> . Porto Alegre: UFRGS, 1996. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. <b>História Contemporânea da América Latina: 1960-1990</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2004. WASSSERMAN, Cláudia. <b>História Contemporânea da América Latina (1900-1930)</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2004. WASSERMANN, Claudia; GUAZZELLI, César A.B. (Org.) <b>Ditaduras Militares na América Latina</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2004.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
AVILA, Arthur Lima de. O oeste historiográfico norte-americano: a <i>Frontier Thesis</i> vs. A <i>New Western History</i> . <b>Anos 90</b> , Porto Alegre, v.12, n.21/22, p.369-413, jan./dez. 2005. Disponível em: < <a href="http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6379">http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6379</a> >. Acesso em: 10 abr. 2017. CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (Org.). <b>História do Cone Sul</b> . Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Revan, 1998. CHIARAMONTE, José Carlos. Mercaderes del Litoral. <b>Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica</b> , 1991. BAUER, Caroline S. <b>Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória</b> . Porto Alegre: Medianiz, 2012. CUEVA, Agustin. <b>O desenvolvimento do capitalismo na América Latina</b> . São Paulo: Global, 1983. SP: Companhia das Letras/CNPQ, 1988. FICHOU, Jean-Pierre. <b>A civilização americana</b> . Campinas: Papyrus, 1990. PRADO, Maria Lígia. <b>O populismo na América Latina</b> . São Paulo: Brasiliense, 1995. PADROS, Enrique Serra. <b>Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar</b> . PPGH-UFRGS. 2005. Tese de Doutorado. Disponível em < <a href="http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149">http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149</a> > WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. <b>História da América Latina – Do descobrimento a 1900</b> . Porto Alegre: UFRGS, 1996.		
Número de unidades de avaliação	02	



**Componentes curriculares do 8º Nível:**

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2046	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA III	90
<b>EMENTA</b>		
A atuação do profissional de história em diferentes contextos educativos. A produção historiográfica e a história ensinada. A história e seus diferentes públicos. Intervenção de ensino de História em contextos educacionais não formais. Elaboração de relatório de estágio e de artigo reflexivo sobre o estágio realizado		
<b>OBJETIVO</b>		
Preparar o acadêmico para o exercício da docência através de debates de aspectos relacionados ao ensino de história e de realização de estágio em ambiente não formal de educação.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>O que é educação</b> . São Paulo: Brasiliense, 49º ed. 2007. CATINI, Carolina. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. <b>Educação e Pesquisa</b> , São Paulo, v.47, e222980,2021. Disponível: <a href="https://www.scielo.br/j/ep/a/T9cHypgGYtCzYFYD4ftqdr/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/ep/a/T9cHypgGYtCzYFYD4ftqdr/?format=pdf&amp;lang=pt</a> . Acesso: Agosto/2022. GOHN, Maria da Glória. <b>Educação não-formal e educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais</b> . São Paulo: Cortez, 201 VEIGA, Angélica Gabriela da. <b>Grupo de Cultura Popular: A Cultura Negra como educação Não formal em Erechim</b> . Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Erechim-RS, 2023.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (Orgs). <b>Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. BITTENCOURT, Circe. <b>Ensino de História: fundamentos e métodos</b> . São Paulo: Cortez, 2004. BORGES, Vavy Pacheco. <b>O ensino de História: revisão urgente</b> . São Paulo: Brasiliense, 1987. Candau, Vera Maria. <b>Didática, currículo e saberes escolares</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. CARRETERO, Mario et al. <b>Ensino da História e memória coletiva</b> . Porto Alegre: Artmed, 2007. FERRO, Marc. <b>A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação</b> . São Paulo: IBRASA, 1983. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. <b>História &amp; ensino de história</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2003. FORQUIN, Jean-Claude. <b>Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. <b>Medo e ousadia: o cotidiano do professor</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. NAPOLITANO, Marcos. <b>Como usar o cinema na sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 2006.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2242	EXTENSÃO III: SABERES E PRÁTICAS DOS HISTORIADORES E HISTORIADORAS	120
<b>EMENTA</b>		
O historiador e seus públicos. Propostas de extensão no contexto escolar. Diagnóstico e construção de Projeto de Extensão. Inserção em contextos da comunidade no processo de produção e divulgação do conhecimento histórico.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre as possibilidades de extensão da formação do licenciado em história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. <b>Revista Brasileira de História</b> , vol. 37, n. 74, 2017. MENDES, B.; ARRAIS, C. A.; BERBERT JÚNIOR, C. O. O lugar da teoria da história na formação de historiadores e historiadoras no ensino superior. <b>Varia Historia</b> , v. 39, n. 79, p. e23108, jan. 2023. NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de história e cultura histórica. <b>Saeculum: revista de História</b> , João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, n.6/7, p.35-47, jan.-dez. 2000/20. SCHMIDT, Benito Bisso. Conhecimento histórico e diálogo social. <b>Revista Brasileira de História (Online)</b> , v. 34, p. 325-345, 2014.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ALVES, Ronaldo Cardoso. A aula de História como lugar do ensino, da pesquisa e da extensão. <b>Espaço Pedagógico</b> . Passo Fundo: UPF, v. 21, p. 274-287, 2014. COSTA, Aryana Lima. A extensão na formação de profissionais de história. <b>Revista Brasileira de História</b> . São Paulo, v. 30, nº 60, p. 35-53, 2010. FERREIRA, Marieta de Moraes. <b>A história como ofício: A constituição de um campo disciplinar</b> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (Org.). <b>Dicionário de ensino de história</b> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2019, p. 66-71. GIL, Carmem Zeli de Vargas Gil (og). <b>Da Vila Dique ao Porto Novo: extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas</b> . São Leopoldo: Oikos, 201 MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.) <b>História Pública no Brasil - Sentidos e Itinerários</b> . Belo Horizonte: Letra & Voz, 2016. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “História Pública: um desafio democrático aos historiadores”. In: REIS, Tiago Siqueira (Orgs). <b>Coleção História do Tempo Presente: volume 2</b> . Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: Perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. <b>Revista Mundos do Trabalho (online)</b> , v. 10, p. 31-41, 2019.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH809	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
<b>EMENTA</b>		
Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com as minorias historicamente excluídas.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover discussões e práticas que perpassam o atendimento educacional especializado e os processos de inclusão e exclusão.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CANGUILHEM, Georges. <b>O normal e o patológico</b>. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.</p> <p>LAPLANE, Adriana (Org.). <b>Políticas e práticas de Educação Inclusiva</b>. 2. ed. Campinas: autores associados, 2007.</p> <p>MENDES, Geovana M. Lunardi; BUENO, José Geraldo Silveira; SANTOS, Roseli Albino. <b>Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise</b>. São Paulo: Junqueira Marin, 2008.</p> <p>PLAISANCE, Eric. <b>Denominações da infância: do anormal ao deficiente</b>. Educação e Sociedade, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005</p> <p>HALL, S. <b>A identidade cultural na Pós-Modernidade</b>. 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&amp;a, 2006.</p> <p>WOODWARD, K. <b>Identidade e Diferença: uma introdutória teórica e conceitual</b>. In: SILVA, T.T. (Org.). <b>Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais</b>. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>COLL, César; MARCHENSI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. <b>Desenvolvimento psicológico e educação</b>. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CURY, C. R. J. C. <b>Os fora de Série na escola</b>. São Paulo: Armazém do Ipê, 2005.</p> <p>JANNUZZI, G.S.M. <b>A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI</b>. São Paulo: Autores Associados, 2006.</p> <p>KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. <b>Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos</b>. Campinas: Autores Associados, 1999.</p> <p>LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). <b>Habitantes de Babel: Políticas e Poética da Diferença</b>. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>LUNARDI-MENDES, Geovana M.; SOUZA NETO, A. ; SEPTIMÍO, C. <b>O não – saber como retórica constante: Aproximações entre os observatórios de educação especial e políticas públicas de inserção de Tecnologia</b>. Revista Teias (UERJ. Online), v. 17, 2016.</p> <p>MENDES, Geovana M. Lunardi; BUENO, José Geraldo Silveira; SANTOS, Roseli Albino. <b>Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise</b>. São Paulo: Junqueira Marin, 2008.</p> <p>MITTLER, Peter. <b>Educação Inclusiva: contextos sociais</b>. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>MONTOAN, M.T.E. <b>O desafio das diferenças nas escolas</b>. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011</p> <p>RODRIGUES, David. <b>Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva</b>. São Paulo: Summus, 2006.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2243	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60
<b>EMENTA</b>		
Estrutura do trabalho monográfico. Utilização de normas da ABNT e técnicas científicas. Seminário de trabalhos de conclusão de curso de caráter monográfico. Acompanhamento das pesquisas. Organização e realização das bancas de defesa pública das monografias		
<b>OBJETIVO</b>		
Elaborar um texto de caráter monográfico, de acordo com as normas técnicas, que contenha coerência metodológica, domínio dos conceitos/noções e interpretação das fontes documentais apresentando-o em banca de defesa pública.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ARÓSTEGUI, Julio. <b>A pesquisa histórica: teoria e método</b> . Bauru: Edusc, 2006. BARROS, José D'Assunção. <b>O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. CANDIOU, François (Org.). <b>Como se faz a história</b> . Petrópolis: Vozes, 2007. PINSKY, Carla bassanezi. <b>Fontes históricas</b> . São Paulo: Contexto, 2006. REIS, José Carlos. <b>História e Teoria</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. VIEIRA, Maria Pillar et al. <b>A pesquisa em história</b> . São Paulo: Ática, 1991		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
BACZKO, Bronislaw. <b>Imaginação social</b> . In: Enciclopédia Einaudi. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. 5. v. BOSI, Ecléa. <b>Memória e sociedade: lembranças de velhos</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994. CHARTIER, Roger. <b>A história cultural entre práticas e representações</b> . Rio de Janeiro: Difel, 1990. DEL PRIORE, Mary. <b>Histórias do cotidiano</b> . São Paulo: Contexto, 2001. FOUCAULT, Michel. <b>Arqueologia do saber</b> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. FREITAS, Marcos Cezar (Org.). <b>Historiografia brasileira e perspectiva</b> . São Paulo: Contexto, 1998. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: <b>Estudos Históricos – 3: memória</b> . Rio de Janeiro: PUC, 1989. 2. v. VEYNE, Paul. <b>Como se escreve a história</b> . Brasília: UNB, 1982		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1747	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
<b>EMENTA</b>		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BARTH, Frederik. <b>Grupos étnicos e suas fronteiras</b>. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. <b>Teorias da etnicidade</b>. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.p 185-228.</p> <p>CUCHE, Denys. <b>A noção de cultura das Ciências sociais</b>. Bauru: EDUSC, 1999.</p> <p>HALL, Stuart. <b>A identidade cultural na pós-modernidade</b>. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A Editora, 1992.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <b>Memória e História</b>. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. <b>A invenção das tradições</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.</p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (Org.). <b>Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina</b>. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. <b>Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia</b>. 1ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>AMADO, Janaína. <b>A Revolta dos Mucker</b>. São Leopoldo: Unisinos, 2002.</p> <p>AXT, Gunter. <b>As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul</b>. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.</p> <p>BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). <b>História Geral do Rio Grande do Sul</b>. 6 v. Passo Fundo: Méritos, 2006.</p> <p>CEOM. <b>Para uma história do Oeste Catarinense</b>. 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.</p> <p>GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Orgs). <b>Capítulos de História do Rio Grande do Sul</b>. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Orgs.). <b>O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil</b>. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.</p> <p>LEITE, Ilka Boaventura (Org.). <b>Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade</b>. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.</p> <p>MACHADO, Paulo Pinheiro. <b>Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)</b>. Campinas: UNICAMP, 2004.</p> <p>MARTINS, José de Souza. <b>Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano</b>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>NOVAES, Adauto (org.) <b>Tempo e História</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. <b>Identidade, etnia e estrutura social</b>. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.</p>		



PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.  
RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.  
RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.  
ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.  
SILVA, Marcos A. da (Org.) **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/ MCT/CNPq, 1990.  
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.  
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.  
TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: brasiliense, 1983, p 14-90.  
WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2244	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA E VIRADA HISTORIOGRÁFICA II	75
<b>EMENTA</b>		
<p>Origens dos conflitos mundiais. Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa. A crise de 1929. Entreguerras e a ascensão dos Estados totalitários. A Guerra Civil Espanhola. A Segunda Guerra Mundial. A configuração do mundo após os conflitos mundiais. A Guerra Fria. A descolonização e emergência dos países não alinhados. As transformações sociais, culturais e tecnológicas no século XX. O neoliberalismo e os movimentos de resistência na virada do século XX para o XXI. Práticas de ensino em História Contemporânea.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Compreender a História do século XX como fruto das políticas de afirmação da sociedade industrial-burguesa, que conduziram a quadros de crise e conflitos mundiais.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ARENDDT, Hannah. <b>Origens do totalitarismo</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. HOBSBAWM, Eric J. <b>A era dos impérios, 1875-1914</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. HOBSBAWM, Eric. <b>Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HOBSBAWM, Eric. <b>Nações e nacionalismo desde 1780</b>. São Paulo: Paz e Terra, 1998. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org). <b>O século XX: volume 1 : o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra</b>. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. <b>História do Século XX</b>. Porto Alegre: Novo Século, 1998. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. <b>Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo</b>. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BEAUD, Michel. <b>Historia do capitalismo de 1500 até nossos dias</b>. Sao Paulo: Brasiliense, 1987. CARVALHO, Apolônio de. <b>Vale a pena sonhar</b>. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1998. GONZÁLES, Horácio. <b>A comuna de Paris: os assaltantes do céu</b>. São Paulo: Brasiliense, 1989. GRAMSCI, Antonio. <b>Escritos políticos</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BERTOLLI FILHO, Claudio. <b>A guerra civil espanhola</b>. São Paulo: Ática, 1996. ROMERO SALVADÓ, Francisco J. <b>A guerra civil espanhola</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. <b>História do tempo presente</b>. São Paulo: Contexto, 2003. KONDER, Leandro. <b>Introdução ao fascismo</b>. Rio de Janeiro: Graal, 1991. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; MILMAN, Luis (Org.). <b>Neonazismo, negacionismo e extremismo político</b>. Porto Alegre: UFRGS/CORAG, 2000.</p>		
Número de unidades de avaliação	2	



### 8.14.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2245	ARQUEOLOGIA: TEORIA E PRÁTICA	75
<b>EMENTA</b>		
<p>Principais correntes teóricas da arqueologia: histórico-cultural, processual e enfoques pós-processuais (arqueologia crítica, arqueologia do gênero, arqueologia da etnicidade e arqueologia pública). Arqueologia Histórica, Arqueometria e Etnoarqueologia. Métodos utilizados nas pesquisas de campo e laboratório: técnicas de levantamentos sistemáticos e oportunistas, escavações, análises tipológicas de material cerâmico, lítico, ósseos humanos e vestígios faunísticos e florísticos.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Conhecer, em termos teóricos e práticos, a Arqueologia, notadamente em sua relação com a História e as possibilidades de atuação profissional.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BICHO, Nuno Ferreira. <b>Manual de Arqueologia Pré-Histórica</b>. Lisboa: ed. 70, 2006. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. <b>Arqueologia</b>. São Paulo: Ática, 1988. JOHNSON, M. <b>Teoría arqueológica</b>. Barcelona: Ariel, 2000. ORSER, Charles. <b>Introdução à arqueologia histórica</b>. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. RAHTZ, Philip. <b>Convite à Arqueologia</b>. Rio de Janeiro: Imago, 1989. TRIGGER, Bruce G. <b>História do pensamento arqueológico</b>. São Paulo: Odysseus, 2004.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>ACUTO, F. A.; ZARANKIN, A. (Org.). <b>Sed Non Satiata: Teoría social en la arqueologia latinoamericana contemporânea</b>. Buenos Aires: Del Tridente, 1999. p. 7-15. BINFORD, L. <b>En Busca del Pasado</b>. Barcelona: Crítica, 1988. BROCHADO, José Proenza; LA SALVIA, Fernando. <b>Cerâmica Guarani</b>. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. DUNNEL, Robert C. <b>Classificação em Arqueologia</b>. São Paulo: Edusp, 2007. HODDER. <b>Theory and Practice in Archaeology</b>. London and New York: Routledge, 1992. LAMING-EMPERAIRE, Annette. <b>Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul</b>. Curitiba: UFPR, 1967. LUCAS, Gavin. <b>Critical Approaches to Fieldwork: Contemporary and Historical Archaeological Practice</b>. London and New York: Routledge, 2001. MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. <b>Como interpretar a linguagem da cerâmica – manual para arqueólogos</b>. Washington: Smithsonian Institute, 1970. MERRIMAN, N. (Org.). <b>Public Archaeology</b>. London and New York: Routledge, 2004. p. 224-239. RENFREW, Colin; BAHN, Paul. <b>Arqueologia: teorias, métodos y práctica</b>. Madrid: Akal, 1993.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2246	FILOSOFIA E HISTÓRIA	75
<b>EMENTA</b>		
Os gregos. Ocidente e Oriente em perspectiva comparada. Cristianismo e Filosofia. Os inícios da ciência moderna. O racionalismo. O empirismo. A filosofia do Iluminismo e da Revolução Francesa. A filosofia alemã. Política e Filosofia. A filosofia do século XX.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender a evolução das idéias filosóficas em sua articulação com a história (jamais um mero “contexto”, mas um outro texto), bem como o impacto das grandes obras da filosofia universal sobre a história das idéias e os próprios processos históricos. Oferecer, assim, ao estudante de graduação em História interessado em Filosofia, uma abordagem interdisciplinar que, diferentemente do que em geral ocorre com a História da Filosofia ou com a Filosofia da História, considera as duas perspectivas em pé de igualdade.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
AGOSTINHO. <b>Confissões</b> . Petrópolis: Vozes, 1997. BOUVERESSE, Jacques et al. <b>História da filosofia</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 8 v. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. <b>Mil Platôs</b> . Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. 3 v. DESCARTES, René. <b>Discurso do método</b> . Porto Alegre: L&PM, 2005. GAARDER Jostein. <b>O mundo de Sofia</b> . Romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. JAEGER, Werner. <b>Paidéia – A invenção do homem grego</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2010.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
CIRNE-LIMA, Carlos. <b>Depois de Hegel: uma reconstituição crítica do sistema neoplatônico</b> . Caxias do Sul: Educs, 2006. DORION, Louis-André. <b>Compreender Sócrates</b> . Petrópolis: Vozes, 2006. LUFT, Eduardo. <b>Sobre a coerência do mundo</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. MAGEE, Bryan. <b>História da filosofia</b> . São Paulo: Loyola, 2001. MATOS, Olgaria. <b>Arcanos do inteiramente outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução</b> . São Paulo: Brasiliense, 1989. PASCAL, George. <b>Compreender Kant</b> . Petrópolis: Vozes, 2007. ROUANET, Sergio Paulo. <b>Mal-estar na modernidade</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2003. ROUDINESCO, Elisabeth. <b>Filósofos na tormenta – Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. SOLOMON, Robert C.; HIGGINS, Kathleen M. <b>Uma breve história da filosofia</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. WARBURTON, Nigel. <b>Uma breve história da filosofia</b> . Porto Alegre: L&PM, 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2247	A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA COLÔNIA DE ERECHIM	75
<b>EMENTA</b>		
Colonização e positivismo. A diversidade étnica e cultural. A historiografia e a literatura Regional. A filmografia Regional.		
<b>OBJETIVO</b>		
Discutir a formação social da colônia Erechim através da historiografia e da literatura produzida sobre a mesma.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BENINCÁ, Dirceu. <b>Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens</b> . São Paulo: Cortez, 2011. CASSOL, Ernesto. <b>Carlos T. Gonçalves: vida, obra e significado</b> . Erechim: São Cristóvão, 2003. GRITTI, Isabel Rosa. <b>Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos</b> . Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. SASS, Vera Beatriz. <b>O Satírico e o Picaresco em Gladstone Osório Mársico</b> . Porto Alegre: Movimento, 1994. SEMINOTTI, Jonas J. <b>A Arte de Politizar: o papel político da Igreja Católica no Alto Uruguai do RS. (1974 – 1990)</b> . Erechim: Graffoluz, 2008.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
CARNEIRO, Maria L. T. <b>Preconceito Racial no Brasil Colônia</b> . São Paulo: Brasiliense, 1983. CIMA, Sônia M. <b>Padre Busato</b> . Passo Fundo: UPF, 2005. GIARETTA, Jane G. S. <b>O Grande e Velho Erechim: Ocupação e Colonização do Povoado de Formigas ( 1908-1960 )</b> . Passo Fundo, 2008. GRITTI, Isabel Rosa. <b>Imigração Polonesa: a emergência do preconceito</b> . Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. GRITTI, Silvana M. <b>Educação Rural e Capitalismo</b> . Passo Fundo: UPF, 2007. HALL, Stuart. <b>A identidade cultural na pós – modernidade</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2001. PIRAN, Nédio. <b>Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai</b> . Erechim: FAPES, 2001. SANSONE, Livio. <b>Negritude sem etnicidade: o local e o global nas Relações Raciais e na produção cultural negra no Brasil</b> . Salvador: Pallas, 2003. SPONCHIADO, Breno A. <b>O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul</b> . Porto Alegre: PUC, 2000.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2248	HISTÓRIA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA	75
<b>EMENTA</b>		
Revolução Mexicana. Mariátegui e o Socialismo Indo-Americano. O panorama histórico das experiências de organização popular na América Latina após a década de 1950.		
<b>OBJETIVO</b>		
Analisar as experiências de organização social popular na América Latina no século XX.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALTMANN, Werner. <b>México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa</b> . São Leopoldo: Unisinos, 2001. ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). <b>Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos</b> . Novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. GOHN, Maria da Glória. <b>Teoria dos movimentos sociais</b> . Paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000. MARIÁTEGUI, José Carlos. <b>Sete ensaios sobre a realidade Peurana</b> . São Paulo: Alfa Ômega, 1979, 1990. MARTINS, José de Souza. <b>A chegada do estranho</b> . São Paulo: Hucitec, 1993. VITALE, Luis. <b>Introducción a una teoría de la historia para América Latina</b> . Buenos Aires: Planeta, 1992.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
CHARTIER, Roger. O mundo como representação. <b>Estudos Avançados</b> , v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. FAUSTO, Bóris. <b>Trabalho urbano e conflito social (1890-1924)</b> . São Paulo: Brasiliense, 1976. HELLER, Agnes; FÉHER, Ferenc. <b>A condição política pós-moderna</b> . Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. HOBBSBAWM, Eric. <b>Os Trabalhadores</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. LARANJEIRA, Sônia (Org.). <b>Classes e movimentos sociais na América Latina</b> . São Paulo: HUCITEC, 1990. LACLAU, Ernesto La razón populista Buenos Aires, FCE, 2005. MIGNOLO, Walter D. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. <i>Revista Chilena de Literatura</i> , No. 47, Santiago de Chile, Nov., 1995. MOTA, Carlos Guilherme. <b>A ideia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento</b> . Petrópolis: Vozes, 1979. PETRAS, James. <b>Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina</b> . São Paulo: Xamã, 1999. PINHEIRO, Paulo S.; HALL, Michael M. <b>A Classe operária no Brasil. 1889-1930</b> . São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 2 v. PRADO, Maria Lígia e Pellegrino, Gabriela. <b>História da América Latina</b> . São Paulo: Contexto, 2014. TOURAINÉ, Alain. <b>Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina</b> . São Paulo: Trajetória Cultural/UNICAMP, 1989.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2249	HISTÓRIA DA CIÊNCIA	75
<b>EMENTA</b>		
<p>A ciência na Antiguidade: Civilizações Orientais Antigas e Antiguidade Clássica (Grécia e Roma). O mundo árabe. América Latina, Brasil e as possibilidades de uma ciência pré-colombiana. O mundo medieval. O Renascimento. O século XVII e a Revolução Científica. O Iluminismo. O século XIX. Darwinismo. Os séculos XX e XXI. As físicas relativística e quântica. A Cosmologia. As ciências humanas. O humano como objeto de investigação - fenomenologia, estruturalismo e marxismo. A História. A “História da loucura” de Michel Foucault e a possibilidade de uma outra histórica da ciência. O discurso científico e o ambiente da pós-modernidade.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Compreender (1) as condições históricas de constituição da ciência como saber separado da religião e do mito na Antiguidade Clássica, bem como as de sua evolução e influência (como elemento dialeticamente influenciador e influenciado) na cultura; (2) as visões filosófico-epistemológicas acerca de o que seja a ciência e de suas possibilidades como constructo humano, consubstanciadas em idéias como as de Bachelard, Popper, Kuhn e Feyerabend; (3) as relações entre a ciência e a sociedade; (4) a dinâmica histórica de cada uma das ciências, vista e problematizada desde um ponto de vista “interno”: história da Matemática, da Física, da Química, da Biologia; (5) as possibilidades de diálogo entre a ciência e as religiões, e a própria história dessa relação; e (6) as representações da ciência nas artes.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. <b>O que é História da Ciência</b>. São Paulo: Brasiliense, 2004. BRAGA, Marco. <b>Breve história da ciência moderna</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 4 v. CHASSOT, Attico. <b>A ciência através dos tempos</b>. São Paulo: Moderna, 2004. MOSLEY, Michael. <b>Uma história da ciência</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. RONAN, Colin. <b>História ilustrada da ciência da Universidade de Cambridge</b>. São Paulo: Círculo do Livro, 1989. 4 v.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria et al. <b>Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas</b>. São Paulo: EDUC, 2004. ALVES, Rubem. <b>Filosofia da ciência – Introdução ao jogo e suas regras</b>. São Paulo: Loyola, 2005. DAWKINS, Richard. <b>A grande história da evolução</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. FOUCAULT, Michel. <b>História da loucura na Idade Clássica</b>. São Paulo: Perspectiva, 1997. GLEISER, Marcelo. <b>A dança do Universo – dos mitos de criação ao Big Bang</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. HAWKING, Stephen. <b>Uma nova história do tempo</b>. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. HELLMANN, Hal. <b>Grandes debates da ciência – Dez das maiores contendas de todos os tempos</b>. São Paulo: Unesp, 1999. MARTINS, Roberto. <b>Universo: teorias sobre sua origem e evolução</b>. São Paulo: Moderna, 1997. NICOLELIS, Miguel. <b>Muito além do nosso eu</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2250	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	75
<b>EMENTA</b>		
A educação brasileira no período colonial: os aldeamentos e os colégios jesuíticos. Projetos Educacionais da Modernidade. As influências das reformas pombalinas para a educação brasileira. A constituição histórica do sistema público de ensino no Brasil. As reformas educativas na Primeira República. A conformação da Educação durante o Estado Novo. O regime militar e a política educacional brasileira. As principais reformas da educação no século XX.		
<b>OBJETIVO</b>		
Analisar as práticas e processos educativos no Brasil, problematizando sua relação com os vários projetos de nação.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
DALLABRIDA, Norberto. <b>A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República</b> . Florianópolis: Cidade Futura, 2001. GERMANO, José Willington. <b>Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)</b> . São Paulo: Cortez, 2000. GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. <b>Educação, poder e sociedade no império brasileiro</b> . São Paulo: Cortez, 2008. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. <b>História da educação brasileira: a organização escolar</b> . São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991. SAVIANI, Dermeval. <b>História das ideias pedagógicas no Brasil</b> . Campinas: Autores Associados, 2008. SOUZA, Rosa Fátima. <b>História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil</b> . São Paulo: Cortez, 2008.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
CARVALHO, José Murilo de. <b>A formação das almas: o imaginário da República no Brasil</b> . São Paulo: Cia das Letras, 1990. CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. <b>O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira</b> . Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. CUNHA, Luiz Antonio. <b>Educação, estado e democracia no Brasil</b> . São Paulo: Cortez, 1991. DEL PRIORE, Mary (Org.). <b>História das crianças no Brasil</b> . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. FÁVERO, Osmar (Org.). <b>A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)</b> . Campinas: Autores Associados, 1996. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). <b>Memória intelectual da educação brasileira</b> . Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002. HILSDORF, M. L. <b>História da Educação Brasileira: leituras</b> . São Paulo: Thomson, 2003. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. <b>500 anos de educação no Brasil</b> . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. <b>História da educação no Brasil</b> . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. <b>Tempos de Capanema</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2251	HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES	75
<b>EMENTA</b>		
Estudo, em perspectiva comparada, da história das grandes religiões do Ocidente e do Oriente.		
<b>OBJETIVO</b>		
Compreender conceitualmente a história das principais tradições religiosas do Ocidente e do Oriente, tendo como referencial de análise a perspectiva teórico-metodológico e a leitura e a interpretação dos textos fundamentais.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas</b>: da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 1 v.</p> <p>ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas</b>: de Gautama Buda ao triunfo do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 2 v.</p> <p>ELIADE, Mircea. <b>História das crenças e das ideias religiosas</b>: De Maomé à Idade das Reformas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 3 v.</p> <p>ISAIA, Artur. César. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. <b>Revista Brasileira de História das Religiões</b>, v. 1, n. 3, 2009, p. 95-105. Disponível em: <a href="https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26675">https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26675</a>. Acesso em: 17 jan. 2024.</p> <p>SILVA, Eliane Moura. História das Religiões: algumas questões teóricas e metodológicas. In: MOURA, Carlos André Silva de; SILVA, Eliane Moura; SILVA, Paulo Julião; SANTOS, Mario Ribeiro. (Org.). <b>Religião, Cultura e Política no Brasil</b>: Perspectivas históricas. 10ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2011, v. 1, p. 11-24. Disponível em: <a href="https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/colecao_ideias_10-2.pdf">https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/colecao_ideias_10-2.pdf</a>. Acesso em: 17 jan. 2024.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>CAMPBELL, Joseph. <b>As máscaras de Deus</b>: mitologia ocidental. 2. ed. São Paulo: Palas Atena, 2008.</p> <p>CAMPBELL, Joseph. <b>As máscaras de Deus</b>: mitologia oriental. 6. ed. São Paulo: Palas Atena, 2008.</p> <p>CAMPBELL, Joseph. <b>As máscaras de Deus</b>: mitologia primitiva. São Paulo: Palas Atena, [s.d.].</p> <p>ECKEL, Malcom David. <b>Conhecendo o budismo</b>. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>GORDON, Matthew S. <b>Conhecendo o islamismo</b>. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>GRANET, Marcel. <b>O pensamento chinês</b>. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.</p> <p>MOORE, Charles (Org.). <b>Filosofia</b>: oriente e ocidente. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.</p> <p>OLDSTONE-MOORE, Jennifer. <b>Conhecendo o taoísmo</b>. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>SCARPI, Paolo. <b>Politeísmos</b>: as religiões do mundo antigo (Egito, Roma, Grécia, Mesopotâmia, Pérsia). São Paulo: Hedra, 2004.</p> <p>WATTS, Alan. <b>Mito e religião</b>: transcritos editados. Rio de Janeiro: Fissus, 2002.</p> <p>ZIMMER, Heinrich. <b>Filosofias da Índia</b>. 4. ed. São Paulo: Palas Athena, 2008.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2252	HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL	75
<b>EMENTA</b>		
Estudo da história da imprensa no Brasil. Imprensa literária. Pasquins. Imprensa política. A moderna imprensa: surgimento e afirmação. A ação das censuras: conformidade e resistência. Imprensa alternativa. Rádio e TV. Mídias modernas		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover, através de seminários, a discussão das relações entre a imprensa e a escrita da História.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ARBEX JÚNIOR, José. <b>Showrnlismo</b> : a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.		
BARBOSA, Marialva. <b>História cultural da imprensa</b> : Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.		
CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. <b>Projeto História</b> , 35, São Paulo, EDUC, julho-dezembro 2007. Disponível em: <a href="https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221">https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221</a> . Acesso em 18 jan. 2024.		
DARNTON, Robert. <b>O beijo de Lamourette</b> : mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.		
DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). <b>Fontes históricas</b> . São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.		
RÜDIGER, Francisco. <b>Tendências do jornalismo</b> . Porto Alegre: UFRGS, 1998.		
SODRÉ, Nelson Werneck. <b>História da Imprensa no Brasil</b> . Rio de Janeiro: Mauad, 1999.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ABRAMO, Perseu. <b>Padrões de manipulação na grande imprensa</b> . São Paulo: Perseu Abramo, 2003.		
CALDAS, Breno; PINHEIRO MACHADO, José Antônio. <b>Meio século de Correio do Povo</b> : glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, 1987.		
CAPELATO, Maria Helena. <b>Imprensa e História do Brasil</b> . São Paulo: Contexto, 1988.		
CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. <b>O bravo matutino</b> : imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.		
DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. <b>Para ler o Pato Donald</b> : comunicação de massa e colonialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2002.		
FERRO, Marc. <b>A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação</b> . São Paulo: Ibrasa, 1983.		
FRAGA, Gerson Wasen. <b>Branco e vermelho</b> : a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.		
GALVANI, Walter. <b>Um século de poder</b> : os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.		
MARX, Karl. <b>Liberdade de imprensa</b> . Porto Alegre: L&PM, 1999.		
SSÓ, Ernani. <b>Barão de Itararé</b> . Porto Alegre: Tchê, 1984		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2253	HISTÓRIA DO FUTEBOL	75
<b>EMENTA</b>		
A disciplina discutirá os principais aspectos históricos do futebol no Brasil e no mundo, tomando a História Social como referencial condutor. O futebol será visto dentro de sua interface com outros movimentos históricos, tais como industrialização e urbanização; conformação e afirmação das classes sociais; desenvolvimento da imprensa e massificação do esporte; criação de identidades locais, regionais e nacionais; relações entre o futebol e política; globalização e resistências.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover a discussão do futebol enquanto fenômeno social e objeto acadêmico.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALABARCES, Pablo. <b>Futbologías:</b> fútbol, identidad y violencia en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003. FRANCO JUNIOR, Hilário. <b>A dança dos deuses:</b> futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GIULIANOTTI, Richard. <b>Sociologia do futebol:</b> dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. <b>Footballmania:</b> uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. WISNIK, José Miguel. <b>Veneno Remédio.</b> O futebol e o Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
AGOSTINO, Gilberto. <b>Vencer ou morrer:</b> futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “ <b>Com brasileiro não há quem possa!</b> ”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Unesp, 2004. DAMO, Arlei Sander. <b>Futebol e identidade social:</b> uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: UFRGS, 2002. FRYDENBERG, Julio. <b>Historia social del fútbol:</b> del amateurismo a la profesionalización. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2011. GASTALDO, Édison; GUEDES, Simoni (Org.). <b>Nações em campo:</b> Copa do mundo e identidade nacional. Niterói: Intertexto, 2006. GUAZZELLI, Cesar; DOMINGOS, Charles; BECK, José; QUINSANI, Rafael (Org.). <b>Vida é jogo!</b> Ensaios de História, cinema e esporte. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011. GUEDES, Simoni Lahud. <b>O Brasil no campo de futebol:</b> estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: Eduff, 1998. HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. <b>O descobrimento do futebol:</b> modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004. MASCARENHAS, Gilmar. <b>A Bola nas Redes e o Enredo do Lugar:</b> por uma Geografia do Futebol e de seu Advento no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001. RODRIGUES FILHO, Mário. <b>O negro no futebol brasileiro.</b> Rio de Janeiro: Mauad, 2003.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2254	IMAGEM E HISTÓRIA	75
<b>EMENTA</b>		
Estatuto da imagem em diferentes épocas e sociedades. Imagem e mimesis. A noção de representação e seus limites. A imagem como fonte para a história. A imagem como obra de arte. Os gêneros imagéticos. Imagem e movimento. Imagem e memória. O anacronismo das imagens. A imagem dialética. A imagem na sociedade do espetáculo. História e o Cinema. História e a Fotografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Refletir em distintas abordagens teórico-metodológicas sobre a relação entre as imagens e a história e suas implicações nas noções de memória, documento e arquivo.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
AGAMBEN, Giorgio. <b>O homem sem conteúdo</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 207 p. BENJAMIN, Walter. <b>Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas II</b> . São Paulo: Brasiliense, 1995. DELEUZE, Giles. <b>Lógica do sentido</b> . São Paulo: Perspectiva, 1998. DIDI-HUBERMAN, Georges. <b>O que vemos, o que nos olha</b> . São Paulo: Ed. 34, 1998. GOMBRICH, E. H. <b>Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica</b> . Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1986. RANCIÈRE, Jacques. <b>O Destino das Imagens</b> . Lisboa: Orfeu Negro, 2011.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
AGAMBEN, Giorgio. <b>Image et mémoire: écrit sur l'image, la danse et le cinema</b> . Paris: Hoëbeke, 1998. ANTELO, Raul. <b>Potências da imagem</b> . Chapecó: ARGOS, 2004. BENJAMIN, Walter. <b>Origem do drama trágico alemão</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2011. BURKE, Peter. <b>Testemunha ocular: história e imagem</b> . Baurú: EDUSC, 2004. 264 p. DEBORD, Guy. <b>A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo</b> . Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p. DIDI-HUBERMAN, Georges. <b>Ante el tiempo: história del arte y anacronismo de las imágenes</b> . Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008. FABRIS, Annateresa (Org.). <b>Fotografia: usos e funções no século XIX</b> . São Paulo: EDUSP, 1991. MACHADO, Roberto. <b>Deleuze, a arte e a filosofia</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2009. MOURA, Irineu; CARVALHO, Agda Regina de. História em quadrinhos e pós-moderno. <b>ARTEUNESP</b> , São Paulo, v. 8, p. 203-218, 1992. RANCIÈRE, Jacques. <b>O Espectador Emancipado</b> . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2255	LITERATURA E HISTÓRIA	75
<b>EMENTA</b>		
<p>História do livro, da literatura, da leitura e das práticas de leitura em perspectiva histórica. Representações da leitura na Antiguidade, no mundo medieval e na modernidade. Momentos escolhidos da história da literatura universal e brasileira. De Homero a Shakespeare e Proust, da carta de Caminha a Machado de Assis. Outras literaturas: África, Ásia e América Latina. O debate sobre cultura erudita versus cultura popular. Perspectivas do livro e da leitura em tempos de hegemonia da imagem.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Compreender a produção das ideias literárias e das práticas de leitura em sua articulação com a história (jamais um mero “contexto”, mas um outro texto), bem como o impacto das grandes obras da literatura universal e brasileira sobre a história das ideias e os processos históricos. Oferecer, assim, ao estudante de graduação em História interessado em Letras e Literatura uma abordagem interdisciplinar que, diferentemente do que em geral ocorre com a História da Literatura, considera as duas perspectivas em pé de igualdade.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BLOOM, Harold. <b>O cânone ocidental</b>: os livros e a escola do tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. CALVINO, Italo. <b>Por que ler os clássicos</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). <b>Práticas de leitura</b>. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. <b>Estudos Avançados</b>, São Paulo: Instituto Avançado, USP, v. 5, n. 11, jan./abr., 1991. ECO, Umberto. <b>Os limites da interpretação</b>. São Paulo: Perspectiva, 2010. MANGUEL, Alberto. <b>Uma história da leitura</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. PRATT, Mary Louise et al. <b>Literatura e história</b>: perspectivas e convergências. Bauru: EDUSC, 1999.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>BLOOM, Harold. <b>Shakespeare</b>: a invenção do humano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. BLOOM, Harold.. <b>Onde encontrar a sabedoria?</b> Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. CHARTIER, Roger. <b>A história cultural</b>: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 FISCHER, Luis Augusto. <b>Literatura brasileira</b>: modos de usar. Porto Alegre: L&amp;PM, 2007. GONZAGA, Sergius. <b>Manual de literatura brasileira</b>. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. LYONS, Martyn. <b>Livro</b> – Uma história viva. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. MACHADO, Ana Maria. <b>Balaio</b> – Livros e leituras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. MANGUEL, Alberto. <b>A biblioteca à noite</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. MANGUEL, Alberto. <b>Ilíada e Odisséia de Homero</b>: uma biografia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. MORICONI, Italo. <b>Como e por que ler a poesia brasileira do século XX</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. SEYMOUR-SMITH, Martin. <b>Os 100 livros que mais influenciaram a humanidade</b>: a história do pensamento dos tempos antigos à atualidade. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. SILVEIRA, Julio; RIBAS, Martha. <b>A paixão pelos livros</b>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2256	HISTÓRIA, FONTES ORAIS E MEMÓRIA	75
<b>EMENTA</b>		
Análise das perspectivas teóricas e procedimentos metodológicos relacionados ao uso dos suportes da memória como fonte de pesquisa para a produção historiográfica. História oral, possibilidades e desafios. Interfaces entre a memória, história e narrativa.		
<b>OBJETIVO</b>		
Discutir os conceitos de memória, história oral e narrativa problematizando seu uso como fonte e/ou método de pesquisa. Possibilitar que os alunos adquiram subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de suas pesquisas.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ALBERTI, Verena. <b>Manual de História Oral</b> . Rio de Janeiro: FGV, 2004 AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org.). <b>Usos e abusos da História Oral</b> . Rio de Janeiro: FGV, 1996. HALBWACHS, Maurice. <b>A memória coletiva</b> . São Paulo: Centauro, 2004. LE GOFF, Jacques. <b>História e Memória</b> . Campinas: UNICAMP, 1994. MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. <b>História oral: como fazer, como pensar</b> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. MONTENEGRO, Antonio Torres. <b>História oral e memória: a cultura popular revisitada</b> . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. LE GOFF, Jacques. <b>História e Memória</b> . Campinas: UNICAMP, 1994. POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. <b>Estudos Históricos</b> , Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: <b>Projeto História nº 15</b> . São Paulo: PUC, 1997. p. 13-50. THOMPSON, Paul. <b>A Voz do Passado</b> . História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2257	HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	75
<b>EMENTA</b>		
Paradigmas clássicos e contemporâneos. Movimentos Sociais: identidade, cidadania e democratização. A Cultura política, cotidiano e ação política nos movimentos sociais. A política de Reforma Agrária. Principais mediadores da luta pela terra, no século XX, no Brasil		
<b>OBJETIVO</b>		
Analisar o processo de luta pela Reforma Agrária e a constituição de atores sociais no Brasil do século XX.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). <b>América Latina: história, ideias e revolução</b> . 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998. CALDERÓN, Fernando. <b>Movimientos sociales y política: la década de los ochenta em latinoamérica</b> . México: Siglo Veintiuno, 1995. DAGNINO, Eveline; ESCOBAR, A. (Org.). <b>Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras</b> . Belo Horizonte: UFMG, 2000. HOUTZAGER, Peter. <b>OS últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)</b> . São Paulo: Globo, 2004. MARTINS, José de Souza. <b>Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político</b> . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. MELUCCI, Alberto. <b>A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas</b> . Petrópolis: Vozes, 2001.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ARELLANO, Alejandro Buenrostro Y. <b>As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista</b> . São Paulo: Alfarrábio, 2002. DE VOS, Jan. <b>Una Tierra para sembrar sueños</b> . México/D.F.: FCE, 2002. DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (Org.). <b>O Brasil república: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX</b> . São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. FERNANDES, Bernardo Mançano. <b>A formação do MST no Brasil</b> . Petrópolis: Vozes, 2000. FERNANDES, Florestan. <b>Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. GOHN, Maria da Glória. <b>Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos</b> . 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997. GRYBOWSKI, Candido. <b>Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo</b> . Petrópolis: Vozes, 1987. IAKOI, Zilda Grícoli. <b>Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo, Brasil e Peru, 1964-1986</b> . São Paulo: Hucitec, 1996. SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: KRISCHKE, Paulo J. <b>Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul</b> . São Paulo: Brasiliense, 1987. WOLF, Eric. <b>Guerras camponesas do século XX</b> . São Paulo: Global, 1984.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2258	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	75
<b>EMENTA</b>		
Uma definição de capitalismo. Passagens do feudalismo para o capitalismo. O mercantilismo. Ideias econômicas anteriores a Adam Smith. O liberalismo clássico. Lei dos mercados, Lei de Say. A economia do socialismo. A crítica de Marx à economia clássica. “O capital”, de Karl Marx. A teoria do valor-trabalho. O liberalismo neoclássico. O utilitarismo. Terias do imperialismo: Hobson, Luxemburgo e Lênin. 1929 e a crise do liberalismo. As ideias de John Maynard Keynes. Friedrich Kayek, Milton Friedman e a reação neoliberal. A atualidade.		
<b>OBJETIVO</b>		
Explorar a evolução das idéias e teorias econômicas em perspectiva histórica, de modo a (1) oferecer aos estudantes de graduação oportunidade para aprofundar seus conhecimentos em História Moderna e Contemporânea desde o ponto de vista de uma dimensão essencial dessa História: a econômica, constituindo uma História do Capitalismo; e (2) conferir sustentação teórica a todo um campo de investigação da História, a História Econômica, potencializando possibilidades de pesquisa.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ARRIGHI, Giovanni. <b>O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo</b> . Rio de Janeiro: UNESP, 1996. HEILBRONER, Robert L. <b>A História do Pensamento Econômico</b> . São Paulo: Nova Cultural, 1996. HUNT, E. K. <b>História do Pensamento Econômico</b> . Petrópolis: Vozes, 1997. NAPOLEONI, Cláudio. <b>O pensamento econômico do século XX</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. SANDRONI, Paulo. <b>Novo dicionário de Economia</b> . São Paulo: Best Seller, 1994.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BEAUD, Michel. <b>História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias</b> . São Paulo: Brasiliense, 1994. GALBRAITH, John Kenneth. <b>1929: a crise que mudou o mundo</b> . São Paulo: Larousse, 2010. HAYEK, Friedrich A. Von. <b>O caminho da servidão</b> . Porto Alegre: Globo, 1977. HOBSBAWM, Eric. <b>A era das revoluções, 1789-1848</b> . São Paulo: Paz e Terra, 2011. HOBSBAWM, Eric. <b>Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. LE GOFF, Jacques. <b>A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média</b> . São Paulo: Brasiliense, 1989. ROSS, Ian Simpson. <b>Adam Smith: uma biografia</b> . Rio de Janeiro: Record, 1999. SINGER, Paul. <b>O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica</b> . São Paulo: Moderna, 1997. WHEEN, Francis. <b>O Capital de Marx: uma biografia</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2259	HISTÓRIA DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO	75
<b>EMENTA</b>		
História das idéias. História intelectual da América Latina. História e identidade latino-americanas. Clássicos do pensamento crítico latino-americano. A obra e o pensamento de José Martí, José Enrique Rodó, José Carlos Mariátegui, Augusto Cezar Sandino, Ernesto “Che” Guevara, Leopoldo Zea, Eduardo Galeano e Subcomandante Marcos em perspectiva comparada.		
<b>OBJETIVO</b>		
Estudar a evolução do pensamento crítico latino-americano em perspectiva histórica, oferecendo aos estudantes de graduação um momento para adensar seus conhecimentos em História da América Latina a partir da leitura e análise dos principais textos interpretativos da realidade latino-americana.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BETHELL, Leslie (Org.). <b>História da América Latina</b> . São Paulo: EDUSP, 1994-2005. 5 v. CANO, Wilson. <b>Soberania e política econômica na América Latina</b> . São Paulo: UNESP, 2000. DONGHI, Tulio Halperin. <b>História da América Latina</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. MITRE, Antonio. <b>O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latinoamericano</b> . Belo Horizonte: UFMG, 2003. ZEA, Leopoldo (Org.). <b>Fuentes de la cultura latinoamericana</b> . México: Fondo de Cultura Económica, 1993-1995. 3 v.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ANDERSON, John Lee. <b>Che Guevara: uma biografia</b> . Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. DI FELICI, Massimo; MUÑOZ, Cristóbal. <b>A revolução invencível – Cartas e comunicados: Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional</b> . São Paulo: Boitempo, 1998. GALEANO, Eduardo. <b>As veias abertas da América Latina</b> . São Paulo: Paz e Terra, 2008. MARIÁTEGUI, José Carlos. <b>Sete ensaios de interpretação da realidade peruana</b> . São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. MARTÍ, José. <b>Nossa América</b> . São Paulo: Hucitec, 1991. MENDOZA, Plinio Apuleyo. <b>Manual do perfeito idiota latino-americano</b> . Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. PRÉBISCH, Raúl. <b>Dinâmica do desenvolvimento latino-americano</b> . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. RODÓ, José Enrique. <b>Ariel</b> . Barcelona: Cervantes, 1926. SELSER, Gregório. <b>Sandino: general de homens livres</b> . São Paulo: Global, 1979. ZEA, Leopoldo. <b>A filosofia latino-americana como filosofia</b> . São Paulo: Pensieri, 1994.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2260	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS	75
<b>EMENTA</b>		
Etnia e Grupos Étnicos. Etnicidade e Relações Interétnicas. Processos Socioculturais de Construção de Identidades Étnicas. Estudo das Relações Étnicas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Movimentos Étnicos Contemporâneos.		
<b>OBJETIVO</b>		
Discutir as relações que se estabeleceram entre os diversos e diferentes grupos étnicos na formação social do Brasil.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BORDIEU, Pierre. <b>O poder simbólico</b> . Lisboa: DIFEL, 1989. HALL, Stuart. <b>Da Diáspora: identidades e mediações culturais</b> . Belo Horizonte: UFMG, 2003. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. <b>Teorias da Etnicidade</b> . São Paulo: UNESP, 1998. RIBEIRO, Darcy. <b>Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno</b> . Petrópolis: Vozes, 1970. SCHWARCZ, Lilia Moritz. <b>O espetáculo das raças</b> . São Paulo: Cia das Letras, 1993. WEBER, Regina. Pesquisas sobre migrações e etnicidade: conhecimento sobre identidades coletivas. <b>História</b> , Assis/Franca, v. 37, e2018006, 2018. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-90742018000100606&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-90742018000100606&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> . Acesso em: 18 jan. 2024.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BARTH, F. <b>O Guru, o Iniciante e Outras Variações Antropológicas</b> . Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. CARNEIRO, Maria L. T. <b>Preconceito Racial no Brasil Colônia</b> . São Paulo: Brasiliense, 1983. GOFFMAN, Erving. <b>Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1982. GRITTI, Isabel R. <b>Imigração Polonesa: a emergência do preconceito</b> . Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. HALL, Stuart. <b>A identidade cultural na pós – modernidade</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2001. ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. <b>Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918)</b> . Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. SILVA, Fernanda Oliveira da. <b>As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)</b> . Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. SANSONE, Livio. <b>Negritude sem etnicidade: o local e o global nas Relações Raciais e na produção cultural negra no Brasil</b> . Salvador: Pallas, 2003.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2155	HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO	75
<b>EMENTA</b>		
As práticas alimentares no contexto histórico. A comida como cultura. A relação entre identidade e alimentação. Os saberes e práticas alimentares dos diferentes grupos. A tradição oral e escrita sobre a alimentação e o seu reconhecimento patrimonial.		
<b>OBJETIVO</b>		
Analisar as práticas alimentares no contexto histórico, bem como constitutivas da identidade cultural. Refletir sobre o processo de reconhecimento destas práticas como patrimônio imaterial de determinada cultura.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
CARNEIRO, Henrique. <b>Comida e Sociedade: uma história da alimentação</b> . Rio de Janeiro: Campus, 2003. CASCUDO, Luís da Câmara. <b>História da Alimentação no Brasil</b> . 3. ed. São Paulo: Global, 2004. FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Máximo. <b>História da alimentação</b> . 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2007. MENASCHE, Renata (Org.). <b>A Agricultura Familiar à Mesa: saberes e práticas da alimentação</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2007. MONTANARI, Máximo. <b>Comida como cultura</b> . São Paulo: SENAC, 2008. TEMPASS, Martín César. O belo discreto: a estética alimentar Mbyá-Guarani. <b>Espaço Ameríndio</b> , Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 170-194, jul./dez. 2007.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ARAÚJO, Wilma M. C. et al. (Org.). <b>Coletânea de palestras do 1º Congresso de Gastronomia e Segurança Alimentar</b> . Brasília: UnB, 2004. BETEMPS, Leandro Ramos. <b>Vinhos e Doces ao Som da Marselhesa: um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas – RS</b> . Pelotas: Educat, 2003. CORNELLI, Gabriele. <b>Cultura e alimentação</b> . 1. ed. São Paulo: SESC, 2007. CORREA, Norton Figueiredo. A comida é a base da religião: a culinária ritual no batuque do Rio Grande do Sul. <b>Horizontes Antropológicos</b> , v. 4, p. 49-60, 1996. COUTY, Louis; TAMBARA, Elomar. <b>A erva mate e o charque</b> . 2. ed. Pelotas: Seiva, 2000. DA MATTA, R. <b>O que faz do Brasil, Brasil</b> . Rio de Janeiro: Rocco, 1996. FREYRE, Gilberto. <b>Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1997. LESSA, Barbosa; LONA, Adolfo Alberto et al. <b>Do Pampa à Serra: os sabores da terra gaúcha</b> . Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1999. TEMPASS, Martín César. <b>A doce cosmologia Mbyá-Guarani: uma etnografia de saberes e sabores</b> . Curitiba: Appris, 2012. WOORTMANN, Klaas A. A. W.; WOORTMANN, E. F. O significado do alimento na família camponesa. <b>Revista do Instituto Humanitas</b> , São Leopoldo, UNISINOS, v. 4, n. 163, p. 13-17, 2005.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2261	HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	75
<b>EMENTA</b>		
Análise dos elementos teóricos e metodológicos para a construção de um conhecimento a partir do conceito de gênero e das relações de gênero e suas implicações na história das mulheres. Gênero como categoria útil de análise histórica. O feminismo. Construções acerca da masculinidade e feminilidade. Sexualidade e maternidade.		
<b>OBJETIVO</b>		
Discutir e apreender a construção sócio-histórica acerca das relações de gênero articulando gênero a outras categorias. Analisar a história das mulheres, o movimento feminista e as construções discursivas sobre os sujeitos. Possibilitar que os alunos adquiram subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de suas pesquisas.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. <b>Antropologia em Primeira Mão</b> , n. 75, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 2004. PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). <b>Masculino, Feminino, Plural</b> . Gênero na Interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 2002. PERROT, Michelle. <b>As mulheres ou os silêncios da história</b> . São Paulo: EDUSC, 2005. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). <b>Nova história das mulheres</b> . São Paulo: Contexto, 2012. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. <b>Educação &amp; Realidade</b> , Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
BADINTER, Elisabeth. <b>Um amor conquistado: o mito do amor marterno</b> . 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. BOURDIEU, Pierre. <b>A Dominação Masculina</b> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. BUTLER, Judith. <b>Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade</b> . Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LOURO, Guacira Lopes. <b>Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista</b> . 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. <b>O corpo feminino em debate</b> . São Paulo: UNESP, 2003. PERROT, Michelle. <b>Os Excluídos da História – Operários, mulheres e prisioneiros</b> . São Paulo: Paz e Terra, 1988. PINTO, Céli Regina Jardim. <b>Uma história do feminismo no Brasil</b> . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Org.). <b>História das Mulheres no Brasil</b> . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. SCOTT, Joan. <b>A cidadã paradoxal</b> . As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2262	HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO	75
<b>EMENTA</b>		
A escravidão no período colonial e imperial brasileiro. Formas de resistência, negociação e conflito. Experiências de cativo e liberdade. Família, gênero e infância negra no período escravista. Associações negras no período escravista e pós-abolição. As fontes e o debate historiográfico.		
<b>OBJETIVO</b>		
Analisar a escravidão e o período pós-abolição brasileiro enfatizando as formas de resistência e as novas abordagens acerca da temática escravista.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). <b>Caminhos da liberdade</b>: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.</p> <p>GRAHAM, Sandra Lauderdale. <b>Caetana diz não</b>: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p> <p>MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. <b>Memórias do cativo</b>: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>MENDONÇA, Joseli MarNunes; Teixeira, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (Orgs). <b>Pós-Abolição no Sul do Brasil</b>: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Sagga, 2020</p> <p>MOREIRA, Paulo R. S. <b>Os cativos e os homens de bem</b> – Experiências negras no espaço urbano. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2003.</p> <p>WEIMER, Rodrigo de Azevedo. <b>A gente da Felisberta</b>. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. (c.1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói - RJ, 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>ALGRANTI, Leila Mezan. <b>O feitor ausente</b>: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. <b>Visões da liberdade</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. . <b>Trabalho, lar e botequim</b>: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2005.</p> <p>LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. <b>Estudos Ibero-Americanos</b>. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun, 2009.</p> <p>MATTOS, Hebe. <b>Das cores do silêncio</b>. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX). 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.</p> <p>MATTOSO, Katia M. De Queiros. <b>Ser escravo no Brasil</b>. São Paulo: Brasiliense, 2001.</p> <p>ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. <b>Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918)</b>. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.</p> <p>SILVA, Fernanda Oliveira da. <b>As lutas políticas nos clubes negros</b>: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.</p> <p>SLENES, Robert. <b>Na senzala, uma flor</b>: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.</p> <p>XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). <b>Escravidão e liberdade</b>: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2263	HISTÓRIA DA ARTE	75
<b>EMENTA</b>		
A arte como documento para pensar a História. Dimensões sobre a vida pública e privada através da arte: gregos e romanos. Valores artísticos entre cristãos, bizantinos, islâmicos, românicos e góticos. O mundo moderno: Renascimento, Barroco e Romantismo. Modernidade e Pós-Modernidade na arte. Diversidade cultural, tendências e embates atuais.		
<b>OBJETIVO</b>		
Familiarizar os alunos com o universo das fontes visuais, especialmente com fontes artísticas, habilitando-os a identificar problemáticas, a propor questões e analisá-las.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ADES, Dawn. <b>Arte na América Latina: a era moderna (1820-1980)</b> . São Paulo: Cosac & Naify, 1997. ARGAN, Giulio Carlo. <b>História da arte italiana</b> . São Paulo: Cosac Naify, 2003. 3 v. BURUCÚA, José Emílio. <b>História, arte, cultura: De Aby Warburg a Carlo Ginzburg</b> . Argentina: Fónodo de Cultura Econômica, 2003. GOMBRICH, E. H. <b>A história da arte</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1999. GOMBRICH, E. H.. <b>Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1986. PANOFSKY, Erwin. <b>Significado nas artes visuais</b> . São Paulo: Perspectiva, 2002. WARBURG, Aby. <b>Atlas Mnemosyne</b> . Madrid: Ediciones AKAL S.A., 2010.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
ALPERS, Svetlana. <b>A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII</b> . São Paulo: Edusp, 1999. ARGAN, Giulio Carlo. <b>História da arte italiana</b> . São Paulo: Cosac Naify, 2003. 3 v. . ARGAN, Giulio Carlo. <b>Clássico anti-clássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1999. BASTIDE, Roger. <b>Arte e sociedade</b> . São Paulo: Companhia Editorial Nacional/EDUSP, 1971. BELTING, Hans. <b>O fim da história da arte: uma revisão 10 anos depois</b> . São Paulo: Cosac Naify, 2006. BOURDIEU, Pierre. <b>As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. CLARK, T. J. <b>A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2004. ECO, Umberto (Org.). <b>História da beleza</b> . Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004. PANOFSKY, Erwin. <b>Renascimento e Renascimentos na arte ocidental</b> . Lisboa: Presença, 1981. PEVSNER, Nikolaus. <b>Academias de arte: passado e presente</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2005. WOLFFLIN, H. <b>Conceitos fundamentais da história da arte</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2000.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2264	HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MUSEU	75
<b>EMENTA</b>		
<p>Análise do papel do patrimônio e dos museus e sua construção e utilização na sociedade. O patrimônio material e imaterial. As políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Reflexão sobre a instituição museal e a educação para o patrimônio. A construção das narrativas nos museus e as diferentes concepções acerca dos mesmos. Refletir sobre a utilização dos museus no processo educativo e do ensino da história.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Proporcionar a reflexão sobre o papel do patrimônio e do museu na sociedade, suas narrativas e construções. Analisar a constituição e ampliação do patrimônio e das políticas de preservação no país, bem como a utilização do patrimônio e do museu no ensino da história.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. <b>Memória e Patrimônio</b>. Ensaios Contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.</p> <p>CHOAY, Françoise. <b>A alegoria do patrimônio</b>. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.</p> <p>FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. <b>Museus do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna</b>. Belo Horizonte/Brasília: Argumentum, 2005.</p> <p>FONSECA, Maria Cecília Londres. <b>O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.</p> <p>GIL, Carmem de Vargas. Z. Educação Patrimonial no Ensino de História: reconhecer, valorizar e reparar. <b>Palavras ABEHrtas</b>, [S. l.], n. 4, 2021. Disponível em: <a href="https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/38">https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/38</a>. Acesso em: 18 jan. 2024.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>CHAGAS, Mário. <b>Há uma gota de sangue em cada museu</b>. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.</p> <p>GONÇALVES, José Reginaldo Santos. <b>A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.</p> <p>GOUVÊA, G.; MIRANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.). <b>Educação e Museu</b>. A construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.</p> <p>LE GOFF, Jacques. <b>História e memória</b>. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.</p> <p>MACHADO, Maria B. P. <b>Educação Patrimonial – orientações para professores do ensino fundamental e médio</b>. Caxias do Sul: Maneco, 2004.</p> <p>MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os museus na era do virtual. In: BITTENCOURT, José Neves;</p> <p>GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Org.). <b>Museus, ciência e tecnologia</b>. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007.</p> <p>PINHEIRO, Marcos Hosé. <b>Museu, memória e esquecimento</b>. Um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.</p> <p>RAMOS, Francisco Régis Lopes. <b>A danação do objeto: o museu no ensino de História</b>. Chapecó: Argos, 2004.</p> <p>SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. <b>A escrita do passado em museus históricos</b>. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.</p>		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2265	EDUCAÇÃO POPULAR E EJA	75
<b>EMENTA</b>		
<p>Aspectos sociopolíticos e culturais que caracterizam o Brasil como país pluricultural na contemporaneidade. Abordagem sobre os conceitos de cultura, identidade, etnia, educação não-formal, arte-educação. O conceito de cultura popular e sua evolução no Brasil. O papel dos veículos de comunicação de massa e da indústria cultural, e suas influências na nossa cultura contemporânea. Processos educativos que envolvam questões relativas à cultura popular a partir do contato com seus protagonistas: mestres, brincantes, músicos, dançantes, artesãos, etc. As manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação formal e não-formal.</p>		
<b>OBJETIVO</b>		
<p>Refletir sobre os aspectos políticos e teóricos da educação popular no Brasil.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ARANTES, Antonio A. <b>O que é Cultura Popular</b>. São Paulo: Brasiliense, 1990. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>A Educação Popular na Escola Cidadã</b>. São Paulo: Vozes, 2002. BRANDÃO, Carlos Rodrigues.. <b>Educação Popular</b>. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos). BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos: antes e agora. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). <b>Formação de Educadores de Jovens e Adultos</b>. II Seminário Nacional. Brasília: SECAD/MEC, UNESCO, 2008. p. 17-56. FREIRE, Paulo. <b>A Educação na Cidade</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
<p>COSTA, Marisa Vorraber; FREURI, Reinaldo Matias. <b>Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular</b>. Ijuí: Unijui, 2001. FÁVERO, Osmar. <b>Cultura Popular, Educação Popular: memória dos anos 60</b>. Rio de Janeiro: Graal, 1983. FAVERO, Osmar. <b>Uma Pedagogia da Participação Popular: análise da prática educativa do MEB (1961/1966)</b>. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea). FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. <b>Que fazer: teoria e prática em educação popular</b>. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. FREIRE, Paulo. <b>Extensão ou Comunicação?</b> 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. PAIVA, Vanilde, P. <b>História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos</b>. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. PALUDO, Conceição. <b>Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular</b>. Porto Alegre: Tomo, 2001. TORRES, Rosa Naria (Org.). <b>Educação Popular: um encontro com Paulo Freire</b>. São Paulo: Loyola, 1987. 9 v. (Coleção Educação Popular). VALE, Ana Maria do. <b>Educação Popular na Escola Pública</b>. 4. ed. São Paulo: Cotez, 2001. 8 v. (Coleção Questões da Nossa Época).</p>		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2266	Seminário Temático em História I	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2267	Seminário Temático em História II	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2156	Seminário Temático em História III	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2157	Seminário Temático em História IV	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2268	Seminário Temático em História V	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2269	Seminário Temático em História VI	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2270	Seminário Temático em História VII	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2271	Seminário Temático em História VIII	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2



<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2272	Seminário Temático em História IX	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2

<b>Código</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>Horas</b>
GCH2273	Seminário Temático em História X	75
<b>EMENTA</b>		
Componente de Ementa Aberta. Seminário voltado para aprofundamento de aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de tópicos recentes da historiografia.		
<b>OBJETIVO</b>		
Promover o debate sobre temáticas contemporâneas da pesquisa e do ensino de história.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.</b>		
Número de unidades de avaliação		2



## 9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O curso de História – Licenciatura do *campus* Erechim, em consonância com os fundamentos pedagógicos basilares ao ensino de graduação na UFFS, compreende a avaliação como parte integrante do processo de ensinar e aprender, necessariamente vinculada ao planejamento e à execução dos processos didático-pedagógicos, sendo, portanto, diagnóstica, processual, contínua e cumulativa, constituindo-se, deste modo, enquanto ato formativo.

Neste sentido, os diferentes instrumentos e momentos avaliativos realizados no âmbito dos componentes curriculares objetivarão fornecer informações qualitativas aos docentes e discentes quanto ao alcance dos objetivos de aprendizagem expostos no plano de ensino, a fim de subsidiar as decisões pedagógicas futuras.

Deste modo, conforme o Regulamento da Graduação, avaliações da aprendizagem tem por intuito verificar os conhecimentos e habilidades e versar sobre os objetivos e conteúdos propostos no programa do componente curricular e estabelecidos no Plano de Curso. Cabe ao docente esclarecer os instrumentos e objetivos do processo avaliativo, bem como da concepção de avaliação que subjaz aos processos pedagógicos por ele coordenados, procedendo a discussão dos resultados das avaliações aplicadas e o registro de desempenho dos acadêmicos. É recomendável que no plano de ensino na seção Avaliação sejam explicitados os critérios e instrumentos de avaliação do componente curricular, bem como os pesos atribuídos para cada atividade avaliativa.

O Regulamento da Graduação da UFFS – Resolução 40/CGAE/CONSUNI/2022 estabelece que “o rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento para cima da segunda casa decimal”. Para aprovação nos componentes curriculares do curso de História - Licenciatura, o discente deverá alcançar nota igual ou superior a seis e frequência mínima de 75%.

O processo avaliativo presume o diagnóstico e reflexão da relação dos estudantes com conhecimento. Nesse sentido, a construção significativa de conhecimentos (teóricos, práticos, éticos e estéticos) dimensionam as relações sócias do conhecimento histórico. O ensino de história enquanto horizontes de fronteiras (Penna;Monteiro, 2011) também dialogam com a noção de conhecimento contextualizado, implica em articular práxis social em acordo coma singularidade dos sujeitos envolvidos e os diferentes espaços institucionais e sociais. Desse



modo, os instrumentos avaliativos serão norteados por ações e estratégias que dimensionem a formação docente a partir de elementos teóricos, práticos com referência no exercício da docência, levando-se em conta a proposta do currículo do curso e suas especificidades.

Além disso, conforme Maria Auxiliadora Schimtid e Cainelli (2009) as propostas avaliativas permitem indicar a eficiência do processo ensino-aprendizagem. Desse modo, esse processo ainda leva em conta os sujeitos envolvidos no processo na intenção de desenvolver competências de sistematização; produção de argumentos e conhecimentos na dimensão historiográfica e do processo pedagógico; análise da realidade educacional e social; tomada de decisões para a solução de situações-problema nos contextos sociais e educativos; planejar e vivenciar ações pedagógicas (estágios e prática pedagógica como componente curricular).

A diversidade das experiências e propostas educativas dialogam com o contexto de debate sobre a dinâmica social do conhecimento histórico e à formação para a docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nesse sentido, serão planejadas, desenvolvidas e avaliadas as seguintes propostas:

- Atividades teóricas e práticas de cada componente curricular sob a responsabilidade de seus respectivos docentes na intenção de articular as habilidades e competências centrais na formação da docência em história.
- Atividades desenvolvidas sob a orientação e acompanhamento de dois ou mais docentes no âmbito da Prática como Componente Curricular, projetos de Ensino, projetos de pesquisa, Extensão a Cultura.
- Atividades de estágio de modo a exercitar habilidades de planejar, desenvolver e avaliar práticas de sala de aula (docência).

Diante desses aspectos, as avaliações nos CCRs expressam o rendimento acadêmico (somatório da participação do estudante nos procedimentos e instrumentos avaliativos) e na assiduidade (frequência às aulas e demais atividades exigidas em cada CCR). A aprovação em um CCR é indicada por meio dos rendimentos acadêmicos e assiduidade. Além disso, o presente Regulamento prevê a reposição de notas:

Art. 105. O estudante que não atinge os critérios de aprovação definidos no artigo 104 tem direito à realização de uma avaliação de reposição de nota, desde que todas as seguintes condições forem atendidas: I - o critério de aprovação por assiduidade é satisfeito; II - o estudante tem média parcial igual ou superior a 3,0 (três); III - existe previsão de reposição de nota para a componente curricular. Parágrafo único. O estudante que não atinge os critérios de aprovação definidos no artigo 104 e que não pode realizar avaliação de reposição é considerado reprovado, com rendimento acadêmico final (média final) igual à média parcial. Art. 106. Para o estudante que realiza avaliação de reposição, o rendimento acadêmico obtido na avaliação de reposição substitui o menor rendimento acadêmico obtido nas unidades, sendo calculado o rendimento acadêmico final pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos na avaliação de reposição e nas unidades cujos rendimentos não



foram substituídos. § 1º Caso o estudante obtenha o menor rendimento acadêmico em mais de uma unidade, considera-se que a avaliação de reposição substitui a nota da unidade mais próxima do fim do período letivo. § 2º É facultado ao professor utilizar um instrumento de avaliação único para todos os estudantes que fazem avaliação de reposição ou adotar instrumentos de avaliação distintos relacionados aos conteúdos de cada uma das unidades, devendo o estudante, neste último caso, realizar a avaliação de reposição utilizando o instrumento de avaliação correspondente à unidade cujo rendimento acadêmico está sendo substituído.

Art. 107. O estudante que realiza avaliação de reposição é considerado aprovado, quanto à avaliação de aprendizagem, se tiver média final igual ou superior a 6,0 (seis). Parágrafo único. O estudante que realiza avaliação de reposição e não atinge os critérios de aprovação definidos neste artigo é considerado reprovado.

Art. 108. O prazo para realização da avaliação de reposição é de, no mínimo, 3 (três) dias, contados a partir da divulgação da média parcial e do registro de frequência do estudante no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Art. 109. Ao estudante que não participa de qualquer avaliação é atribuída a nota 0 (zero). § 1º O estudante pode utilizar a avaliação de reposição para substituir a nota correspondente a uma unidade na qual não compareceu a algum instrumento de avaliação. § 2º Em caso de não comparecimento a mais de uma avaliação, a avaliação de reposição substituirá a nota de apenas uma das unidades, permanecendo a nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações em outras unidades. § 3º Não há mecanismo de reposição ou de substituição da nota para o estudante que não comparece à avaliação de reposição.

Em diálogo com as instâncias superiores, o Curso de história mostra-se sensível ao desenvolvimento de estratégias e ações para enfrentar as dificuldades de ensino, de aprendizagem e, assim, diminuir a retenção e evasão no curso. Nesse sentido, a UFFS tem como referência o Núcleo de Acessibilidade, composto pelo Setor de Acessibilidade de cada campus e pela Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD. Tal espaço dedica-se a garantir o acesso e a permanência de servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No âmbito do campus, a Assessoria de Assuntos Estudantis, concentra esforços de prestar atendimento social, psicológico e pedagógico nos processos de ensino e de aprendizagem e de relações interpessoais dos estudantes.

É importante ainda ressaltar a atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) que tem como ênfase a organização e proposições de formação continuada aos professores formadores e pode propor diálogos no que se refere às dificuldades de ensino-aprendizagem. Além disso, o curso de História - Licenciatura, através do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso, debate e propõe estratégias e ações para mitigar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Casos omissos neste Projeto Pedagógico serão definidos mediante consulta aos regimentos pertinentes no âmbito da UFFS e/ou decididos em colegiado.



## 10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

O processo pedagógico e de gestão do curso de História – Licenciatura do campus Erechim guia-se pelos princípios, diretrizes e normas expedidas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial aquelas advindas do CONSUNI.

Em consonância com a Resolução 40 /CGAE/CONSUNI2022, que regulamenta as atividades de graduação no âmbito da UFFS, os processos pedagógicos e de gestão do curso de História – Licenciatura serão encaminhados de modo a garantir a democratização do acesso e da produção do conhecimento com vistas à formação integral do ser humano, num processo de formação acadêmica e profissional pautado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, as atividades didático-pedagógicas do curso serão direcionadas no sentido de garantir que a interdisciplinaridade e a construção da autonomia intelectual permeiem o processo formativo dos acadêmicos. Tais processos são concebidos a partir das normativas e perspectivas presentes na Resolução 40 /CGAE/CONSUNI2022 que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de docentes da Educação Básica.

Neste campo devemos ressaltar a docência como atividade profissional e metódica objetivando o desenvolvimento humano partindo de um conjunto de conhecimentos produzidos historicamente e da adoção e organização de métodos que viabilizem o desenvolvimento individual e coletivo. Também é de fundamental importância que os processos de gestão e avaliação do processo de ensino aprendizagem contemplem o compromisso com a democratização do conhecimento e da sociedade através da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública estabelecido nos princípios institucionais da UFFS. ( Resolução 52 /CGAE/CONSUNI/2024).

Tendo em vista garantir a representatividade dos diferentes segmentos vinculados ao curso nos processos decisórios relativos a sua gestão pedagógica e administrativa, em consonância com o disposto pelo Art. 206 da Constituição Federal, que estabelece a gestão democrática da educação pública, o curso de História – Licenciatura, contará com as seguintes instâncias decisórias: Colegiado de Curso e Coordenação de Curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como instância consultiva. As atribuições de tais fóruns e modos de funcionamento estão descritas a seguir:



### ***10.1. O Núcleo Docente Estruturante***

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e propositivo responsável pela estruturação pedagógica do Curso, no que se refere a sua concepção, consolidação e atualização, sempre que os processos de ensino e aprendizagem do curso demandarem tal necessidade.

A composição do NDE do curso de História – Licenciatura será indicada pelo Colegiado do curso, em acordo com as normativas da Universidade, e formalizada em ato específico pela Pró-Reitoria de Graduação.

As atribuições do NDE estão subordinadas aos regimentos institucionais da UFFS. As reuniões do NDE serão convocadas pelo Coordenador, de acordo com as demandas do curso de História – Licenciatura a partir das atribuições que compete a essa instância.

### ***10.2 O Colegiado***

Considerado ponto fundamental para a gestão democrática do curso, o colegiado tem a função de deliberar sobre todas as decisões referentes aos processos políticos, didático-pedagógicos e do planejamento do curso de História – Licenciatura. Desta forma, esta instância decisória tem atribuições de planejamento, organização e proposição do desenvolvimento das atividades atinentes ao curso.

De caráter deliberativo, o Colegiado de Curso deve prezar pela qualificação do processo de ensino e aprendizagem, atentando para os objetivos do curso e ao perfil dos sujeitos que se pretende formar. As competências deste órgão constam no Regulamento de Graduação da UFFS.

As deliberações advindas das reuniões de colegiado serão registradas em atas e, quando necessário, publicadas na forma de atos deliberativos.

### ***10.3 Da Coordenação de Curso***

A coordenação do curso é exercida pelo coordenador, pelo coordenador adjunto e pelo colegiado de curso, sendo responsáveis por promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso, as atividades dela decorrentes, bem como aquelas imputadas pelo Conselho Universitário.

O Coordenador de curso e o Coordenador Adjunto serão eleitos pela comunidade acadêmica do curso, em consonância aos regimentos institucionais, cabendo ao colegiado



estabelecer critérios e formas de escolha da equipe coordenadora. As competências da coordenação de curso constam no Regulamento de Graduação da UFFS e está garantida o amplo diálogo com discentes e suas formas representativa.



## 11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação da qualidade do curso de graduação em História e do desempenho dos estudantes se dará, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação na Universidade Federal da Fronteira Sul será desenvolvida pelos seguintes processos, a saber:

A avaliação da qualidade do curso de graduação em História – Licenciatura, e do desempenho dos estudantes ocorrerá, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação será desenvolvida através de três processos, a saber:

**a) Avaliação institucional:** Será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em História e o desempenho dos estudantes.

**b) Avaliação externa:** Realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das avaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais. Conceitos do ENADE.

**c) Avaliação do curso:** organizada periodicamente pelo curso de modo a contemplar a participação de todos os estudantes e professores. Seu principal foco está em realizar diagnóstico sobre as atividades desenvolvidas no curso, sejam elas de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Nesse sentido, tem-se como foco as devolutivas da comunidade regional e/ou dos acadêmicos quanto a formação proporcionada e aos objetivos almejados com a integração da extensão e cultura conforme de modo a atender à RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 Art. 21.



Aspectos de cunho pedagógico e organizacional, próprios da gestão do curso, evasão, retenção são considerados e os resultados dali decorrentes subsidiarão planejamentos e até mesmo a reorganização do curso. Os resultados da avaliação serão apresentados em formato de relatório ao Colegiado do Curso, bem como em eventos em que os discentes do curso estejam presentes, tais como a Semana Acadêmica do Curso de História – Licenciatura e Assembleia do Diretório Acadêmico – DAHIS Olga Benário.



## **12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO**

O perfil docente do curso de Licenciatura em História da UFFS-Erechim é composto por professores que atuam nas áreas do Domínio Comum, Domínio Conexo, Domínio Específico, de acordo com as suas áreas de formação. No âmbito geral, esses docentes construíram sua formação como pesquisador em sua área científica de referência, sem desconectar-se do exercício da docência na Educação Básica. Essa identidade do pesquisador e professor é que consideramos fundamental para o perfil docente da graduação. Deste modo, busca-se uma compatibilidade entre a área de pesquisa de formação do docente e o exercício da docência na graduação. Conseqüentemente, são características desse corpo docente: domínio das temáticas e metodologias presentes nos componentes curriculares na área de atuação; integração da pesquisa e docência baseado nos princípios de produção de conhecimento; desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; e inseridos nos debates e preocupação com a contemporaneidade; defesa de princípios democráticos e pluralistas, tanto na produção do conhecimento, na docência, e na ética.

Em relação ao processo de qualificação docente, é importante destacar que o professor pesquisador, no conjunto de suas pesquisas e no exercício da docência, está num processo contínuo de qualificação. Do ponto de vista institucional, o professor pode usufruir da política de Afastamento para Capacitação Docente para realização de cursos de pós-graduação, como Mestrado, Doutorado, ou Estágio de Pós-Doutorado; além de outras possibilidades de qualificação profissional oferecidas pela própria instituição, por meio do NAP ou outros. Há ainda, a possibilidade dessa qualificação ocorrer por meio da participação em eventos científicos.

Observamos ainda que o perfil docente dialoga com a formação do docente-pesquisador na intenção de atender os objetivos de formação do egresso. Sendo assim, a composição de formação que articule a formação teórica e o exercício profissional com ênfase no debate historiográfico e contexto social. Por fim, os desafios de constituição de uma pedagogia universitária implica em processos de formação continuada diante de desafios docência tendo como temas, por exemplo, a formação de docentes para o Ensino Híbrido, a Educação Inclusiva, a avaliação formativa e a história Pública a partir de fóruns e seminários no âmbito do colegiado.



### 13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Relação dos docentes, sua vinculação ao Componentes Curriculares, titulação, carga horária e Súmula do Currículo Vitae

#### 13.1 Docentes do *Campus* Erechim que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
<b>1º NÍVEL</b>				
Comum/Iniciação à Prática Científica	Gerson Luís Egas Severo	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3141750799011233">http://lattes.cnpq.br/3141750799011233</a>
Comum/Introdução ao Pensamento Social	Daniel Francisco de Bem	DR	DE	<b>Graduação:</b> Ciências Sociais <b>Mestrado:</b> Antropologia Social <b>Doutorado:</b> Antropologia Social <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/1407109525652438">http://lattes.cnpq.br/1407109525652438</a>
Conexo/Fundamentos Históricos, filosóficos e sociológicos da Educação	Thiago Ingrassia Pereira	DR	DE	<b>Graduação:</b> Ciências Sociais <b>Mestrado:</b> Educação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4930503416095177">http://lattes.cnpq.br/4930503416095177</a>
Específico/História Antiga: Antiguidades Ocidentais e Orientais	Paulo José Sá Bittencourt	DR	DE	<b>Graduação:</b> Filosofia <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/2830357348348330">http://lattes.cnpq.br/2830357348348330</a>
Específico/Teoria e Metodologia da História I: da antiguidade ao século XVIII	Allan Kardec da Silva Pereira	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0760414199277511">http://lattes.cnpq.br/0760414199277511</a>
<b>2º NÍVEL</b>				
Comum/Informática Básica	Anibal Guedes	DR	DE	<b>Graduação:</b> Ciências da Computação <b>Mestrado:</b> Ciências da Computação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/5340264434743869">http://lattes.cnpq.br/5340264434743869</a>
Específico/História da África: Africanidades	Gerson Wasen Fraga	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0751889477523062">http://lattes.cnpq.br/0751889477523062</a>



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Comum/Produção Textual Acadêmica	Roberto Carlos Ribeiro	DR	DE	<b>Graduação:</b> Letras <b>Mestrado:</b> Linguística <b>Doutorado:</b> Linguística <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0034535098982220">http://lattes.cnpq.br/0034535098982220</a>
Específico Teoria e Metodologia da História II séculos XIX e XX	Gerson Luís Egas Severo	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3141750799011233">http://lattes.cnpq.br/3141750799011233</a>
Específico/História Antiga: Antiguidades Orientais e Ocidentais II	Paulo José Sá Bittencourt	DR	DE	<b>Graduação:</b> Filosofia <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/2830357348348330">http://lattes.cnpq.br/2830357348348330</a>
<b>3º NÍVEL</b>				
Específico/História do Brasil e (In) dependências I	Daniela Paiva Yabeta de Moraes	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/5470472472078915">http://lattes.cnpq.br/5470472472078915</a>
Conexo/Didática Geral	Gilson Luis Voloski	DR	DE	<b>Graduação:</b> Filosofia e Pedagogia <b>Mestrado:</b> Educação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3218011472145166">http://lattes.cnpq.br/3218011472145166</a>
Específico/Culturas Medievais.	Paulo José Sá Bittencourt	DR	DE	<b>Graduação:</b> Filosofia <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/2830357348348330">http://lattes.cnpq.br/2830357348348330</a>
Específico/Extensão I: Projetos e Intervenções Sociais	Halferd Carlos Ribeiro Junior	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4885344059047267">http://lattes.cnpq.br/4885344059047267</a>
Comum/Meio Ambiente, Economia e Sociedade	José Martins dos Santos	DR	DE	<b>Graduação:</b> Economia <b>Mestrado:</b> Economia <b>Doutorado:</b> Economia <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/6350315573486484">http://lattes.cnpq.br/6350315573486484</a>
<b>4º NÍVEL</b>				



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Teoria e Metodologia do Ensino de História	Halferd Carlos Ribeiro Junior	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4885344059047267">http://lattes.cnpq.br/4885344059047267</a>
Comum/ Direitos e Cidadania	Douglas Santos Alves	DR	DE	<b>Graduação:</b> Ciências Sociais <b>Mestrado:</b> Ciência Política <b>Doutorado:</b> Ciência Política <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/2013700604494554">http://lattes.cnpq.br/2013700604494554</a>
Específico/ História Moderna: Colonialismo e Revoluções	Caroline Rippe de Mello Klein	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/7893426515232490">http://lattes.cnpq.br/7893426515232490</a>
Comum/ Teoria e metodologia da história III: os estudos pós-coloniais.	Allan Kardec da Silva Pereira	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0760414199277511">http://lattes.cnpq.br/0760414199277511</a>
Conexo/ Teorias das Aprendizagens e do Desenvolvimento	Gilson Luis Voloski	DR	DE	<b>Graduação:</b> Filosofia e Pedagogia <b>Mestrado:</b> Educação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3218011472145166">http://lattes.cnpq.br/3218011472145166</a>
<b>5º NÍVEL</b>				
Conexo/ Políticas Educacionais	Maria Sílvia Cristofoli	DR	DE	<b>Graduação:</b> Pedagogia <b>Mestrado:</b> Educação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3914203624268459">http://lattes.cnpq.br/3914203624268459</a>
Específico/ Extensão II: Teoria e História da América	Murillo Dias Winter	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/502648280262845">http://lattes.cnpq.br/502648280262845</a>
Específico/ História do Brasil e (In) dependências II	Daniela Paiva Yabeta de Moraes	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/5470472472078915">http://lattes.cnpq.br/5470472472078915</a>



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Conexo/Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar	Silvania Regina Pellenz Irgang	ME	DE	<b>Graduação:</b> Pedagogia <b>Mestrado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0824348940279219">http://lattes.cnpq.br/0824348940279219</a>
Específico/Optativa I	Isabel Rosa Gritti	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9095750543047444">http://lattes.cnpq.br/9095750543047444</a>
<b>6º NÍVEL</b>				
Específico/ Trabalho de Conclusão de Projeto I –	Gerson Wasen Fraga	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0751889477523062">http://lattes.cnpq.br/0751889477523062</a>
Específico/ Estágio Curricular Supervisionado em História I	Halferd Carlos Ribeiro Junior	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4885344059047267">http://lattes.cnpq.br/4885344059047267</a>
Específico/ História da América e suas pluralidades I	Murillo Dias Winter	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/502648280262845">http://lattes.cnpq.br/502648280262845</a>
Específico/ História do Brasil e (In) dependências II	Isabel Rosa Gritti	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9095750543047444">http://lattes.cnpq.br/9095750543047444</a>
Específico/ História Indígena: povos originários e memória	Daniela Paiva Yabeta de Moraes	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/5470472472078915">http://lattes.cnpq.br/5470472472078915</a>
<b>7º NÍVEL</b>				
Específico/ Estágio Curricular Supervisionado em História II	Renan Santos Mattos	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9952151564176889">http://lattes.cnpq.br/9952151564176889</a>



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Conexo/ Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Sonize Lepke	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> Educação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9362198135903386">http://lattes.cnpq.br/9362198135903386</a>
Específico/ História da América e suas pluralidades I	Murillo Dias Winter	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/502648280262845">http://lattes.cnpq.br/502648280262845</a>
Específico/ Optativa II	Caroline Rippe de Mello Klein	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/7893426515232490">http://lattes.cnpq.br/7893426515232490</a>
Específico/ História Contemporânea e Virada Historiográfica I	Gerson Wasen Fraga	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0751889477523062">http://lattes.cnpq.br/0751889477523062</a>
<b>8º NÍVEL</b>				
Específico/ Estágio Curricular Supervisionado em História III	Halferd Carlos Ribeiro Junior	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4885344059047267">http://lattes.cnpq.br/4885344059047267</a>
Específico/ Extensão III: saberes e práticas dos historiadores.	Renan Santos Mattos	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9952151564176889">http://lattes.cnpq.br/9952151564176889</a>
Conexo/Educação Inclusiva	Sonize Lepke	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> Educação <b>Doutorado:</b> Educação <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9362198135903386">http://lattes.cnpq.br/9362198135903386</a>
Trabalho de Conclusão de Curso II	Todos os docentes			
Comum/ História da Fronteira Sul	Caroline Rippe de Mello Klein	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/7893426515232490">http://lattes.cnpq.br/7893426515232490</a>



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ História Contemporânea e Virada Historiográfica II	Gerson Luís Egas Severo	DR	DE	<b>Graduação:</b> História <b>Mestrado:</b> História <b>Doutorado:</b> História <b>Link do Lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3141750799011233">http://lattes.cnpq.br/3141750799011233</a>



## 14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

### 14.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação



da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

## 14.2 Laboratórios

Neste item será apresentada a descrição dos laboratórios utilizados pelo curso de História – Licenciatura. Cabe ressaltar que essas estruturas são fundamentais para as práticas laboratoriais (carga horária prática) de um conjunto de CCRs bem como para realização de práticas pedagógicas como componentes curriculares do curso.

### 14.2.1 Laboratório de História Oral e de Documentação Histórica

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA	
<b>Professores Responsáveis:</b> Caroline Rippe e Gerson Wasen Fraga	
<b>Alunos por turma:</b> 25	
<b>Área:</b> 70 m <sup>2</sup>	<b>Localização:</b> Campus - Erechim RS
Quantidade	Descrição
	O Laboratório visa: 1-Estabelecer estudos no campo da História Regional que ultrapassem os limites teóricos de uma história dita positivista, o que leva à legitimação de novos agentes históricos nos estudos que tenham a região de abrangência da UFFS como cenário.



	<p>2-Materializar, através da realização de entrevistas com informantes previamente selecionados, um acervo de História Oral. Tais entrevistas, uma vez gravadas e decupadas, ficarão à disposição dos diversos cursos oferecidos pela UFFS, bem como da comunidade em geral, constituindo-se em importante fonte primária para a realização de estudos no campo da linguagem e da História Oral.</p> <p>3-Possibilitar aos alunos envolvidos com o laboratório as primeiras aproximações com a pesquisa histórica, no que se refere aos seus aspectos teóricos e práticos.</p> <p>4-Desenvolver um trabalho interdisciplinar, envolvendo inicialmente as áreas de História (com a possibilidade de inserirmos outras áreas do conhecimento no futuro), através da realização de entrevistas com informantes previamente selecionados.</p>
2	Computadores com teclado e mouse
2	Monitores de computador
1	Impressora HP modelo laserjetp1102w
2	Gravador de voz Sony
1	Desumidificador de ar
6	Estantes
2	Mesas em L
3	Mesas redondas
1	Mesa oval
1	Armário
6	Bancos
4	Cadeiras Giratórias
9	Cadeira com apoio para braço
1	Quadro branco

#### 14.2.2 Laboratório de Docência

LABORATÓRIO DE DOCÊNCIA	
<b>Professores Responsáveis:</b> Halferd Carlos Ribeiro Júnior e Adriana Sanceverino	
<b>Alunos por turma:</b> 50	
<b>Área:</b> 60 m <sup>2</sup>	<b>Localização:</b> Campus Erechim - RS
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Docência é destinado ao uso de todos os cursos de licenciatura do Campus. Seu objetivo visa desenvolver projetos que articulem as instâncias da docência, da pesquisa e da extensão no âmbito dos cursos de licenciatura da Universidade.



	O espaço do laboratório se constitui de uma sala de 62,00m <sup>2</sup> , com mesas retangulares, equipamentos de áudio e vídeo. Prevê-se ainda a construção de um palco e múltiplos materiais que visem reproduzir um ambiente didático de sala de aula.
1	Armário de 2 portas
1	Armário metálico
6	Cadeiras estofadas
15	Carteira escolar com apoio
2	Estantes
1	Mesa redonda
2	Mesas retangulares
1	Quadro branco
1	Tela interativa

#### 14.2.3 Laboratório de Informática

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	
<b>Professor Responsável:</b> André Gustavo Schaeffer	
<b>Alunos por turma:</b>	50 alunos
<b>Área:</b> 88,79 m <sup>2</sup>	<b>Localização:</b> Pavilhão 2 de Laboratórios
<b>Quantidade</b>	<b>Descrição</b>
01	Laboratório com 50 mesas para computadores e cadeiras. Projetor multimídia, quadro branco e mesa para professor.

#### 14.2.4 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE

O LIFE é um espaço destinado a estudantes dos cursos de licenciatura e a professores de educação básica das diferentes redes de ensino, cujo enfoque centra-se no desenvolvimento de ações formativas a partir das diferentes tecnologias digitais e recursos multimeios, em sintonia com o tempo-espaço em que vivem.

A ideia é a promoção de atividades interdisciplinares com as tecnologias digitais, apoiando o processo de formação inicial e continuada de professores e educadores, além da produção e criação de conteúdos digitais multimídias desenvolvíveis à educação básica, servindo como material didático-pedagógico de apoio às práticas de sala de aula. Além de potencializar processos de ensino e aprendizagem por meio das tecnologias digitais e de contribuir para a constituição de uma cultura digital.

O LIFE tem como eixos norteadores:

a) Investigação de recursos das tecnologias digitais e recursos multimeios que integram o LIFE;



b) Desenvolvimento de projetos e atividades didático-pedagógicas no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios para a educação básica e a formação docente (inicial e continuada);

c) Produção de objetos virtuais de aprendizagem e recursos didáticos para uso em sala de aula na educação básica e na formação docente (inicial e continuada).

O LIFE dispõe de quatro cenários interdisciplinares de formação:

a) Mini-estúdio de edição de áudio e vídeo;

b) Laboratório educacional de robótica educativa;

c) Oficina de materiais didático-pedagógicos concretos para as práticas em sala de aula. Em especial, as áreas de Matemática, Ciências e Geografia;

d) Laboratório de informática e outros materiais.

Por fim, espera-se como resultados deste laboratório: deflagrar mudanças nas práticas escolares por meio de uma formação docente interdisciplinar e pautada no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios; fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFFS; formar educadores para o uso e integração das tecnologias digitais nos seus processos de ensino e de aprendizagem; produzir diversos objetos educacionais que apresentem uma abordagem integradora de áreas e temáticas; ampliar o espaço de interação com a rede de educação básica e superior.

#### 14.2.5 Laboratório de História Pública

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA PÚBLICA - L	
<b>Professores Responsáveis:</b>	
<b>Área:</b>	<b>Localização:</b> Campus - Erechim RS
Quantidade	Descrição
	O espaço formativo surgiu do Programa de Extensão - Laboratório de História Pública e encontra-se na fase de elaboração de uma proposta de construção de laboratório, conforme normativas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Sendo assim, tendo como referência a noção de História Pública e a ampliação da atuação dos historiadores e historiadoras em outros espaços da sociedade. Diante dessas demandas, o Laboratório tem por princípios éticos, estéticos e epistemológicos: a) Contribuir para a qualificação dos debates públicos em torno dos passados a partir da historiografia profissional b) Produzir conhecimento histórico em diferentes linguagens e plataformas digitais c) Divulgar o curso de História da UFFS – Campus Erechim



### 14.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos campi. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em [http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo\\_n\\_6-2015\\_-\\_CONSUNI-CGRAD\\_-\\_Regulamento\\_do\\_Ncleo\\_de\\_Acessibilidade.pdf](http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf)). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em [http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo\\_n\\_4-2015\\_-\\_CONSUNI-CGRAD\\_-\\_Institui\\_a\\_Poltica\\_de\\_Acessibilidade\\_da\\_UFFS.pdf](http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Poltica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf)).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

#### 1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;



- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

## 2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

## 3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

## 4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso;



promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico.

#### 5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;

- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;

- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;

- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.

- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

*Campus Erechim* – Atualmente o *Campus Erechim* está lotado em espaço próprio denominado campus definitivo. No campus definitivo, nas áreas externas há caminhos podotáteis, a circulação pelo campus pode ser realizada toda em nível, em alguns pontos, devido ao uso de rampas para vencer diferenças de cotas. Ainda as paradas de ônibus que possuem ponto de parada para PCD's e os cruzamentos de vias, todos em nível com caminho tátil sobre faixas elevadas, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD. Em relação às edificações, no campus definitivo (Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos; o Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, possui placas em braille identificando as salas; os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 pavilhões, todos térreos, portando com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem.



PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; o Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD.



## 15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAU- Associação dos Municípios do Alto Uruguai. <http://www.amau.com.br/municipios>. Acessado em: 12/09/2012.

ABUD, Kátia Maria (et. all). **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL, MEC. **Lei 9.394/96 de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Parecer nº 9/2001, de 08 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação Plena**. Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 492/2001, de 03 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>, Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 21/2001, de 06 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. **Parecer CNE/CES Nº 67/2003, de 11 de março de 2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. **Lei Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 08/2012, de 06 de março de 2012**. Dispõem a cerca das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 05 jun 25.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 01/2015, de 7 de janeiro de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 05 jun 25.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 02/2015, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 05 jun 25.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinal – Libras,** e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 05 jun 25.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 05 jun 25.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Lei Nº 10.861,** de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 05 jun 25.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 11.645,** de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 05 jun 25.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário a prática educativa.** 43. ed. 2. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior: Presencial, a Distância e Híbrido.** 6. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História: Petrópolis: Vozes,** 1995.

GOODSON, I. F. **As Políticas de Currículo e de Escolarização.** 2ª ed. Vozes, 2013.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. ESTÁGIO E DOCÊNCIA: DIFERENTES CONCEPÇÕES. **Póiesis Pedagógica,** Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v3i3e4.10542. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 5 jun. 2025. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma G. LIMA, Maria S L. **Estágio e Docência.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma Educacional: Uma Política Sociológica – Poder e Conhecimento em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



RIBEIRO JÚNIOR, H. C. e VALÉRIO, M. E. (Org.). **Ensino de História: Memória e Identidades**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RIBEIRO JÚNIOR, H. C. e VALÉRIO, M. E. (Org.). **Ensino de História e Currículo: Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, Formação de Professores e Prática de Ensino**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

UFFS. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 33/2013 – CONSUNI**, de 112 de dezembro de 2013. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>, Acesso em: abril de 2019.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **RESOLUÇÃO Nº 04/2015 – CONSUNI/CGRAD**, de 19 de março de 2015. Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>, Acesso em: abril de 2019.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **RESOLUÇÃO Nº 06/2015 – CONSUNI/CGRAD**, de 28 de maio de 2015. Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>, Acesso em: abril de 2019.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis. **RESOLUÇÃO Nº 09/2017 – CONSUNI/CGAE**, de 06 de setembro de 2017. Estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>, Acesso em: abril de 2019.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. **RESOLUÇÃO Nº 09/2017 – CONSUNI/PPGEC**, de 06 de julho de 2017. Aprova o Regulamento da Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>, Acesso em: abril de 2019.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. **RESOLUÇÃO Nº 04/2017 – CONSUNI/PPGEC**, de 12 de abril de 2017. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>, Acesso em: abril de 2019.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis. **RESOLUÇÃO Nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE**, de 14 de março de 2024. Aprova a **Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica**. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2024-0052>. Acesso em 05 jun 25.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis. **RESOLUÇÃO Nº 40/2022 – CONSUNI/CGAE**, de 14 de março de 2024. Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0040>. Acesso em 05 jun 25.



UFFS. Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), período 2019– 2023. Chapecó, 2023. Disponível:

<[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/plano\\_de\\_desenvolvimento\\_institucional](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional)> Acesso em abril de 2019.

SCHLEMMER, E.; MOREIRA, J. A. M. Do ensino remoto emergencial ao HyFlex: um possível caminho para a educação OnLIFE? **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v, 31, n. 65, p. 138 – 155, 2022.



## **16 ANEXOS**

**ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

**ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS**

**ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANEXO IV - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE  
EXTENSÃO E CULTURA**

**ANEXO V - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE  
COMPONENTE CURRICULAR**



## ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### Seção I

##### **Das normas, conceito e carga horária do estágio curricular supervisionado**

**Art. 1º.** O presente regulamento dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em História, lei 11.788/2008; com base na Resolução N° 07/2015/CONSUNI/CGRAD correspondente à política e ao regulamento de estágios obrigatórios e não obrigatórios da UFFS.

**Art 2º.** O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de História constitui-se de um tempo-espço de formação com o objetivo de desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (LEI N° 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008).

**Art. 3º.** O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado, respectivamente fases do Curso de 5ª (quinta), 6ª (sexta), 7ª (sétima) e 8ª (oitava), dividido em 04 (quatro) componentes curriculares, com suas respectivas cargas horárias e ementas, constantes no PPC do Curso de História, totalizando 420 horas.

#### Seção II

##### **Da importância e dos objetivos do estágio curricular supervisionado**

**Art. 4º.** A importância do Estágio Supervisionado, no contexto do currículo do Curso de História. O estágio proporciona a formação integral do profissional de História, com desenvolvimento de atividades de relativos à docência (ensino, coordenação e direção escolar), pesquisa e extensão.



**Art. 5º.** São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

- I - fortalecer a formação teórico-prática a partir do contato e da vivência de situações profissionais e socioculturais vinculadas à área de formação dos acadêmicos;
- II - fomentar o diálogo acadêmico, profissional e social entre a UFFS e as UCEs;
- III - aproximar o estudante da realidade profissional e social de sua área de formação;
- IV - Colocar o discente do curso em contato direto com o ambiente profissional, discutindo e refletindo sobre o seu papel na Educação Básica e na sua profissão e habilitá-lo a desenvolver atividades de gestão educacional e coordenação pedagógica;
- V - desenvolver atividades curriculares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- VI - aprimorar o exercício da observação e da interpretação contextualizada da realidade profissional e social;
- VII - promover o planejamento e o desenvolvimento de atividades de intervenção profissional e/ou social que envolvam conhecimentos da área de formação do estagiário;
- VIII - fomentar a prática da pesquisa como base da observação, do planejamento, da execução e da análise dos resultados das atividades desenvolvidas pelo acadêmico no âmbito dos estágios;
- IX - ampliar a oferta de possibilidades de formação acadêmico-profissional e social dos cursos, para além dos componentes curriculares obrigatórios;
- X - fortalecer o exercício da reflexão e do questionamento acadêmico, profissional e social e o aperfeiçoamento dos projetos formativos dos cursos;
- XI - fortalecer o diálogo curricular entre os cursos da UFFS e as áreas afins e com os domínios que integram seus currículos.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES, CAMPOS, ÁREAS E MODALIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

#### **Seção I**

##### **Da organização dos componentes curriculares**

**Art. 6º.** A carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída:



	Carga horária (em horas)			
	Total	Aulas teórico/ práticas presenciais	Orientação / Planejame nto	Regência/ Intervenção Pedagógica/Prática de Observação do contexto
Estágio em Gestão Educacional	90 h	75h	-	-
Estágio Supervisionado em História I	120h	30h	65 h	25 h (10 h Observação) (15 h de regência)
Estágio Supervisionado em História II	120h	30h	65 h	25 h (10 h Observação) (15 h de regência)
Estágio Supervisionado em História III	90h	30h	30 h	30 h (15 de observação e 15 h de intervenção)

**Art. 7º.** O componente Curricular Estágio Curricular Supervisionado objetiva a produção de conhecimentos, elaboração de estratégias de ensino e pela prática efetiva de intervenção docente em ambientes escolares.

## Seção II

### Dos campos de estágio e áreas de atuação

**Art. 8º.** Os locais para a realização do Estágio Supervisionado História estejam conveniadas com a UFFS e que ofereçam condições para a reflexão e experiências de regências por parte dos estudantes de graduação.

**Art. 9º.** O Estágio Curricular Supervisionado será realizado prioritariamente em instituições públicas que ofertam ensino regular e estejam devidamente conveniadas com UFFS. a Parágrafo único - Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor responsável pelos Estágios no Campus.

**Art. 10.** As atividades de Estágio Curricular Supervisionado ocorrem nas Unidades Concedentes de Estágio (UCE) e devem ser realizadas preferencialmente no município de Erechim- RS ou na região de abrangência deste Campus da UFFS.



**Art. 11.** Os campos de realização dos estágios seguem as seguintes dimensões

- I- proporcionar experiências práticas e reflexivas na área de formação do estudante;
- II- reconhecer o estudante como sujeito em formação, respeitando sua individualidade e sujeito em processo educativo.
- III- acolher e dialogar com o estudante acerca do planejamento das ações didático-pedagógicas e de extensão;
- V- apresentar um supervisor para o acompanhamento do processo de estágio dos/as estudantes.

### **Seção III**

#### **Das modalidades de desenvolvimento do estágio curricular supervisionado**

**Art. 12.** O Estágio Curricular Obrigatório em História está organizado nas seguintes modalidades:

- I. Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar (90 horas)
- II. Estágio Curricular Supervisionado em História I (120 horas) – Anos Finais do Ensino Fundamental.
- III. Estágio Curricular Supervisionado em História II (120 horas) – Ensino Médio
- IV. Estágio Curricular Supervisionado em História III (90 horas) – Espaços Não-Formais.

§1º As atividades teórico-práticas não vinculadas à regência de classe ocorrem no Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar.

§2º A prática de Estágio Curricular Supervisionado pode ser realizado em grupos de até três estudantes de modo que realizam a experiência da regência.

**Art. 13** A realização do Estágio Curricular Supervisionado é obrigatória a todos os estudantes do Curso de História - Licenciatura.

Parágrafo único. Aos estagiários que fazem parte do público da educação especial (deficiências, transtornos de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades) a instituição assegurará, junto com a Unidade Concedente de Estágio (UCE), as condições necessárias para que o estudante realize as atividades de estágio sem prejuízo à sua experiência docente

**Art. 14.** O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:



I - Investigação por meio da inserção em contextos escolares e de aproximação como a Comunidade Escolar na intenção de desenvolver a prática da observação pela via da pesquisa e da reflexão no campo do ensino de História;

II - Construção de Plano de estágio para fins de atuação docente;

III - Regência Docente. Atuação no Estágio sob orientação, supervisão e acompanhamento da Universidade e da Unidade Concedente de Estágio;

IV - Construção do Relatório do Estágio e socialização do mesmo, bem como de um artigo reflexivo no campo do Ensino de História.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

##### **Seção I**

Do ingresso ao conjunto de componentes curriculares do estágio supervisionado

**Art. 15** Poderá matricular-se nos CCR de Estágio Curricular Supervisionado estudante que atenda aos pré-requisitos previstos na estrutura curricular indicados para cada O um dos estágios.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS AGENTES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

##### **Seção I**

##### **Do Coordenador de Curso e do Coordenador de Estágios**

**Art. 16.** Compete ao Coordenador do Curso de História:

I – organizar, no Colegiado de Curso, a escolha, nomeação e homologação do nome de um docente do Curso para atuar como Coordenador de Estágio;

II - orientar a Coordenação de Estágios sobre os procedimentos e normas a serem seguidos;

III – Mobilizar diálogos entre estudantes e Coordenador de Estágio.

IV – Acompanhar o Processo de Desenvolvimento do Estágio Curricular.

**Art. 17.** Constituem atribuições do Coordenador de Estágio:

I - participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;



- II - coordenar as atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCEs);
- III - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;
- IV - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- V - avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular;
- VI - integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticos relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de *Campus*;
- VII - promover estudos e discussões teórico-práticas com os professores do componente curricular de estágio e com os professores-orientadores de estágio do curso;
- VIII - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;
- IX - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às unidades concedentes, de forma projetiva;
- X - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;
- XI - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;
- XII - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;
- XIII - promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos;
- XIV - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

## Seção II

### Dos professores-orientadores e dos supervisores de estágio

**Art. 18.** Cada estudante em estágio tem um professor-orientador, com as seguintes atribuições:

- I - orientar, em diálogo com o Supervisor de Estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- II - acompanhar, orientar e avaliar, em diálogo com o supervisor de estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante no desenvolvimento do estágio;
- III - avaliar e emitir pareceres sobre relatórios parciais e finais de estágio;



IV - participar de encontros promovidos pela Coordenação de Estágios de seu curso, com vistas ao planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios;

V - participar de bancas de avaliação de estágio, quando for o caso;

VI - organizar, em acordo com o orientando, um cronograma de encontros de orientação;

VII - desempenhar outras atividades previstas no Regulamento de Estágio do Curso.

**Parágrafo único.** A mediação entre o supervisor de estágio na UCE, o orientador e o estagiário pode ser realizada à distância, com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, de forma a propiciar a participação dos envolvidos nas atividades em lugares e/ou tempos diversos.

**Art. 19.** O professor do componente curricular/orientador de Estágio Curricular Supervisionado atuará nas seguintes atividades de ensino:

I - Aulas teórico-práticas. Consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma matriculada no CCR, nos quais são realizados estudos bibliográficos para produção reflexiva do Plano de estágio, do planejamento das atividades de ensino de extensão na escola ou das aulas de estágio, orientações coletivas referentes às atividades de estágios e socialização dos Relatórios finais dos estágios;

II - Orientações. Caracterizadas por atendimentos individualizados ou em pequenos grupos contínuos ao longo do semestre, para a escuta, problematização das vivências, avaliação dos planejamentos e dos relatos das aulas.

III - Acompanhamento do estágio; Atividades de acompanhamento dos estagiários no campo de estágio para estabelecer um trabalho cooperativo e dialógico com a direção, a coordenação pedagógica e regente da turma; oferecer assistência sobre o processo de planejamento e experiência do estágio.

§1º No caso dos Estágios Obrigatórios, o número máximo de orientandos por orientador será de 15 (quinze) em um mesmo CCR.

§2º O limite definido no parágrafo anterior pode ser maior quando não houver docentes em número suficiente para atendê-lo.

**Art. 20.** A Unidade Concedente de Estágio deverá indicar e dispor de um profissional para a supervisão das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário.

**Art. 21.** O supervisor da UCE tem como atribuições:

I - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

II - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;



- III - assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;
- IV - orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;
- V - controlar a frequência dos estagiários;
- VI - emitir avaliação periódica sobre as atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- VII - informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;
- VIII - participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

### **Seção III** **Do acadêmico estagiário**

**Art. 22.** Para desenvolver atividades de estágio, o acadêmico deve estar devidamente matriculado, frequentar um Curso de Graduação na UFFS e preencher os requisitos previstos nesse Regulamento.

**Art. 23.** Constituem atribuições do Estagiário:

- I - assinar o Termo de Compromisso;
- II - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- III - comparecer no dia e horário de orientação;
- IV - desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;
- V - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- VI - entregar relatórios a cada seis meses de estágio realizado, conforme estipulado pela legislação de estágio e/ou pelo regulamento de estágio do curso, e no final da vigência do estágio;
- VII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*.

## **CAPÍTULO V** **DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR** **SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA**

### **Seção I**



## Da assiduidade, frequência e prazos

**Art. 24.** A frequência do estagiário será observada considerando o mínimo legal (75%) exigido para a aprovação nos componentes curriculares.

**Art. 25.** O Plano de Atividades do Estágio e o Relatório de Estágio deverão ser entregues pelo estagiário conforme os prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular referente ao estágio.

## Seção II

### Da avaliação do estágio e do Relatório de Estágio

**Art. 26.** A avaliação do estudante estagiário será realizada pelo professor do componente curricular/orientador de estágio que orientou e supervisionou o estagiário, observando o previsto no Plano de Curso.

**Art. 27.** Para a aprovação no Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá cumprir os requisitos estabelecidos em cada modalidade de estágio, atingir a frequência e média finais determinadas no Plano de Curso do componente curricular estágio.

**Art. 28.** Os critérios e as formas de avaliação do estudante estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, serão propostos pelos respectivos professores dos componentes curriculares em seus Planos de Curso.

**Art. 29.** Não há previsão de realização de Estudos adicionais e formas de recuperação da nota.

**Art. 30.** Para avaliar o aluno o docente orientador estabelecerá critérios de avaliação sobre o Plano de Atividades do Estágio Obrigatório, Regência, Relatório e Socialização do respectivo estágio.

## Seção III

### Do Relatório de Estágio

**Art. 31** Os Estágios Curriculares Supervisionados devem gerar um Relatório de Estágio e um artigo em que se sistematizam as experiências, as práticas e reflexões desenvolvidas no contexto do Ensino de História e da Didática.



#### **Seção IV**

### **Da Interrupção Do Estágio Supervisionado**

**Art. 32.** Terá seu Estágio Curricular Supervisionado não reconhecido o aluno que não atender aos requisitos expressos neste regulamento e nas normas gerais da UFFS.

**Art. 33.** O professor orientador poderá requerer mediante justificativas de caráter didático-pedagógico ou de inobservância das normas estabelecidas neste regulamento.

**Parágrafo único.** Para a interrupção por solicitação do professor orientador as justificativas devem ser levadas ao coordenador de estágio e a deliberação tomada em colegiado do curso

**Art. 34.** O acadêmico estagiário poderá requerer a suspensão de seu Estágio Supervisionado por meio de requerimento junto à Secretaria de Curso.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**

**Art. 35.** O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional vinculada ao perfil acadêmico-profissional-social do curso, acrescido à carga horária regular e obrigatória, que pode compor a integralização curricular como Atividade Complementar

**Art. 36.** O estudante poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não obrigatório, o qual obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios vigente e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento, devendo ser realizado nas seguintes áreas: Gestão educacional, gestão pedagógica, apoio técnico educacional, apoio pedagógico e similares e apoio técnico em espaços de memória e arquivo.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 43.** Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágios do Curso, cabendo recurso ao colegiado do Curso de História.

**Art. 44.** Este Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório entra em vigor a partir de sua aprovação juntamente com o PPC do curso, pela Câmara de Graduação.



## ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - LICENCIATURA

### CAPÍTULO I DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS (AAs)

**Art. 1º** Este Regulamento tem por objetivo sistematizar as Atividades Autônomas do Curso de Graduação em História - Licenciatura.

**Art. 2º** Para os fins do disposto neste Regulamento, consideram-se Atividades Autônomas do Curso de Graduação em História - Licenciaturas que visam a complementação do processo de ensino-aprendizagem e serão desenvolvidas ao longo do período de realização do curso de História.

**Art. 3º** As Atividades Autônomas do curso de Graduação em História - Licenciatura compreendem 160 horas e poderão ser contabilizadas na forma de: atividades de iniciação científica, desenvolvimento de pesquisas (desde o planejamento, a execução e a divulgação), atividades de extensão, aprimoramento profissional e atividades de cultura e movimentos sociais.

#### SEÇÃO II DOS OBJETIVOS E DO OFERECIMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS (AAs)

**Art. 4º** As Atividades Autônomas do Curso de Graduação em História - Licenciatura atendem aos seguintes objetivos:

- I - Flexibilizar o currículo obrigatório;
- II - Aproximar o estudante da realidade social e profissional;
- III - Propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar;
- IV - Promover a integração entre comunidade e Universidade por meio da participação do estudante em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

**Art. 5º** As Atividades Curriculares Autônomas podem ser organizadas:



- I – Pelo colegiado de História ou outros colegiados da UFFS;
- II – Por outros departamentos ou órgãos da própria UFFS;
- III – Por outras instituições, movimentos sociais, sociedade civil, ongs, etc.

**Art. 6º** As Atividades Curriculares Autônomas envolvem a participação do acadêmico em eventos de formação, cursos, projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, monitorias, eventos culturais, eventos artísticos, atividades extra-classe, disciplinas já cursadas em outras instituições ou cursos e não aproveitadas, viagens de estudos e outras atividades não previstas neste regulamento mas compatíveis como Projeto Pedagógico do Curso e mediante parecer favorável do Colegiado do Curso.

**Art. 7º** As Atividades Curriculares Autônomas deverão ser realizadas paralelamente até a conclusão do Curso de Graduação em História - Licenciatura, compreendendo, no mínimo um total de duzentas e quarenta horas, distribuídas entre as Atividades Complementares em Pesquisa, as Atividades Complementares em Extensão e Aprimoramento Profissional e as Atividades Complementares em Cultura e Movimentos sociais.

Parágrafo Único O estudante deverá realizar atividades no âmbito da Pesquisa, Extensão e Aprimoramento Profissional e Cultura e Movimentos sociais de 160 horas.

**Art.8º** Poderão ser aproveitadas as atividades desenvolvidas depois da data de matrícula no curso, exceto em caso de retorno de aluno abandono ou transferência interna no âmbito da UFFS.

### SEÇÃO III

#### DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS EM PESQUISA

**Art. 9º** As Atividades Autônomas de Pesquisa poderão ser integralizadas a partir de:

- I – Publicação de artigo em revistas de História ou áreas afins;
- II - Publicação de artigos completos e resumos em anais de eventos científicos;
- III - Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- IV - Participação em projetos de pesquisa.

Parágrafo primeiro. Ao apresentar comprovante da Atividade Autônoma de Pesquisa o (a) Professor(a) Coordenador(a) do curso atribuirá a carga horária correspondente a cada atividade realizada e emitirá ao acadêmico um termo com a descrição da atividade e a carga horária correspondente. A carga horária também poderá ser emitida pelo coordenador da



pesquisa. Os certificados devem ser entregues na secretaria acadêmica, com prazo definido pelo calendário acadêmico.

## SEÇÃO IV

### DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS EM EXTENSÃO E APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

**Art. 10** As Atividades Complementares em extensão e aprimoramento profissional poderão ser integralizadas a partir de:

- I - Participação na organização e execução de eventos acadêmicos;
- II - Participação em atividades de Extensão Universitária;
- III - Participação em grupos de estudos sob a coordenação de professor da universidade;
- IV - Participação em congressos, simpósios e seminários na área História ou áreas afins;
- V - Participação em cursos extracurriculares, oficinas, minicursos e atividades científicas, culturais e acadêmicas;
- VI - Participação em palestras e conferências;
- VII- Participação em projetos de monitoria;
- VIII - Participação em viagens de estudos, com apresentação de relatório.

**Parágrafo Único.** Ao apresentar comprovante da Atividade Autônoma de Extensão e Aprimoramento Profissional, o(a) Professor(a) Coordenador(a) do curso atribuirá a carga horária correspondente a cada atividade realizada e emitirá ao acadêmico um termo com a descrição da atividade e a carga horária correspondente.

## SEÇÃO V

### DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS

**Art. 11** As Atividades Autônomas em cultura e movimentos sociais poderão ser integralizadas a partir de:

- I - Participação na organização e execução de eventos culturais;
- II - Publicação de artigos ou entrevistas na imprensa;
- III - Participação em entidades estudantis e representação discente.



Parágrafo primeiro. Ao apresentar comprovante das Atividades Autônomas de Cultura e Movimentos sociais o(a) Professor(a) Coordenador(a) do curso atribuirá a carga horária correspondente a cada atividade realizada e emitirá ao acadêmico um termo com a descrição da atividade e a carga horária correspondente.

## SEÇÃO VI DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

**Art. 12** Ao solicitar via Sistema Acadêmico a atribuição da carga horária correspondente, ao coordenador do curso, o acadêmico deverá apresentar os documentos originais.

**Art. 13** O Coordenador do curso, após o cômputo das horas, irá avaliar no Sigaa e emitirá a carga horária em Pesquisa, Extensão e Aprimoramento Profissional e Cultura e Movimentos sociais.

Parágrafo único. Para fins de registro acadêmico, serão respeitadas as cargas horárias mínima e máxima para cada grupo de atividades, e para cada atividade especificamente, conforme a tabela abaixo:

Grupo	CH Min Grupo	Tipos de atividade	CH Max por atividade
Atividades Autônomas de pesquisa	40	Publicação de artigo em revistas de História ou áreas afins	20
		Publicação de artigos completos e resumos em anais de eventos científicos	20
		Apresentação de trabalhos em eventos científicos	30
		Participação em projetos de pesquisa	30
Atividades Autônomas em extensão e aprimoramento profissional	60	Participação na organização e execução de eventos acadêmicos;	10
		Participação em atividades de Extensão Universitária;	40
		Participação em grupos de estudos sob a coordenação de professor da universidade;	20
		Participação em congressos, simpósios e seminários na área História ou áreas afins;	60
		Participação em cursos extracurriculares, oficinas, minicursos e atividades científicas, culturais e acadêmicas;	40
		Participação em palestras e conferências;	30
		Participação em projetos de monitoria;	10



Grupo	CH Min Grupo	Tipos de atividade	CH Max por atividade
		Participação em viagens de estudos, com apresentação de relatório.	20
Atividades Autônomas em cultura e movimentos sociais	20	Participação na organização e execução de eventos culturais	20
		Publicação de artigos ou entrevistas na imprensa	10
		Participação em entidades estudantis e representação discente	20

**Art. 14** Ao integralizar as horas de atividades complementares obrigatórias o acadêmico apresentará os termos comprobatórios da carga horária, emitido pelo coordenador do curso, os certificados ou documentos comprobatórios originais (com cópia para autenticação) na secretaria acadêmica.

**Art. 15** O estudante deverá protocolar no SIGAA o pedido de aproveitamento de estudos instruído com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e fotocópia.

## CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 16** As Atividades Autônomas do Curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) serão regidas por este Regulamento e pelo Regulamento da Graduação.

**Art. 17** Os casos omissos neste regulamento serão submetidos ao Colegiado do curso de Graduação em História – Licenciatura.

**Art. 18** Este Regulamento de Atividades Autônomas do curso de História - Licenciatura entra em vigor após a aprovação do PPC.



## ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - LICENCIATURA

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

**Art. 1º** A elaboração, o desenvolvimento e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituem exigência para a integralização curricular, colação do grau e obtenção do diploma em todos os cursos de graduação da UFFS e tem como objetivos:

I - Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica.

II- Avaliar os conhecimentos teóricos e técnicos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional.

III- Estimular a inovação tecnológica.

IV- Estimular a formação continuada.

VI- Desenvolver habilidades e competências na construção científica de produção de conhecimentos na área de História.

VII- Fomentar a elaboração e a execução de projetos de pesquisa estimulando a busca constante do conhecimento histórico.

**Art. 2º** O TCC constituiu-se num trabalho do estudante, baseado na análise de um problema específico e elaborado de acordo com as normas do método científico

Parágrafo único. O tema do TCC é de livre escolha do estudante, desde que observada à proximidade temática com as linhas de pesquisa, de extensão ou com as possibilidades do corpo de orientadores do curso.

**Art. 3º.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História – Licenciatura, será realizado a partir da 6ª (sexta) fase do curso, com carga horária total correspondente a 120 (cento e vinte) horas, assim distribuídas:

I – Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I, correspondendo a 75 (setenta e cinco) horas, na 6ª (sexta) fase do curso, sendo ofertado de forma de Seminário em grupo.

II - Trabalho de Conclusão de Curso II, com 75 (setenta e cinco) horas, na 8ª (oitava) fase do curso, sendo ofertado de forma de estudos individuais, sendo atribuído horas ao estudante e aos orientadores.



III- Componentes Curriculares como Iniciação à Prática Científica, Teoria e Metodologia da História I, II e III, o acadêmico cumprirá os passos incipientes e processuais até a elaboração final do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Art. 4º** O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, sendo que qualquer outra forma, como em grupos, deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo único. O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica no âmbito da pesquisa histórica e do ensino de história.

## CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

### *Seção I*

#### DO COORDENADOR DE CURSO

**Art. 5º** Compete ao Coordenador de Curso:

I - Indicar o professor responsável pelo Seminário de TCC I, que se encarregará pelas ações do processo ensino e aprendizagem.

II - Providenciar, em consonância com o Professor Responsável, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.

III - Homologar as decisões referentes ao TCC.

IV- Providenciar a matrícula de TCC II, organizado de forma individual.

V- Constituir as bancas examinadoras dos TCCs e os encaminhamentos finais do TCC

### *Seção II*

#### DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

**Art. 6º** Compete ao Professor Responsável pelo TCC:

I - Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC.

II - Estabelecer critérios e formas de acompanhamento (registro da frequência) e das atividades desenvolvidas no componente curricular.

III - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa e defesa final.

IV - Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC.

V - Promover reuniões de orientação e acompanhamento com os estudantes que estão desenvolvendo o TCC.



VI - Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC e temas de trabalhos.

### *Seção III*

#### DO PROFESSOR ORIENTADOR

**Art. 7º** O acompanhamento dos estudantes no TCC será efetuado por um Professor Orientador, indicado pelo Professor Responsável, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

**Art. 8º** Cada Professor Orientador poderá orientar, concomitantemente, até cinco estudantes.

**Art. 9º** Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue ao Professor Responsável, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a apresentação final do trabalho.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

**Art. 10º** Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e a entrega da versão final do artigo científico.

§ 1º Cabe ao professor orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas no plano de curso do componente curricular.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e emitir relatório de acompanhamento e avaliações ao Professor Responsável.

III - Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Professor Responsável.

IV - Participar da banca de avaliação final.

V - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.

VI - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar o estudante a fazer as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

VII - Indicar, se necessário, ao Professor Responsável a nomeação de coorientador.



*Seção IV*  
DO ESTUDANTE

**Art. 11.** São obrigações do estudante:

I - Requerer a matrícula nos componentes curriculares TCC I e TCC II nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico da UFFS.

II - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e o trabalho monográfico em conformidade com este Regulamento.

III - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.

IV - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC.

V - Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.

VI - Participar das reuniões periódicas com o Professor Responsável pelo TCC e seguir suas recomendações.

VII - Participar de todos os seminários referentes ao TCC.

VIII - Entregar ao Professor Responsável pelo TCC o artigo científico corrigido (de acordo com as recomendações da banca examinadora).

**Art. 12º** Em caso de plágio, desde que comprovado, o estudante estará sujeito ao regime disciplinar previsto em regulamentação específica da UFFS.

Parágrafo único. Constitui plágio o ato de assinar, reproduzir ou apresentar, como de autoria própria, partes ou a totalidade de obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, pictórica, fotografia, audiovisual ou outra) de outrem, sem referir os créditos para o autor.

**CAPÍTULO III**  
**DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO**

*Seção I*  
DA MATRÍCULA

**Art. 13.** Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC I o estudante deverá ter cursado no mínimo 75 % da carga horária total

**Art. 14.** Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC II, o estudante deverá ter sido aprovado em TCC I.

**Art. 15.** É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

*Seção II*  
DO ACOMPANHAMENTO

**Art. 16.** O acompanhamento dos trabalhos será realizado por meio de reuniões



previamente agendadas entre o Professor Orientador e o estudante.

Parágrafo único. Após cada reunião de orientação deverá ser feito um relatório simplificado dos assuntos tratados na reunião, o qual deverá ser assinado pelo estudante e Professor Orientador e entregue ao Professor Responsável pelo TCC antes do seminário de defesa.

## CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO DOS TCC I E TCC II

### *Seção I*

#### Do TCC I

**Art. 17.** O TCC I constitui-se atividade e condição obrigatória para a matrícula em TCC II, sendo desenvolvido e defendido no prazo máximo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC II durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

**Art. 18.** O tema para o TCC deverá estar inserido em um dos campos de atuação do curso do estudante e atender ao disposto no Art. 2º.

**Art. 19** Orientado por um docente do Curso de Graduação em História - Licenciatura o acadêmico escolherá um tema e elaborará um projeto de pesquisa como requisito para a elaboração do TCC. São requisitos fundamentais na construção do projeto:

- I – Introdução (tema, problema, proposta de trabalho);
- II – Justificativa;
- III – Objetivos: geral e específicos;
- IV – Metodologia e pressupostos teóricos;
- V – Referências Bibliográficas e fontes de pesquisa;
- VI – Cronograma de atividades.

**Art. 20.** São condições necessárias para aprovação em TCC I:

I- Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Professor Responsável e Professor Orientador.

II- Apresentação por escrito do Projeto de pesquisa sobre o tema proposto, elaborado de acordo com as normas que serão definidas e aprovadas pelo Colegiado.

III- O rendimento acadêmico ocorrerá por meio da avaliação do projeto de pesquisa e da revisão bibliográfica correspondente, além de outras atividades previstas no plano de curso.

IV- A avaliação do projeto de pesquisa fica a cargo do Professor Responsável pelo componente curricular mediante considerações em Parecer do Professor Orientador.



V- O estudante deverá atingir média (Nota Final) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

VI- Devido às características próprias do componente curricular TCC I, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

## *Seção II*

### Do TCC II

**Art. 21.** As normas técnicas da ABNT serão aplicadas na elaboração do TCC que, necessariamente, será estruturado com elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós textuais. O trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado nos seguintes formatos:

a) Monografia: Consiste na construção de pesquisa nas diferentes perspectivas metodológicas e teóricas da prática dos historiadores e das historiadoras. Deverá apresentar a seguinte composição: 1 Introdução (Objetivos, Justificativa, fontes). 2. Capítulos (Revisão, referencial teórico, análise). 3. Considerações finais. 4. Referências. 5. Apêndices (se necessário) 6. Anexos (se necessário)

b) Intervenção Pedagógica/Sequência Didática/reflexão sobre o estágio curricular: Consiste da produção de pesquisa no contexto da didática e do ensino de história. Trata-se proposta de ensino com fundamentação consistente, explicitando tanto a sua elaboração quanto a análise sistemática do processo de ensino-aprendizagem. Deverá apresentar a seguinte composição: 1.Introdução. 2. Revisão bibliográfica (do ponto de vista didático e da documentação oficial 3. Descrição das práticas pedagógicas e o contexto analisado. 4. Análise da prática na sala de aula. 5. Considerações finais. 6. Referências. 7. Apêndices (se necessário) 8. Anexos (se necessário)

c) Material didático e de divulgação histórica: consiste na elaboração de recursos que de ensino-aprendizagem ou no campo da história pública. Deve ser um produto inédito, elaborado com base na pesquisa histórica, e podem ser: jogos didáticos, documentários, kits de imagens, músicas, mapas, materiais didáticos, produção de programas de mídias. E deverá conter:

1. Introdução.
2. Revisão bibliográfica sobre o tema/justificativas (do ponto de vista da didática e da documentação oficial).
3. Descrição do produto e sua articulação com a pesquisa histórica.
4. Analisar limites e potencialidades.
5. Considerações finais.



6. Referências
7. Apêndices (se necessário)
8. Anexos (se necessário)

Parágrafo único: A modalidade de TCC será definido na construção do Projeto de TCC I.

**Art. 22.** O TCC II caracteriza-se pela execução do Projeto de Pesquisa aprovado na atividade TCC I, defesa final e entrega da monografia.

**Art. 23.** No ato do pedido para o Seminário de Defesa do TCC II, o estudante deverá entregar as cópias da Monografia científico, devidamente rubricadas pelo seu orientador.

§ 1º Entende-se por artigo científico o documento escrito e impresso pelo estudante, conforme as normas que serão estabelecidas pelo Colegiado do Curso.

§ 2º Também deverão ser entregues os seguintes documentos ao Professor Responsável:

I - Atas das reuniões realizadas com o Professor Orientador.

II - Carta de autorização para a defesa final, assinada pelo Professor Orientador.

III – Entregar formulário com a indicação dos membros da banca examinadora, assinado pelo Professor Orientador.

IV – Entregar 3 (três) cópias do artigo científico que serão enviados aos membros da banca examinadora, com no mínimo 10 (dez) dias antes do Seminário de Defesa.

**Art. 24.** A defesa final constitui-se requisito obrigatório para aprovação e será realizada em forma de seminário público.

§ 1º O tempo de apresentação poderá ser de até vinte minutos, prorrogáveis, a critério da banca examinadora.

§ 2º Cada membro da banca examinadora terá o tempo de até dez minutos para a arguição do trabalho apresentado.

**Art. 25.** São condições necessárias para aprovação em TCC II:

I – Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Professor Responsável e Professor Orientador.

II – Defesa e aprovação no seminário público de defesa final do TCC II.

III - A verificação do rendimento estudante no TCC II será realizada por uma banca examinadora constituída pelo Professor Orientador, como seu presidente, e por mais dois professores por ele sugeridos e designados pela coordenação do curso, devendo o estudante atingir Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

§ 1º A indicação e a designação dos integrantes das bancas examinadoras levarão em conta, preferentemente, a vinculação dos examinadores à temática do trabalho de conclusão de curso a ser avaliado.

§ 2º É facultada participação de avaliadores de outras instituições, desde que não



implique encargos financeiros.

§ 3º Devido às características próprias do componente curricular TCC II, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

**Art. 26.** A participação do Seminário de Defesa do TCC II é obrigatória a todos os estudantes matriculados neste componente curricular.

**Art. 27.** A etapa de desenvolvimento do TCC II e a defesa final deverão acontecer no prazo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC II durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

## CAPÍTULO V DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

**Art. 28.** Deverá, obrigatoriamente, ser entregue ao professor responsável como documentação final do TCC, cópia digital do artigo científico corrigido conforme as recomendações da banca examinadora.

**Art. 29.** O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

**Parágrafo único.** Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/PPGEC).

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 30-.** Os direitos e deveres dos estudantes matriculados nos componentes curriculares de TCC I e TCC II são os mesmos estabelecidos para os demais componentes curriculares, ressalvadas as disposições do presente regulamento.

**Art. 31.** Os casos omissos neste regimento serão definidos pelo colegiado do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, cabendo recurso aos colegiados superiores.



## ANEXO IV: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO

### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

**Art. 1º.** Entende-se por Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) do Curso de Graduação em História – Licenciatura, intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa, preferencialmente na área de abrangência da UFFS e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais próprias.

**Art. 2º.** Constituem objetivos gerais da integração da extensão universitária à estrutura curricular do curso:

- I - Potencializar a formação do estudante quanto a capacidade de interagir, pensar e propor soluções à sociedade, constituindo-se em instrumento emancipatório para o desenvolvimento da autonomia intelectual, cidadã e de interação com a realidade global e regional;
- II - Inserir atividades acadêmicas de extensão e de cultura, de forma articulada e indissociada do ensino e da pesquisa, de modo a constituir a presença da universidade nos diferentes espaços da sociedade, contribuindo com a transformação e o desenvolvimento social;
- III - Desenvolver atividades de extensão e de cultura, enquanto processo educativo, artístico, cultural, científico, político e tecnológico que configure a relação teoria e prática através do exercício interdisciplinar, proporcionando formação profissional e humana integrada à visão do contexto social, com vistas à transformação social;
- IV - Promover o planejamento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação, contemplando a flexibilidade do currículo, adotando metodologias inovadoras e participativas, possibilitando o ensino, a aprendizagem e a produção de conhecimento em múltiplos espaços e ambientes da comunidade regional;
- V - Incentivar, promover e fortalecer iniciativas que respondam às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, educação indígena, direitos humanos, questões de gênero e diversidade;
- VI - Mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS à colaboração social quanto ao enfrentamento de questões urgentes da sociedade brasileira, especialmente relacionadas ao desenvolvimento humano, científico, econômico, social, linguístico, artístico e cultural;
- VII - Fomentar a produção de conhecimentos acadêmico-científicos atuais para que sejam



utilizadas em benefício da sociedade brasileira, aplicadas ao desenvolvimento social, artístico, linguístico, cultural, equitativo e sustentável;

VII - Constituir um canal para ampliar o impacto e a transformação social, a inclusão de grupos sociais, o desenvolvimento da pesquisa, meios e processos de produção, a tecnologia, a inovação, comunicação e disponibilização de conhecimentos e a ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também a formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

**Art. 3º.** A presença da extensão e da cultura nos currículos dos cursos da UFFS se ancora na perspectiva formativa da extensão universitária, especificamente no seu papel contribuinte para a produção e democratização do conhecimento, objetivando contribuir na formação acadêmico-científica, humana e social do estudante, por isso, devem tê-lo como protagonista dos processos.

## CAPÍTULO II

### DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

**Art. 4º.** São consideradas atividades curriculares de extensão e de cultura (ACE) aquelas que apresentam as características:

- I - Sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente;
- II- Promovam o envolvimento da comunidade regional da área de abrangência da UFFS como público-alvo;
- III- Atendam às exigências requeridas pelo perfil do egresso e pelos objetivos da formação previstos no PPC do curso;
- IV- Tenham o discente como protagonista das atividades;
- V- Sejam ações que promovam a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes;
- VI- Garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

**§ 1º.** São admitidas no cômputo das ACEs as atividades de extensão e de cultura demandadas por acadêmicos, sob orientação de docente, e em consonância com o PPC.

**§ 2º.** Uma vez institucionalizadas, as ações de extensão e de cultura coordenadas por



servidores técnico-administrativos da UFFS podem ser validadas como ACEs, desde que tenham na equipe docente(s) responsável(is) pela orientação dos estudantes e estejam em consonância com o PPC.

**Art. 5º.** As atividades de extensão e de cultura são efetivadas mediante:

I - Componente curricular com a totalidade da carga horária registrada como extensão ou cultura;

II - Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs);

III - Atuação em ações externas de extensão ou de cultura com validação prevista em regulamentação própria no âmbito do curso.

§ 1º. Nos componentes curriculares previstos no Inciso I a inclusão da carga horária de extensão e de cultura é prevista na matriz curricular, e sua descrição constará em suas respectivas ementas nos PPCs.

§ 2º. Nas ACEs a carga horária deve estar prevista no currículo, sem a obrigatoriedade de alocação específica em uma das fases do curso, diferindo-se do caráter disciplinar (com ementário definido) e exigindo o cumprimento da carga horária por meio da atuação em diferentes ações institucionalizadas.

§ 3º. Atividades de Extensão e de Cultura podem ser inseridas nas modalidades de Estágios e/ou Práticas como Componente Curricular (PCC) previstas nos currículos dos cursos, desde que atendam ao Art. 9º desta resolução.

§ 4º. Os cursos podem optar pela inserção da extensão nos currículos utilizando quaisquer destas modalidades em suas estruturas curriculares, sendo obrigatória sua previsão no PPC.

§ 5º. No caso de CCRs integral em extensão ou misto, serão computadas integralmente as horas como atividade de aula docente, para fins de atendimento de carga horária docente prevista no Art. 57 da Lei 9.394/1996, e Resolução 4/UFFS/2015.

**Art. 6º.** É permitido ao estudante participar de atividades de extensão ou de cultura ofertadas pela UFFS, por outras instituições de ensino ou pela comunidade regional e solicitar a sua validação para o cumprimento da carga horária de ACE no seu curso, respeitados os Art. 3º, Inciso XII e Art. 9º, incisos de I a VI e §1º e §2º.

### CAPÍTULO III

#### DA ORIENTAÇÃO DOCENTE E DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E



## CULTURA NO CURSO

**Art. 7º.** As atividades curriculares de extensão e de cultura (ACEs) que não se enquadram nos incisos I e II do artigo Art. 5º devem ter ao menos um docente responsável pela coordenação e/ou orientação.

**Art. 8º.** O acompanhamento dos estudantes será efetuado por um Professor Orientador, indicado pela Coordenação de Extensão, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual serão desenvolvidas as atividades e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador.

§ 2º. O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento das atividades, podendo ser qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

**Art. 9º.** Cada Professor Orientador poderá orientar, concomitantemente, até 15 estudantes.

**Art. 10.** Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue à Coordenação de Extensão e Cultura, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a execução final dos trabalhos.

**Parágrafo Único.** Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

**Art. 11.** Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na execução das ACEs em todas as suas fases, do projeto até o desempenho das atividades até o final.

§ 1º. Cabe ao professor orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e emitir relatório de acompanhamento e avaliações à Coordenação de Extensão e Cultura.

III - Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Coordenação de Extensão e Cultura.

IV - Participar de momentos de avaliação e/ou validação de atividade.



V - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração de relatórios ou demais produtos, conforme o caso.

VI - Indicar, se necessário, à Coordenação de Extensão e Cultura, a nomeação de coorientador.

**Art. 12.** Fica instituída a Coordenação de Extensão e Cultura no Curso de Graduação em História - Licenciatura, para realizar o acompanhamento das atividades de extensão e cultura (ACEs) no âmbito do curso.

**Art. 13.** - São atribuições da Coordenação de Extensão e Cultura:

I – Coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações, Coordenação Acadêmica, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, e PROEC;

II - Orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III - Acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV – Zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V - Divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do campus;

VI - Conduzir a validação das ACEs desenvolvidas no âmbito do currículo do curso.

**Parágrafo Único.** Para auxiliar na validação de ACEs, a Coordenação de Extensão e Cultura pode contar com uma comissão temporária instituída e designada pelo colegiado do curso.

## CAPÍTULO IV

### DA VALIDAÇÃO, DO REGISTRO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

**Art. 14.** A validação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelos estudantes no âmbito dos currículos dos cursos será conduzida pela Coordenação de Extensão e Cultura e homologada no colegiado do respectivo curso, conforme estabelecido em instrumentos regulatórios vigentes.

**Parágrafo único.** As atividades de extensão e de cultura cumpridas pelo estudante, e homologadas pelo colegiado, serão registradas junto ao histórico escolar do acadêmico.

**Art. 15.** A carga horária das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas será validada automaticamente nos casos I e II do Art. 5º e como ACEs pela Coordenação de



Extensão e de Cultura.

**Art. 16.** As participações dos estudantes nas atividades de extensão e de cultura externas à UFFS tem certificação emitida pela instituição responsável e são validadas pelas coordenações de extensão e cultura dos cursos, conforme PPCs.

**Art. 17.** Para validar as Atividades Curriculares de Extensão e Cultura o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria acadêmica.

**Parágrafo único.** Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de outros produtos, cópia ou demais instrumentos de evidência verificável.

**Art. 18.** A Coordenação de Extensão e Cultura do curso responsável por avaliar os pedidos deverá emitir parecer de validação que deverá ser entregue a Coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

## CAPÍTULO V

### DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19.** São documentos comprobatórios das Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs)

Atividade	Comprovação
Participação como bolsista ou voluntário em atividade, programa ou projeto de extensão.	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração de Extensão da Pró-reitora.
Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração do professor.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.
Estágio Não Obrigatório.	Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.
Atuação como protagonista em cursos de extensão.	Certificado contendo período, carga horária do curso e frequência.
Atuação como protagonista em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros,	Certificado e relatório de participação contendo período e carga horária.



Atividade	Comprovação
festivais e similares.	
Atuação como protagonista em evento de extensão com apresentação de pôster.	Certificado de participação.
Produção e atuação como protagonista em eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos e recreativos de caráter compatível com o curso de História e áreas afins.	Certificado de participação, contendo período e carga horária, ou declaração da comissão organizadora do evento.
Participação na organização de eventos.	Certificado/ atestado de organizador, com carga horária.
Atuação como protagonista em programas e projetos institucionais da UFFS.	Certificado de participação contendo período e carga horária.

**Art. 20.** Cabe à Coordenação de Extensão e de Cultura que realizar a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 e o PPC do Curso de História-Licenciatura.

**Art. 21.** Os casos omissos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de História- Licenciatura, com apoio da PROEC e PROGRAD quando necessário.



## ANEXO V: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

**Art. 1º** Confere equivalência aos componentes curriculares presentes no quadro abaixo, em função da aprovação do projeto pedagógico do curso pela [Decisão nº 08/CONSUNI CGAE/UFFS/2026](#), com outros componentes ofertados na UFFS.

Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
GCH2141	Teoria e metodologia da história I: da antiguidade ao século XVIII	90	(GCH337 ou GCH341)	Introdução aos Estudos Históricos Teoria e Metodologia da História I	60 60
GCH804	Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação	75	(GCH333)	Fundamentos da Educação	60
GCH2143	História Antiga: Antiguidades Orientais e Ocidentais I	75	(GCH334)	História Antiga I	60
GCH2158	Teoria e metodologia da história II: os séculos XIX e XX	75	(GCH344 ou GCH341)	Teoria e metodologia da história II Teoria e Metodologia da História I	60 60
GCH2233	História da África: Africanidades	90	(GCH339)	História da África	60
GCH2234	História Antiga: Antiguidades Oriental e Ocidental II	75	(GCH335)	História Antiga II	60
GCH2144	História do Brasil I	75	(GCH347)	História do Brasil I	60
GCH805	Didática Geral	60	(GCH338)	Didática Geral	60
GCH2146	Culturas Medievais	75	(GCH340)	História Medieval	60
GCH2235	Teoria e Metodologia do Ensino de História	90	(GCH336)	Teoria e metodologia do ensino de História	60
GCH2236	História Moderna: Colonialismos e Revoluções	75	(GCH345)	História Moderna	60
GCH2237	Teoria e Metodologia da História III: os estudos pós-coloniais	90	(GCH348)	Teoria e Metodologia da História III	60
GCH806	Políticas Educacionais	75	(GCH342)	Política educacional e legislação do ensino no Brasil.	60
GCH2149	Extensão II: Teoria e História da América	120	(GCH1991)	Seminário de Extensão e a Prática Dos Historiadores I	120
GCH2150	História do Brasil II	75	(GCH350)	História do Brasil II	60
GCH2159	Trabalho de Conclusão de curso I: Projeto	75	(GCH358)	Seminário do trabalho de conclusão de curso I	60
GCH2044	Estágio Curricular Supervisionado em História I	120	(GCH353)	Estágio Curricular Supervisionado II	120
GCH2046	Estágio Curricular Supervisionado em História III	120	(GCH360)	Estágio Curricular Supervisionado IV	120
GCH2238	História da América: América e suas pluralidades I	75	(GCH346)	História da América I	60
GCH2239	História do Brasil III	75	(GCH354)	História do Brasil III	60
GCH2240	História Indígena: Povos originários e memória	90	(GCH343)	História Indígena	60
GCH2252	História da Imprensa no Brasil	75	(GCH556)	História da Imprensa no Brasil	60
GCH2253	História do Futebol	75	(GCH557)	História do Futebol	60



Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
GCH2153	História da América: América e suas pluralidades II	75	(GCH356)	História da América II	60
GCH2152	História Contemporânea e virada historiográfica I	75	(GCH355)	História contemporânea II	60
GCH2266	Seminário temático em História I	75	(GCH529 ou GCH1145 ou GCH1146 ou GEX779 ou GCH1147 ou GCH1148)	Seminário temático em História I Pedagogias latino-americanas Pensadores da educação brasileira Tecnologias digitais e educação Histórias de vida: narrativas e formação de professores Avaliação da aprendizagem e institucional Teoria crítica: educação e sociedade Corrente pós-estruturalista, estudos culturais e contribuições de Foucault para a educação	60 60 60 60 60 60 60 60
GCH2267	Seminário temático em História II	75	(GCH530 ou GCS438 ou GCS451 ou GCS460 ou GCH1151 ou GCH1152 ou GCH1153 ou GCH1154 ou GCH1165 ou GCH1156 ou GCH1157)	Seminário temático em História II Introdução à história da arte, arquitetura e cidade História da arquitetura e da cidade I História da arquitetura e da cidade II Educação intercultural Ensino pela pesquisa e aprendizagem por projetos Educação comparada Tempos e espaços escolares Trabalho pedagógico e as diferenças humanas Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem Educação escolar indígena e educação das relações étnico-raciais	60 60 60 60 60 60 60 60 60 60
GCH2156	Seminário temático em História III	75	(GCH1032 ou GCH1045 ou GCH1048 ou GCH1049 ou GCH834 ou GCH1058 ou GCH1059)	Geografia econômica Geografia urbana Organização do espaço mundial Geografia cultural História do pensamento geográfico Educação ambiental Formação espacial brasileira	60 60 60 60 60 60 60
GCH2157	Seminário temático em História IV	75	(GCA409 ou GCH1179 ou GCH1224 ou GCH1236 ou GCH1670)	Realidade do Campo Brasileiro Educação Popular Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias Educação Ambiental Mulheres cientistas: perspectivas para o ensino de ciência	60 60 60 60 60
GCH2268	Seminário temático em História V	75	(GCH1770 ou GCH337)	Seminário temático em História V Introdução aos Estudos Históricos	60 60
GCH2269	Seminário temático em História VI	75	(GCH1932 ou GCH663 ou GCH1938 ou GCH681 ou GCH691)	Educação das Relações Étnico-raciais Sociologia da educação Estudos de Gênero Identidades, etnicidades e minorias Etnologia Indígena	60 60 60 60 60
GCH2270	Seminário temático em História VII	75	(GCH1160 ou GCH1161 ou GCH1169 ou	Cinema, educação e alteridade Educação, relações de gênero e sexualidade	60 60



Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
			GCH831 ou GCH832 ou GCH1084 ou GCH1772)	Educação popular: tópicos freirianos Filosofia da educação História da educação Currículo e avaliação Seminário temático em História VII	60 60 60 60 60
GCH2271	Seminário temático em História VIII	75	(GCH1773 ou GCH1931 ou GCH1919 ou GCH1921 ou GCH675)	Seminário temático em História VIII Ciência Política no Brasil Antropologia Social e Cultural Teoria Política Moderna Estudos de Partidos Políticos	60 60 60 60 60
GCH2272	Seminário temático em História IX	75	(GCH1774 ou GCH1476 ou GCH1477 ou GCH1479 ou GCH148 ou GCH1483)	Seminário temático em História IX Filosofia antiga I Estética Filosofia medieval I Filosofia moderna I Filosofia contemporânea I	60 60 60 60 60 60
GCH2273	Seminário temático em História X	75	(GCH1775 ou GCH1574 ou GCH1578 ou GCH1580 ou GCH1586 ou GCH1602 ou GCH1604 ou GCH1612)	Seminário temático em História X Tópicos especiais em filosofia da história B Tópicos especiais em filosofia da religião B Tópicos especiais em filosofia das ciências B Tópicos especiais em filosofia política B Tópicos especiais em filosofia e gênero B Tópicos especiais em filosofia e feminismo B Tópicos especiais em filosofia africana B	60 60 60 60 60 60 60